Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA

A influência política da *gestão participativa* no *desenvolvimento socioambiental:* recortes de uma experiência alagoana

MANOEL VALQUER OLIVEIRA MELO

Maceió – Alagoas

2008

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA

A influência política da *gestão participativa* no *desenvolvimento* socioambiental: recortes de uma experiência alagoana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Orientador: Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho.
Co-orientadora: Profª. Drª. Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros.

MANOEL VALQUER OLIVEIRA MELO

Maceió – Alagoas

2008

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M528i Melo, Manoel Valquer Oliveira.
A influência política da gestão participativa no desenvolvimento socioambiental : recortes de uma experiência alagoana / Manoel Valquer Oliveira Melo. – 2008.
138 f.

Orientador: Jenner Barretto Bastos Filho.
Co- Orientadora: Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros.
Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente : Desenvolvimento sustentável) –Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente, 2008.

Bibliografia: f. 125-129.
Apêndices: f. 130.
Anexos: f. 131-138.

1. Planejamento urbano – Messias (AL). 2. Plano diretor – Messias (AL). 3. Desenvolvimento socioambiental. 4. Gestão participativa. 5. Representações sociais. I. Título.

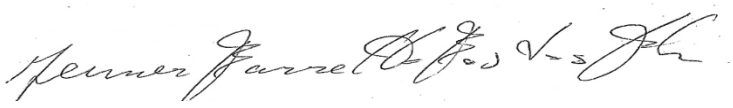
CDU: 351.84 (813.5)

MANOEL VALQUER OLIVEIRA MELO

A influência política da *gestão participativa* no *desenvolvimento socioambiental*: recortes de uma experiência alagoana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Orientador: Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho.
Co-orientadora: Profª. Drª. Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros.

BANCA EXAMINADORA:



Presidente: ----------
Orientador: Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho

Membros: ----------
Co-orientadora: Prof.ª Drª. Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros

----
Examinador Interno: Prof. Dr. Walter Matias Lima

Examinador Externo: Prof. Dr. João Tertuliano Nepomuceno Agra

Maceió – Alagoas

2008

À memória dos jovens irmãos Antônio Marcos da Silva e Marcos Antônio da Silva, ambos alagoanos, vítimas da violência urbana da cidade de Maceió.

Agradecimentos

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL, na qual tive o apoio financeiro com a concessão de bolsa de estudo.

Ao colegiado do PRODEMA, em especial ao meu Orientador Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho, pela compreensão e paciência.

A Prefeitura Municipal de Messias, em nome da gestão do Prefeito Jarbas Maya de Omena Filho por conceder-me a possibilidade de uso dos dados apresentados nessa Dissertação.

A Equipe Técnica responsável pela elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Messias/AL (Equipe MCZ) *.

Ao grande mestre Jesus.

Aos familiares e amigos pelas contribuições e pela força nos momentos mais difíceis.

---

* Regina Coeli Carneiro Marques / Ana Regina Jacinto Barbosa / Chistine Agra Normande/ Ligia Maria Teixeira/ Antônio Rodrigues Junior.

Resumo

Descrevemos aqui um recorte da trajetória inicial de implementação da política de gestão participativa no Município de Messias – AL, através da elaboração do Plano Diretor Participativo. A exposição versará sobre um objeto que visa focalizar as futuras bases para a construção de um consenso a ser referendado pela Câmara de Vereadores do Município como Projeto de Lei a ser utilizado e executado como um instrumento estratégico para fomentar o planejamento local. As atividades sobre o objeto da pesquisa desta Dissertação de Mestrado tiveram início em 2006, e foram observadas e discutidas durante seminários, oficinas técnicas e comunitárias e audiências públicas decorridas naquela ocasião na zona urbana e rural do município. As diretrizes que nortearam essa discussão apontam a participação popular como instrumento sociopolítico no desenvolvimento da comunidade local. Como base teórica as fontes foram o Estatuto da Cidade (Lei. 10.257/2001), a Constituição Federal de 1988 e documentos com credenciais internacionais elaborados no âmbito da ONU e da UNESCO, dentre os quais se destaca a Agenda 21. A metodologia usada foi a *Pesquisa Observação Participante*, onde faremos uma relação amistosa e experimental com a categoria de análise cunhada da psicologia social como *Representações Sociais,* tal conceito será analisado dentro do contexto da participação popular e da inclusão social, sob a perspectiva de ressignificar a participação social de grupos e de gêneros até então excluídos do processo político participativo. Entre os resultados desta pesquisa, destacaremos os avanços na compreensão da liberdade política da democracia participativa no Brasil, mas especificamente no Estado das Alagoas.

Palavras-chaves: *Planejamento urbano. Plano diretor. Gestão participativa e Representações sociais*

Abstract

We describe here a clipping path initial implementation of participative management policy in the municipality of Messiah – AL, through the elaboration of the participative master plan. The exhibition deal an object which aims to focus future foundations for building a consensus to be counter-signed by the City Council of the Municipality as Bill being used and executed as a strategic instrument for fostering local planning. Activities about the object of this dissertation research began in 2006, and were observed and discussed during seminars, technical workshops and public hearings and community at that time elapsed in urban and rural municipality. The guidelines that have guided this discussion point popular participation in development as an instrument of sociopolitical community site. Based on theoretical sources were the city's Statute (Act. 10,257/2001), the Federal Constitution of 1988 international credentials and documents prepared within the framework of the UN and UNESCO, among which stands out the Agenda 21. The methodology used was the Survey Participant Observation, where we'll take a friendly relationship and experimental with analysis minted category of social psychology as social representations, such a concept will be analyzed within the context of popular participation and social inclusion, from the perspective of ressignificar social participation of groups and genres hitherto excluded from participatory political process. Between the results of this survey, we will highlight advances in understanding the political freedom of participative democracy in Brazil, but specifically in the State of Alagoas.

Keywords: Urban planning. Master plan. Participatory management and Social representations

Siglas e Abreviações

ACS - Agente Comunitário de Saúde
ADLIS - Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
AMCARC - Ass. dos Moradores do Conjunto Antônio Rodrigues Calheiros
AMJMO - Associação dos Moradores do Jarbas Maia de Omena
AMTM - Associação dos Motos-taxistas de Messias
AMPEC - Associação dos Pequenos Comerciantes de Messias
ASPLAN - Assessoria para Plantadores e Agricultores
CASAL - Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas
APA - Área de Proteção Ambiental
COOPAUTOM - Cooperativa Automotiva de Messias
CMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONCIDADES – Conselho das Cidades
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DOEBEC - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
EC - Estatuto das Cidades
FAPEAL - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOSPAM - Instituto de Formação Social e Pesquisa Ambiental
IMA - Instituto do Meio Ambiente
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
GG - Grupo Gestor
GESPAR - Gestão Participativa
MCIDADES - Ministério das Cidades
NEIN - Núcleo de Estatística e Informação
ONU - Organizações das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
PDP - Plano Diretor Participativo
PDPMM – Plano Diretor Participativo do Município de Messias
PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular
PL - Projeto de Lei
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PMM - Prefeitura Municipal de Messias
PSF - Programa Saúde da Família
RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RJNE - Rede de Jovens do Nordeste
RM - Região Metropolitana
RMR - Região Metropolitana de Recife
SEADS - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Alagoas
SEINFRAN /AL - Secretaria Estadual de Infra-Estrutura de Alagoas
SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPLAN/AL Secretaria Estadual de Planejamento de Alagoas
SESAU - Secretaria Estadual da Saúde de Alagoas
SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
UNESCO - Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

Quadros e Tabelas

Quadro 01 - Tramitação dos Planos Diretores dos Municípios da Região Metropolitana de Maceió/AL, no ano de 2007.....52

Tabela 01 - Percentual de participantes divididos por gênero e faixa etária no Lançamento Público do PDPMM.....56

Tabela 02 - Dados do controle de frequência obtidos da 1ª Audiência Pública do PDPMM. Levantamento do Nº. de pessoas por entidades representativas - 20 Dezembro de 2006.....59

Tabela 03 - Proporção de participação da educação escolar frente a outros segmentos sociais institucionalizados.....59

Tabela 04 - Proporção de participação do Poder Público local em relação à Sociedade Civil.....60

Quadro 02 - Nº de participantes da 1ª Oficina Comunitária do PDPMM na zona rural de Bititinga - nov. 2006.....81

Quadro 03 – Parte do Relatório da Oficina Comunitária do diagnóstico Técnico Comunitário do PDPMM (Lista de frequência de crianças participantes – Zona Rural).....82

Quadro 04 - Grupos Temáticos e algumas *Representações Sociais* sobre: Mobilidade, Acessibilidade, Saneamento Ambiental, Infraestrutura e Aspectos Socioeconômicos.....100

Quadro 05 - Levantamento dos membros do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - FDLIS (Messias/AL, Abril de 2002).....109

Quadro 06 - Propostas educacionais elaboradas pelo FÓRUM DLIS DE MESSIAS/AL.....110

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Quadros e tabelas

Siglas e Abreviações

INTRODUÇÃO……10

Capítulo I - O Problema

1.1 *Messias: de quem é esse lugar?*……*15*

Capítulo - II

Plano Diretor Participativo: é somente adesão burocrática ou é também inclusão social?……*31*

Capítulo III - Trajetória Metodológica: conceitos e categorias de análise

3.1*- A influência política da gestão participativa no desenvolvimento* sustentável.. 64

3.2 *- Interpretações descritivas das representações sociais no âmbito do espaço público*……90

3.3 *- Análises de algumas representações sociais apresentadas e apreciadas no PDPMM*……*97*

Capítulo IV- Algumas relações entre a experiência participativa e o *desenvolvimento sustentável*...……108

4. 1 *– Desafios e debilidades da experiência do Fórum de DLIS para com o desenvolvimento sustentável*……113

V - Considerações Finais...……120

VI - Referências Bibliográficas...……125

VII - Apêndice...……130

VIII - Anexos……131

INTRODUÇÃO

Essa Dissertação foi escrita a partir de critérios gerais das atividades dirigidas na Linha de Pesquisa intitulada: "*Cultura e Política do Desenvolvimento Sustentável*". O Grupo de Pesquisa é institucionalizado pela Pós-graduação do Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFAL, na Área de Estudo: "*Desenvolvimento e Meio Ambiente*" e Subárea: "*Desenvolvimento Sustentável*". O curso é integrado ao Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA. O Programa tem como proposta acadêmica a interdisciplinaridade, com objetivo principal de pesquisar e produzir conhecimentos relevantes sobre a Região Nordeste.

O perfil acadêmico de um curso de Pós-Graduação desta natureza torna-se importante para uma Universidade Federal, pois este consegue se articular e agregar alunos de graduações de diversos campos do saber, das ciências: da natureza, exatas e humanas. Como a sua atuação é em rede, busca-se uma articulação e integração entre as instituições federais do Nordeste, no sentido de uma melhor compreensão das relações que compõe o desenvolvimento da região. Enfocando as dimensões do processo de desenvolvimento ambiental, econômico e social.

A motivação pessoal que nos fez elaborar essa Dissertação, foi descrita inicialmente através da participação em reuniões, capacitações e seminários que trataram sobre adoção da gestão democrática como uma política socioambiental para resolver os problemas diversos encontrados nos municípios brasileiros. Mediante a normatização da Lei Federal Nº 10.257/2001[1], onde de acordo com o seu artigo 40, estabelece obrigatoriamente as diretrizes para aplicação do Plano Diretor e que tem como requisito constitucional a participação popular para fomentar o planejamento urbano de forma equânime e com justiça social.

Na ocasião, ao final do ano de 2006, dada à importância da implantação da Lei no cenário nacional, os 11 (onze) municípios alagoanos pertencentes à área metropolitana de Maceió começavam obrigatoriamente a construírem seus Planos Diretores. No caso da área de estudo, Messias - AL, a entidade da qual me

[1] Lei que instituiu o *Estatuto da Cidade*, onde estabelece as diretrizes gerais da Política Urbana Nacional, está em vigência desde 10 de outubro de 2001.

integrava como coordenador-adjunto, o Instituto de Formação Social e Pesquisa Ambiental - IFOSPAM com sede administrativa naquela localidade, fora convidado a participar do processo de construção e elaboração para a implementação do projeto como membros da equipe técnica local. Tratava-se naquele momento de uma proposta histórica e inovadora para um município alagoano de pequeno porte como Messias, pois era o rompimento com a concepção tradicional e técnica de planejamento do município.

De qualquer forma, foi a partir do convite enquanto membro participante, referenciado e com o sentimento de pertença com a identidade local, que se acrescentou a possibilidade de empreender essa investigação. A tentativa é procurar fundamentar algumas características que dinamizaram a compreensão da *gestão participativa* frente à realidade local de Messias/AL através da participação e da observação.

Tal ação englobou estudos na área urbana, periurbana e rural. Nosso intento foi analisar a influência da participação popular e suas interferências enquanto representatividade sociopolítica no âmbito do desenvolvimento daquela municipalidade. A abordagem descrita se dará preferencialmente em torno da experiência do processo de elaboração e construção do *Plano Diretor Participativo do Município de Messias /AL* - PDPMM[2]. Entretanto, trazemos a título de experiência participativa uma breve interlocução com uma experiência anterior ocorrida no local no ano de 2002, Fórum DLIS do Programa Comunidade Ativa[3]. Vale salientar, que a discussão estabelecida nessa pesquisa deverá situar-se no que poderemos propor como mudança social para o *desenvolvimento* em sentido *lato*, tanto dos atores institucionais na sua relação política para com os atores locais, como também o sentido oposto dessa relação. Focalizando o desenvolvimento na perspectiva de responsabilidade socioambiental a partir da influência política e da gestão de todos.

Partindo dessa sistematização, serão analisadas ações participativas discursivas, empregadas pelos atores e autores sociais partícipes envolvidos no processo de construção do PDPMM. Não obstante, e sob a óptica de algumas

[2] Trata-se de um futuro Projeto de Lei do Município de Messias, que será construído em sua obrigatoriedade pela participação popular.

[3] *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Estratégia baseada no diagnóstico participativo, definida através de parcerias entre o poder público e a sociedade civil. A agenda foi construída no município em abril de 2002. Segundo Franco (2004), o "Projeto DLIS" foi criado pela AED - Agência de Educação para o Desenvolvimento, em 2002, e o seu propósito era de multiplicar os processos de DLIS em todo o Brasil.

teorias a despeito das temáticas que serão discutidas no estudo, vislumbra-se dentre as práticas analisadas e experiênciadas na pesquisa, um encontro que nos proporcione agregar novos valores ao desenvolvimento proposto, ou que talvez se constate da dificuldade de implantar o que foi determinado pela *Lei Federal.*

É preciso, antes de tudo, registrar os avanços permitidos a partir de intermediações políticas entre as consideradas camadas populares da sociedade. Visto à luz do desenvolvimento humano, os Movimentos sociais têm se mostrado como uma importante referência na ampliação do debate sobre o espaço público e o espaço privado. No que se referem à mobilização social, suas ações tem proporcionado na abertura política para a criação de novas institucionalidades. Por outro lado, se estabelece a criação de um ambiente político favorável, que é revestido politicamente pelos interesses da coletividade, cujo objetivo particular é em transformar as condições que se encontram a vida da população mais carente nos centro urbanos. Suas ações são voltadas para uma vida em comum nas cidades e no campo com igualdade de direitos.

Atualmente a *gestão participativa* é considerada como metodologia estratégica para o planejamento e desenvolvimento dos territórios. Um Direito que não foi somente adquirido, mas reconquistado, justamente pelos movimentos sociais das camadas mais populares. Ocorre que no Brasil as instituições avançam, porém ainda permanecem os seus avanços desconhecidos e ausentes da maioria da população brasileira. No caso desde, ainda continua sendo pouco confrontado e disseminado nas diversas esferas das políticas públicas.

No intuito de examinar a postura da sociedade messiense frente ao Plano Diretor, assume-se como objetivo geral: Analisar a *experiência participativa* e sua influência política no desenvolvimento socioambiental do Município de Messias - Alagoas. Os objetivos específicos foram: primeiro Identificar por segmentos, os agentes sociais da *experiência participativa*; segundo foi caracterizar aspectos das *representações sociais* como compreensão para o *desenvolvimento local*, e terceiro analisar a experiência participativa e sua correlação frente à proposta de *desenvolvimento sustentável.*

A Dissertação consta de quatro capítulos. O primeiro situa a problemática no município de Messias, onde faremos uma exposição dos indícios sobre os dados históricos e ontológicos da formação social do Município no seu espaço geopolítico. Sobre estes aspectos trataremos a cidade como um lugar da *geografia da*

existência, a partir das análises de autores como Milton Santos e Maria Adélia Souza à luz do pensamento dialético e ontológico.

No segundo capítulo, a exposição se dará em torno das inovações democráticas brasileiras como a inclusão da *alteridade (o outro)* para o planejamento das cidades. Será feita uma abordagem teórica da *gestão participativa* a partir da perspectiva bibliográfica fornecida pelo *Ministério das Cidades*. Como o município estudado é pertencente a uma Região Metropolitana trazemos à baila a experiência do *Orçamento participativo – OP,* através dos estudiosos *Avritzer* e *Wampler* que veem este mecanismo político como uma importante ferramenta para o controle da democracia social. Para complementar o que será descrito durante o exposto, o pensamento de *Habermas* nos remete a questão da atuação dos participantes, quando estes estão envolvidos na arena de participação sobre os assuntos consensuais referentes à esfera pública.

O terceiro capítulo apresenta a trajetória metodológica através dos conceitos e das categorias de análise do estudo**.** No primeiro tópico focamos a influência política da *gestão participativa* através do conceito de *desenvolvimento sustentável*. A fundamentação teórica será a partir de autores como *Pedro Demo* que faz uma leitura entre a participação e a educação. Ainda sobre a questão do desenvolvimento trazemos à luz o pensamento de *Ignacy Sachs* e *Amartya Sen*. Considerando nesse tópico a perspectiva da *participação cidadã intergeracional através* de *Nidelcoff*, *Muñoz,* dentre outros*,* que veem a importância da reintrodução da participação desses atores sociais no debate social.

Ainda sobre o terceiro capítulo, será feito interpretações descritivas das categorias de *representações sociais* no âmbito do espaço público, mediadas pelo pensamento de Serge Moscovici e Sandra Jovchelovitch. No terceiro tópico serão analisadas *algumas representações sociais* apresentadas e apreciadas *no PDPMM.* As análises serão qualificadas e interpretadas a partir das falas dos participantes, seguindo a ideia do desenvolvimento proposto para a elaboração e construção do Plano Diretor.

No quarto capítulo, busca-se fazer uma relação entre a experiência participativa e o *desenvolvimento sustentável.* A propósito e a título de análise, trazemos à baila nesse tópico um recorte da experiência do *Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS*, como uma espécie de guia da *experiência participativa* ocorrida anteriormente no local. Nesta análise fazem-se algumas

contraposições, apontado às conquistas, os desafios e as debilidades da experiência do *Fórum de DLIS* na direção do *desenvolvimento sustentável.*

O quinto, e último capítulo descerram através das considerações finais, os objetivos da pesquisa na pretensão de apontar através dessa experiência localizada, ações que elevem a participação como conquista para se alcançar a redemocratização do país, atualmente observada como agregadora de valores ao desenvolvimento.

Capítulo I – O Problema

1.1 MESSIAS: de quem é esse lugar?

Para nos situarmos no espaço geopolítico do território analisado, faremos um breve relato como se deu a ocupação das suas terras e o marco regulatório que se estabeleceram e se recriaram desde então naquela localidade. Primeiro enquanto aglomeração humana e urbana e depois enquanto cidade. Os indícios sobre os dados históricos e ontológicos da formação social do Município podem ser encontrados em fontes privadas como: cartórios, documentos oficiais e relatórios da Prefeitura Municipal. Porém, quanto ao acesso a fontes secundárias e a popularidade pela busca por essa informação na mídia, a Enciclopédia produzida pelo *Jornal Gazeta de Alagoas* nos conta que:

> O surgimento do antigo povoado de Curralinho é registrado por volta de 1890, sendo formado por algumas casas pertencentes à família Calheiros. Outras famílias de diferentes pontos do Estado, como os Barros, os Peixotos, os Lins, os Rodrigues, e os Rosa e Oiticica para lá se dirigiram e instalaram suas propriedades atraídas pela posição privilegiada e pela fertilidade das suas terras, próprias para a agricultura e para pecuária
> (Enciclopédia Municípios de Alagoas; 2006: 324).

Como Curralinho estava em um ponto estratégico da estrada que servia de passagem entre Joaquim Gomes, Murici e Flexeiras com destino à Maceió e Rio Largo, então as famílias começaram a prosperar. Os carros-de-bois eram inicialmente o transporte mais utilizado pelos viajantes para o transporte de açúcar e madeira. Porém, logo próximo dali também se passou uma estrada férrea, que com este movimento, muito contribuiu para que a povoação iniciasse uma fase de crescimento e desenvolvimento econômico. Como novos moradores foram foi chegando, a densidade populacional foi aumentando, características que fizeram mudar a maioria dos sobrenomes presentes hoje no lugar, a saber: os Silvas e os Santos.

Em 1947 sua denominação foi mudada para Messias, segundo antigos moradores, a origem do nome do Município era em decorrência do grande número de carpinteiros existentes na época, seguidores da profissão de José, pai de Jesus, o Messias. Nesse caso, também poderíamos explicar outra razão para a carpintaria estar tão presente ali. Naquela época, com a matéria prima de sobra, devido à derrubada das árvores para o plantio e cultivo da cana-de-açúcar e para a criação de gado, os homens da cidade criativamente se utilizaram da madeira para sobreviver, dando formas e sentidos aos objetos, através desse trabalho algumas

famílias ainda hoje se mantém. Por conseguinte, podem-se vincular os dois processos produtivos com a atual paisagem que se reinventa desde aqueles tempos. Simplificadamente a paisagem é "*aparência visual ou percebida que lembra uma determinada área ou região*" (SPÓSITO; 2004: 89). Afirmando o sentido necessário para justificar essa última categoria geográfica, que continua sendo modificada através das relações entre os homens e o seu meio ambiente, vejamos a citação de Maria Adélia no artigo sobre a *geografia e o conhecimento do mundo*:

> A paisagem é, portanto, formada de fatos do passado e do presente. Ela revela processos sociais e, consequentemente processos de produção e apropriação do espaço e sua evolução. A sua compreensão, só se torna possível, mediante a compreensão do processo dialético entre forma (aspecto visível de uma coisa), estrutura (interelação entre todas as partes de um todo), função (atividade ou tarefa de uma forma, pessoa, instituição ou coisa) e processo (ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo - continuidade - e mudança) (SOUZA; 1995:08).

Se formos historicizar partes desse conceito geográfico, podemos afirmar que para consolidar a sua formação enquanto território ocupado, talvez a monocultura da cana-de-açúcar tenha sido a parte mais importante desse processo de urbanização da cidade de Messias. Antes os processos de produção eram feitos de forma artesanal e as técnicas utilizadas eram rudimentares. Por isso, em decorrência da exigência de acompanhar a dinâmica do mercado sucroalcooleiro e da sua produção na competitividade para suprir as demandas, se estabeleceu naquela região e adjacências à mecanização do processo produtivo.

Naquele período, a principal transformação socioeconômica que ocorreu no que corresponde hoje à zona rural de Messias, fora a instalação da Usina Bititinga em 1950, que teve papel decisivo no que diz respeito a sua densidade demográfica, ao seu progresso econômico no setor produtivo e as mudanças de paisagens. Embora valha ressaltar que a cidade tenha sido germinada a uma distância de 14 km da sede da Usina.

Segundo alguns comentários, do documentário produzido pela Fundação Joaquim Nabuco em 2006, sobre *a cultura do açúcar,* o arquiteto Geraldo Gomes diz que: *Por conta da própria complexidade das usinas ela acaba criando outro conjunto muito mais complexo de edifícios que deram origem a algumas cidades, têm-se como exemplo as cidades pernambucanas de Catênde e Barreiros.* Ele afirma que há uma relação de dependência das cidades para com as usinas e vice-versa, e às

vezes através dessa relação, essas acabam se confundido no próprio processo cotidiano de existência. A cidade de Messias talvez tenha tido essa configuração em um momento anterior, porém, isso não deva passar somente de algumas suposições. Como os espaços sociais são instâncias de trocas simbólicas e de conflitos, estes, acabam se transformando continuamente, e os indivíduos buscam se adaptar às novas determinações e às novas necessidades.

Com a crise regional que assolou o setor canavieiro, nas décadas 80 e 90, que inclusive, culmina em Alagoas com a falência da instituição bancária Estadual o *Produban*. Com isso, segundo dados muitas usinas tiveram que ser fechadas, quanto às propriedades, estas já não davam a mesma rentabilidade e a produção de antes teria sido diminuída sensivelmente. Permanecendo desde então, apenas os grandes grupos sucroalcooleiros que conseguiram se reorganizarem para a adequação do modelo produtivo condicionado pelo consumo mundial.

Naquele período, o Município de Messias foi então atingido pela crise socioeconômica. Em decorrência desse fato, muitas famílias da zona rural se deslocaram em direção à cidade, levando com isso um aumento significativo da população urbana hoje existente. Como a população rural dependia exclusivamente de uma cultura preexistente, esse meio de sobrevivência já não mais contribuía e subsidiava para o fluxo de trabalho, emprego, renda e o desenvolvimento socioeconômico.

É evidente que a procura pelos equipamentos urbanos existentes na cidade agravou-se o seu déficit de infraestrutura e de falta de saneamento ambiental. Mas a causa principal que consequentemente atribui-se a esse fato foi a pouco dinâmica dos interesses econômicos frente ao monocultivo da cana, e que estes não haviam sido diversificados, desde então por outras culturas ali pouco presente.

Quanto ao pequeno comércio existente e aos meios de produção local, estes não absorveram aos altos índices de desemprego na região, tanto na zona rural como na zona urbana. Um fato considerável é que naquela região, a mão-de-obra feminina já não é mais tão utilizada no campo como antes. Segundo uma ex-cortadora de cana, “*as usinas não contratam mais para não pagar os direitos que as mulheres têm – como a licença maternidade”*. A pergunta que persiste dentre outras é, como inserir essa oferta local em outros mercados de trabalho?

A título de informação, mesmo após o fechamento da Usina Bititinga em dezembro do ano de 1995, na faixa de quatrocentas famílias permaneceram

residindo no local. Tornando-se um aglomerado urbano batizado cujo nome é Bititinga, mesmo possuindo uma básica infraestrutura, como posto médico, comércio, escola e creche, esse ainda não se tornou povoado devido a contenciosos jurídicos. Por outro lado, com a falta de uma agricultura familiar e de subsistência para o sustento das famílias, muitos trabalhadores rurais não conseguiram se firmar no local e partiram para outras frentes de trabalho no Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Causas que levariam também a uma distância cada vez maior destes sujeitos das suas raízes locais e o sentimento pertença.

Foto 01: Detalhes das edificações da antiga Usina Bititinga, imagem captada da margem da BR-101. Fonte: Arquivo PDPMM. Out. 2006.

É de notar que o Município de Messias, mesmo com a crise socioeconômica que se estabeleceu após o fechamento da Usina Bititinga, ainda dispõe e tem como principal atividade socioeconômica o setor sucroalcooleiro. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Messias - STRM em 2007, embora com a sazonalidade da cana-de-açúcar, o setor empregou uma média aproximada 720 trabalhadores rurais naquele ano, e os prognósticos para os anos seguintes poderão ultrapassar o dobro de trabalhadores rurais com funções diversas desde o plantio, o cultivo e corte.

Lembrando que hoje, a função de cortador de cana na região é um trabalho apenas executado pela força física masculina. Segundo Santos (2005) o modo de produção, a formação social e o espaço, são categorias interdependentes, porém, todas juntas no processo, formam o que poderíamos chamar de modo de produção

propriamente dita. Deste modo, subentende-se que esta seria uma possível leitura parcial do local estudado, a mão de obra que sustenta as famílias e ditas às regras é do gênero masculino. Para nos subsidiar, em uma das suas explicações o mesmo autor descreve que:

> Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS; 2005:28).

Essa atividade no Nordeste tem empregado muitos trabalhadores desde a sua consolidação enquanto um meio produtivo e de rentabilidade. O sociólogo Lenivaldo Lima (2006) expressa a respeito dessa atividade, e diz que o trabalho nessa Região vem de antecedentes perversos – o da escravidão. O valor do trabalho se manifesta por vários aspectos, é calculado pela sua reprodução material e nunca pelo valor da pessoa humana, ou seja, ainda continua sendo um subemprego devido às condições materiais e psicossocial dos trabalhadores.

No modelo econômico capitalista no que se insere sobre a força de trabalho, este trabalhador rural ainda hoje é visto e considerado como sendo uma mão-de-obra não qualificada e de menor custo para o empregador. Segundo os aspectos dessa carência e da exploração dos trabalhadores da cana-de-açúcar, o grande Marx nos sinaliza com o seu pensamento:

> Entretanto, na condição crescente da sociedade, a decadência e o empobrecimento do trabalhador é o produto do seu próprio trabalho e da riqueza produzida por ele. Conseqüentemente, a miséria surge de forma espontânea da *essência* do trabalho presente (MARX; 2006: 71).

O Município estudado pertence a uma área onde se concentra o maior PIB do Estado de Alagoas. Fica localizado na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião Geográfica da Mata Alagoana, encontra-se a 26 km da Capital do Estado. O município limita-se a norte e leste com Flexeiras, ao sul com Rio Largo, e a oeste com Murici. Situado na área metropolitana de Maceió, às margens da BR-101 com acessos a BR-104. O seu território hoje ocupa uma área de 113 km² (IBGE*:* 2007). Quanto a sua "liberdade" territorial o Município de Messias foi emancipado

em 1962, pela Lei nº 2475/62, mas posteriormente, mesmo com os seus limites já estabelecidos, os problemas das demarcações territoriais perduraram.

Foi o que mostrou o Jornal *Gazeta de Alagoas* do dia 02 junho de 1977, na matéria intitulada "*Uma cidade dentro da outra*", citando um caso sui-generis na História dos Municípios alagoanos, pois: "*Quase toda a cidade de Messias, inclusive a Prefeitura, Coletoria Estadual e Delegacia de Polícia estão localizados dentro do território de Rio Largo"*.

Condizente com aquele período pode-se relacionar os conflitos enfrentados pelo gestor da época para com a crise do gerenciamento deste espaço ocupado. Como planejar um local, onde muitos proprietários não pagavam seus impostos, mesmo usufruindo da infraestrutura local, alegando estarem sob outra jurisdição? Segundo o que diz o prefeito textualmente na matéria *"- a Lei que criou o Município foi omissa - devido ao erro na colocação dos marcos de delimitação".*

Naquela época a população era algo em torno de sete mil habitantes; desta população a sua maioria habitava a zona rural; hoje, segundo estimativas dos Censos 2007, a população hoje residente é aproximadamente de 15.072 (IDEM). Como a maioria dos quais vivem na zona urbana. Isto, a nosso ver, implica no processo produtivo para formação da nova paisagem do lugar e da efetivação enquanto construção daquela cidade e da sua urbanização, que dialeticamente está sempre sendo reconstruída. Hoje o lugar possui uma nova configuração geográfica a nível institucional, passou a ter uma área territorial anterior de 105 km² para 113 km².

É de notar que alguns problemas persistiram ou se complexificaram como o tempo e o espaço ocupado, devido ao próprio processo de transformação dialética inerente para construção e formação das cidades. Partindo do exemplo ilustrativo do jornal acima citado, podemos ter uma noção superficial da complexidade da formação econômica, social, ambiental e cultural do território a ser estudado. Como pensava o Milton Santos acerca disso, somente a partir do estudo da diversidade do local e de sua historicidade, é possível ter uma visão responsável e ética sobre a sua totalidade geográfica, por isso, ele afirma:

> O momento passado está morto como tempo, não, porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetividade não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização. (SANTOS; 2004: 14).

Isso se consubstancia que o território pode já não ser o mesmo desde a sua fundação, mas, neste ainda está imbricado o presente, o passado e o futuro. Porém, se tratarmos somente como um território ocupado, poderá ser visto apenas como uma expressão de poder político-administrativo, por parte dos poderes legislativos, executivo e judiciário. Entretanto, a permanência do poderio local nas decisões permanece concentrada nas mãos dos grandes latifundiários.

Cada lugar é também objeto de uma razão global, mesmo que existam existências, intencionalidades e identidades. O mundo está no lugar e o lugar está no mundo, que numa abordagem sistêmica e atual, o mundo é o próprio lugar. Entretanto o sujeito não se reconhece muitas vezes como pertencente a tal. E este parece ser o nosso grande desafio para a gestão democrática.

Se analisarmos a Região e sobre o papel preponderante das forças produtivas na dinâmica do desenvolvimento econômico e social, suas carências advêm principalmente do meio técnico organizacional, no sentido de que para transformar o real é necessário conhecer o real. E sob o olhar da *geografia da existência*, estes, acabam se objetivando dialeticamente conforme a sua concepção de mundo.

Retomando a perspectiva ontológica marxiana, não há sociedade sem trabalho, este se insere como categoria fundante para a reprodução social entre os indivíduos. Podendo ser objetivado na prática, através das formações sociais, das transformações dos lugares e suas paisagens. O que essa ação humana provoca nos indivíduos muitas vezes é estranho e está fora de sua consciência.

Para exemplificar, a geografia crítica nos revela a lógica perversa que tem acompanhado a dinâmica da *alienação do espaço do homem*. No contexto geográfico, o fator econômico, se sobrepõe aos outros contextos? Como o cultural e o ambiental, é que:

> A especialização crescente da produção, numa base regional mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço, à sua terra, transformada praticamente em fábrica. Isto é ainda mais verdadeiro quando impõe a necessidade de estandardizar a produção, aumentar a produtividade da terra, racionalizar a atividade e, desse modo, utilizar melhor cada tipo de gleba para uma determinada produção... Também o espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que habitam (IDEM; 28 e 29).

Ao incidirmos diretamente sobre a integração da cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro no município de Messias, a atividade econômica tem como mercado comprador o município de Rio Largo e mercado fornecedor o município de Maceió. Entretanto, o produto canavieiro retirado do local é hoje considerado como commodities internacional, exportado para países da África, da Rússia, para a Comunidade Europeia e para os Estados Unidos.

Ao pensarmos a paisagem da cidade, para além dos seus aspectos econômicos, não poderíamos de deixar de lado a paisagem local sob outros aspectos tão importantes, como os patrimônios ambientais e culturais, como a água, a Mata Atlântica e os folguedos locais, dentre outros. Do ponto de vista econômico isso ainda permanece com pouca importância para o mercado valorativo local.

Para Santos (2004) a paisagem compreende-se a partir de dois elementos que são: os objetos naturais e os objetos sociais, porém se tem a tendência nas ciências sociais de negligenciar o todo. *"A paisagem, certo, não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda. Não temos senão a aparência"* (SANTOS; 2004: 35).

Na esteira da filosofia existencialista de Jean Paul Sartre (1987) onde o *Existencialismo* é um *Humanismo*, ele cita que: "*a existência precede a essência*", e que ela deve ser vivida para ser verdadeiramente sincera. Ao situarmos através da geografia crítica, a totalidade nesse caso é a realidade em sua integridade, evolui para torna-se outra intangível e dinâmica. Por isso, não seria possível abarcar a totalidade, enquanto ela é mais que a soma das partes. Como diriam alguns autores marxistas, nesse momento predominante o real é independente do que eu desejo. Embora se relacionarmos ainda na corrente existencialista, essa dialética da totalização, tem como fator determinante as suas escolhas e definições. Souza (1997) ao proferir o seu discurso *a Cidade: Lugar e Geografia da Existência*[*] nos alerta para a necessidade de procurarmos dissociar alguns termos que nos parecem iguais, mas que, de fato, são bem distintos:

> Dispensável deixar explicitada aqui a associação conceitual entre cidade e urbano, mas é fundamental distingui-los: a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza a cidade (SOUZA Apud SANTOS, 1992: 241).

[*] Esta conferência foi elaborada para o 5° Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em Salvador da Bahia, de 21 a 24 de outubro de 1997. Disponibilizado no endereço eletrônico www.territorial.org.br

Diante da complexidade dos objetos que compõem a cidade, diríamos que o urbano torna-se o corpo e a alma da cidade, e são a partir dessas relações desiguais de troca, permeadas de objetividades e subjetivações que se estruturam as necessidades imediatas dos indivíduos, e que por diversas vezes o interesse da coletividade acaba quase sempre sucumbindo aos interesses individuais. Com a composição moderna das cidades, e sua correlação referente às prioridades para esta se desenvolver economicamente, hoje o que é urbano pode ser visto como o agronegócio e a agricultura, atividades estritamente de natureza rural, e isso se tornou um paradoxo, que trás no seu bojo consequências irreversíveis e visíveis nas cidades e no entorno dos seus territórios. Como a falta de uma agricultura diversificada, o desaparecimento de espécies nativas da Mata Atlântica, a poluição dos rios pelos agrotóxicos, o aumento de temperatura no ambiente, etc.

Historicamente a materialidade presente nas cidades se faz condizente com a época na qual ela se insere e se fez necessária de forma quase natural. Essa interação é assimétrica devido à urbanização dos espaços sociais recriados dentro das cidades. Como surgem novas determinações diante das necessidades das cidades e dos seus munícipes, Messias acaba se assemelhando com a realidade do Brasil, e hoje é muito mais urbana no sentido de densidade populacional que rural.

Há algumas características particulares que são próprias e bem evidentes nesses territórios. A Região Metropolitana de Maceió teve seus limites instituídos pela Lei Estadual Nº 18/1998. Com similaridade a outras Regiões Metropolitanas do país, a Região possui um caráter não metropolitano, ou seja, a RM de Maceió se encerra na rede da cidade capital.

O município de Messias - AL, sob essa visão, formulações podem ser aludidas por causa desse pertencimento característico, por vezes é considerada como uma *“cidade-dormitório”* e de passageiros viajantes (caminhoneiros), causas que elevam a uma análise da fragilidade das suas estruturas econômicas. Porém, em se tratando de uma geografia da existência ou o lugar da transformação e do existir humano, daremos a palavra à geógrafa que assim nos justifica:

> A cidade é uma relação complexa que ainda precisa ser definida, entre as formas físicas (seu sítio, seu traçado, o gabarito das construções, seu tamanho) e as relações das forças que atravessam sua vida interior e que fixam as relações com o exterior; estas relações é quem definem as relações de dominação e de sujeição. São elas que definem os limites da

> existência ou não de urbanidade, atributo quase perdido da vida citadina contemporânea. É o desequilíbrio dessas relações que implicam na perda de urbanidade (SOUZA, 1997: 08; 09).

Neste início de século XXI com advento do paradigma da participação popular para a gestão das cidades, o município de Messias tem a oportunidade histórica de planejar ordenadamente o seu território, tendo como porta-voz os seus moradores, onde o cerne deste processo solidário é encarar os conflitos existentes que podem implicar na perda ou não de sua urbanidade num futuro próximo.

Na esteira do pensamento de Santos e Souza mais uma vez se explica os efeitos nocivos e as causas trazidas com ausência do tal processo: *o urbanismo racional-funcionalista que impregnou as cidades deste século, falhou: ao separar as funções da cidade por zona, feriu este princípio da coexistência que é* ***o debate****, destruindo portanto a urbanidade*. (IDEM; 09).

Conforme as especificações da lógica obrigatória do Estatuto da Cidade na construção de planos diretores participativos, isto tende a repercutir para novas possibilidades de ascensão das regiões turísticas e metropolitanas. Porém, o desafio aparentemente difícil para os territórios localizados nas zonas consideradas metropolitanas, é que estes, esbarram na maioria das vezes, na questão do debate entre *vizinhos distantes* que quase não dialoga entre si, não há nenhum acordo e nem algum pacto normativo. Pela lógica excludente desde a formação destas regiões, as decisões políticas quase de forma dominadoras, antecedem os debates. E estes, acabam não sendo retomados quando necessário.

Os problemas de redimensionamento territorial e espacial são razões advindas geralmente do adensamento populacional que caracterizam a formação destes aglomerados urbanos. Quanto às políticas de apoio a participação popular na esfera da vida pública, isto corresponde a uma particularidade de determinados centros organizados do Sul e Sudeste do país.

Conforme as virtudes encontradas e atribuídas à prática da *gestão participativa*, esta acaba assumindo um papel preponderante e fundante do Estatuto da Cidade - EC[4]. Dentre os seus dispositivos jurídicos: uns procuram despertar para a descentralização da gestão pública, já outros, visam que o *direito à cidade* deva ser

[4] Através dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal o Estatuto da cidade torna-se como uma espécie de medida completar ou "caixa de ferramentas" para definir de forma concreta as diretrizes da política urbana nacional. A ideia é construir "a cidade que queremos", a partir dos Planos Diretores de cada município, e é quem determinará a mobilização (ou não) dos instrumentos e sua forma de aplicação.

um instrumento capaz de reconstruir e traçar formas diferenciadas que propiciem o seu reconhecimento enquanto avanços na construção da *Cidade Cidadã*. Acrescentamos que a implementação desse processo se dá de maneira dinâmica, pois concede aos atores sociais a capacidade para a gestão das pessoas em gerir a vida pública.

Se a cidade é como o lugar que abriga a existência da totalidade, presume que sua expressividade se encontra na essência de uma dinâmica social e econômica do espaço ocupado e privado. É inegável, que esta, somente se renova de forma institucional dentro dos seus muros, quando se definem estratégias para o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos.

As práticas políticas do quotidiano devem funcionar como canais que propiciem a adesão dos sujeitos sociais, tanto para o exercício da cidadania quanto para a democracia participativa na perspectiva de inclusão social.

Ao considerarmos tais cidades apenas como aglomerados urbanos que apenas compõe a uma grande área metropolitana e depende da Capital, o enfrentamento e as resistências dos atores sócias ao incorporar a atitude de participação, são resquícios de determinadas culturas dominantes, que se perpetuam naturalmente através de interesses individuais e, são disseminadas sem nenhum esforço nas esferas sociais destas localidades. Em se tratando de um território em construção que se coaduna com outros, Souza (1997) assim acrescenta:

> Reconstruir a urbanidade é antes de tudo assumir a complexidade gerada pela coexistência de grupos, de culturas, de línguas, de religiões, de idades, de atividades. Esta coexistência é o fundamento da inteligência e, por conseguinte da liberdade. O espaço é o conteúdo desse choque permanente da diversidade (IBIDEM).

A cidade atual de Messias enquanto um lugar da existência humana, a cada dia se interroga, no sentido de sua formação ontológica de identidade social e da sua noção de cidade como um lugar complexo e diverso. Esta dinâmica social não é vista apenas como um aglomerado urbano com um amontoado de pessoas dependentes e sem perspectivas para o futuro. Será que os moradores conseguirão reconhecer a necessidade de emancipar-se para reconstruir uma cidade para abrigar as futuras gerações? Ou como será que os novos moradores vão abrigar a cidade antiga com seus espaços e transformá-los em conquista da *urbanidade*? A tendência de implantação dos parâmetros do EC é feito dentro de um quadro de

adversidades e antagonismos. E para que este atenda realmente o que está proposto na Lei, e venha se concretizar na prática, sua função mediadora, propõe-se inicialmente à reivindicação do *direito à cidade* e a essa *urbanidade* perdida.

Dentro dos critérios estabelecidos pelos instrumentos urbanísticos nele contidos, têm-se: a *Desapropriação de imóveis ociosos*, *Usucapião por tempo do uso do solo*, *Concessão de terras, delimitações de Zonas de interesses Sociais e Ambientais, Estudo de Impacto de vizinhança - EIV e Estudo de Impacto Ambiental – EIA,* dentre outros.

Estes instrumentos funcionarão como uma caixa de ferramenta para fazer cumprir a sua regulamentação. O debate lançado através das negociações públicas e populares tem como pressuposto tentar transformar a crise deflagrada pela ilegalidade da cidade atual, para uma *cidade legal* e cidadã para os atuais e futuros munícipes. A regra é que o território de desenvolva e cresça economicamente com justiça social e igualdade de direitos.

Vista do alto, se têm uma visão panorâmica do solo urbano e rural de Messias, com suas edificações, sua base econômica, sua vegetação e seus espaços vazios, dentre outros. Messias segue sua dinâmica habitual como qualquer cidade do interior brasileiro e possui problemas similares também. Porém, existe uma geografia particular com: singularidades próprias, prioridades a serem consideradas e potencialidades a serem desenvolvida, síntese dessa relação do homem com a natureza. Para ilustrar sua identidade complexa, uma visão aérea parcial do lugar que está em constante transformação dialética:

Foto 02: Visão panorâmica da cidade de Messias/AL. Em close a BR 101, sua extensão está direcionada no sentido Leste-Oeste à Capital do Estado. Fonte: Arquivo PDPMM. Out. 2006.

Na atual situação que se encontra o município de Messias, a questão do déficit habitacional parece ser um dos seus maiores problemas, tornando-se desde então um dos principais desafios a ser conquistado tanto para os gestores através das políticas de habitações, quanto para a população residente que vive a espera de uma residência fixa. Nessa primeira constatação feita através do levantamento técnico através da comunidade, foi delineado um planejamento estratégico e sustentável para a ocupação e expansão urbana do território de Messias - AL.

Devido à insuficiência e a fragilidade de infraestrutura urbana e rural, torna-se inegável que os efeitos da falta dessa *urbanidade* tão presente na localidade, deverão posteriormente sofrer consequências ainda pouco mensuráveis para os futuros gestores. Em geral, afirma-se que o crescimento populacional de Messias ocorreu devido à migração de moradores da zona rural para a zona urbana, e que se deu de forma precária e desordenada. Sem planejamento, muitos moradores ocuparam as áreas de encostas, em terrenos de alta declividade, impedindo assim, as vias de acesso para os pedestres e o curso para a drenagem das águas pluviais. A situação de risco se agrava quando se observa que algumas edificações foram feitas de taipas. Mesmo com a construção de vários conjuntos residenciais, os problemas ainda persistem.

Sob uma leitura preliminar feita pela Assessoria Técnica do PDPMM, foram destacadas três possíveis áreas para expansão da cidade e que devem ser consideradas na Lei do Plano Diretor. Do ponto de vista da melhoria da urbanização daquela localidade, o tema foi tratado exaustivamente durante as duas primeiras Audiências Públicas. Vejamos abaixo, qual foi a sua configuração:

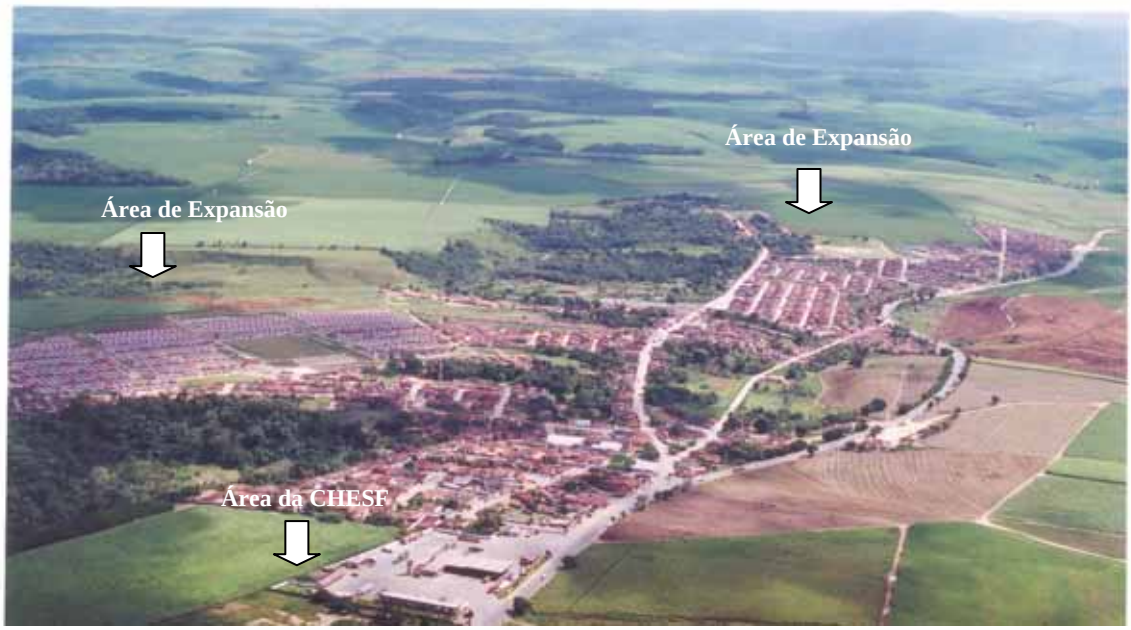


Foto 03: Vista panorâmica da cidade de Messias, no detalhe com indicação de prováveis áreas de expansão urbana, além da área pertencente à CHESF. Close da BR 101 no seu sentido mais ao norte em direção a outras regiões do país. Fonte: **Arquivo PDPMM, 2007**.

É preciso apontar a importância da construção deste diagnóstico feita pela Consultoria Técnica MCZ quanto ao uso e ocupação do solo na elaboração de um futuro plano habitacional para o município. Porém, tal conclusão só pôde ser concebida mediante as discussões apresentadas nas oficinas comunitárias. Ou seja, o suporte metodológico para a construção desta leitura técnica foi dada a partir da leitura comunitária feita pelos os atores sociais envolvidos no processo. Para se ter uma ideia, as definições dessas áreas, não foi feitas de forma aleatória. A escolha ocorreu através de critérios estabelecidos como prioritários, os critérios foram: - *a segurança dos pedestres quanto o tráfego na rodovia 101*; - *a facilidade de implantação ou implementação da infraestrutura urbana*; - *menor impacto ambiental para as Bacias Hidrográficas dos Rios Meirim, Pratagy e Mundaú*. Do ponto de vista técnico, a análise é que se conceba *uma expansão urbana* com controle ambiental.

Através das perspectivas estabelecidas pelo EC, o PDPMM tem como pressuposto adotar medidas compensatórias para adequar o território quanto à utilização racional dos recursos naturais em sua agenda local. É evidente que a proposta está em sintonia já com os discursos acentuados da atual crise ecológica, que vem sendo difundida e alardeada no mundo ocidental. Parte-se do princípio, que a meta para atingir a compreensão e a sensibilização para com esse pensamento, envolva inicialmente a esfera do poder local. E estes, podem regulamentar tais áreas e criar mecanismos para a preservação daqueles ambientes.

Diante de tal realidade, compreende-se que nem sempre o que foi aprovado pela maioria dos participantes como um consenso, será exequível para um determinado espaço de tempo, já que o território se refaz a cada dia. Por isso, é necessário prever o que ficou estabelecido como prioridade, para depois de certo tempo o PDPMM não se tornar uma Lei estática e irrevogável.

Sobre estes e outros aspectos, e devido à dinâmica provisória que caracteriza os planos diretores em acompanhar a dialética espacial das cidades, os munícipes como seres atuantes sempre procurarão se adaptar e responder subjetivamente às exigências do momento. Como a racionalidade ainda vigente permanece atrelada a conceitos ultrapassados quanto à utilização de um determinado espaço como produtivo. O termo produtivo é muitas vezes usado para validar a materialidade apenas dos espaços ocupados. Nesse caso, o *espaço geográfico*, por seu turno, se trata de uma instância do abstrato, bem como de um lugar divergente e hierárquico.

> O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (SANTOS; 2005:34).

Para Spósito (2004) o *espaço* é considerado como um conceito muito complexo, e têm várias outras interpretações, de medidas, de extensão e de deslocamento. No que se refere à cidade, o *espaço geográfico* não se apresenta apenas como parte das edificações e do concreto. As suas disposições obedecem a uma lógica de crescimento econômico e sua distribuição no *espaço ocupado*, geralmente se define quais serão as atividades e quais são as áreas de interesses.

Ao retomar a análise conceitual de Milton Santos, o *espaço* que é banalizado frequentemente, ultrapassa as fronteiras de uma visão monolítica e abrange a totalidade. Parece essencial assumir que a evolução das cidades, não é a evolução das formações espaciais, mas de fato a evolução das formações socioespaciais e econômicas.

Capítulo – II

Plano Diretor Participativo: é somente adesão burocrática ou é também inclusão social?

No Brasil, as experiências da *gestão participativa* voltada em favor do Meio Ambiente têm fortalecido várias Organizações governamentais, não governamentais e as Empresas Nacionais. Tornando-se uma referência reconhecida principalmente no âmbito internacional. O processo de participação tem se tornado dialógico e vem estabelecendo e regulando um conjunto de práticas que consiste como avanços na adequação da nova ordem, que busca alternativas para suplantar a crise social que se estabeleceu nas cidades.

Como já afirmamos anteriormente, a sociedade brasileira avança mais que suas instituições, por isto novas exigências deverão ser adotadas quanto à posição política das empresas e dos gestores e sua relação socioambiental para com a comunidade. As prioridades políticas adotadas nas suas municipalidades são tornadas por vezes, como pontuadas e limitadas, que consequentemente se apresenta como pouco atraente para a compreensão e mobilização dos seus usuários.

Por entendermos que o Meio Ambiente é a totalidade disposta em um determinado espaço geográfico. Este, por sua dinâmica natural está a cada momento se reelaborando, e sob a óptica do sujeito social torna-se uma mera abstração da subjetividade humana em querer fazer previsões. Desse modo, como endogeneizar o potencial latente dos sujeitos sociais, em aperfeiçoar o uso dos seus recursos naturais de maneira ecologicamente sustentável?

Nesta perspectiva, como atributo motivacional para fomentar a sensibilização dos sujeitos para com a participação política. E para que se efetive como uma prática ética e sustentável, *a gestão participativa* deverá reconhecer a posição que se encontram os níveis de conhecimento dos atores sociais. Qual será a sua relação e articulação com aquela discussão apresentada através dos atores institucionais?

Por forças políticas e ideológicas atuando dentro desses territórios, na maioria das vezes, os sujeitos não se reconhecem localmente, devido ao enfraquecimento das identidades locais Desse modo, quem será incumbido do papel de prepará-los

para esta proposta de mudança sociocultural? A ideia é que através da participação cidadã seja possível construir cidades mais justas, menos desigual, com equidade social e melhor qualidade de vida. Toda essa ação para a reestruturação da cidade deve ser compartilhada e corresponsabilizada entre todos os atores sociais envolvidos. Vejamos a seguir o que sugere um dos manuais disponibilizado pelo MCIDADES[5], para a elaboração desse processo urbano e de responsabilidade socioambiental que compete a todos:

> Todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município. Para que essa capacidade saia do plano virtual ou o potencial se concretize na forma de ação participativa, os processos de elaborarem planos e projetos têm de prever métodos e passos que todos os cidadãos compreendam com clareza (**PDP** GUIA PARA A ELABORAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS E CIDADÃOS; 2005: 13).

Vale ressaltar, da pouca importância dada à *gestão participativa* nos contextos pedagógicos educacionais quanto à formulação dos futuros planos diretores locais, uma dimensão ainda pouco discutida nas políticas públicas, fato esse, que deve ser compreendido e que não deve ser negligenciado pelos atores locais que as institucionalizam e a compõem.

A contribuição dos usuários da escola intervindos eficazmente em projetos dessa natureza compete outra forma de aprendizagem, tanto pela riqueza de informações e conhecimento coletados e catalogados, como pela compreensão geográfica onde estão inseridos os sujeitos (ecossistema, biodiversidade), além do que aparecem conjuntamente questões referentes a identidades e patrimônios culturais, etc.

Um Plano Diretor quando bem executado, pode constituir em uma leitura histórica razoável sobre a realidade presente no quotidiano local. A intervenção da participação estudantil e da população local na elaboração de projetos dessa natureza requer certas estratégias, além da mobilização e da sensibilização. Por entender que o plano deve ser um estudo detalhado e compartilhado sobre o meio ambiente local, este deveria ser inserido como estratégia educacional, inclusive nas mais variadas disciplinas.

Como o desenvolvimento tem sido foco de diversas abordagens, e hoje é tema central das discussões mundiais. Os Planos Diretores Participativos, como

[5] É o órgão responsável pelas diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos da Política Nacional de Planejamento Urbano.

instrumento da política urbana tem como meta indutora o de atingir o objetivo das chamadas "*cidades sustentáveis"*, que conforme estabelecem os (6) seis princípios metodológicos criados e aprovados pela *Agenda 21* com o apoio da ONU, a saber, são eles: *o das cidades sustentáveis, da Agricultura sustentável, da Redução das desigualdades sociais, da Infraestrutura e integração regional, da Gestão de recursos naturais e da Ciência & tecnologia para o desenvolvimento sustentável.*

Desse modo, a incorporação do Plano Diretor nessa discussão coletiva, poderá no futuro próximo ser uma ferramenta eficiente nesse processo que envolve transformação do Meio Ambiente em patamares de desenvolvimento com bases ecologicamente sustentáveis.

Parece-nos uma proposta razoável que deverá se aproximar para o tipo de desenvolvimento que se pretende descrever aqui. É preciso sair do conteúdo programático e pragmático imposto pela escola tradicional, e que esta deve se associar e assegura-se dos problemas locais, uma tentativa de buscar soluções a médio e longo prazo, para preparar as futuras gerações para o empoderamento e o empreendedorismo. Por isso:

> Democratizar as decisões é fundamental para transformar o planejamento da ação municipal em trabalho compartilhado entre os cidadãos e assumido pelos cidadãos, bem como assegurar que todos se comprometam e sintam-se responsáveis e responsabilizados, no processo de construir e implementar o Plano Diretor (**PDP** Guia para a Elaboração; 2005: 14).

Entendemos que a *experiência participativa* através do Plano Diretor é essencial para socializar a responsabilidade de cada membro com o desenvolvimento local, no sentido econômico, ambiental e social. Quer sejam através de representações políticas, quer sejam na apresentação de novas representatividades sociais. Fenômeno social que surge do comportamento de cada indivíduo quando se junta para discutir o interesse maior da coletividade.

Contudo, há inegáveis contradições, pois um pequeno grupo pode levar mais vantagem que *outro* que representava a maioria dos atores. No debate quase sempre o mais argumentativo e persuasivo tem mais chances de vencer na decisão final. Combater estas disparidades em relação ao conhecimento que se é adquirido no âmbito social, não é apenas ou meramente participando passivamente, mas opinando e tomando parte ativamente na discussão coletiva.

É indiscutível, que a leitura da comunidade local (*senso comum*) não seja indiferente a apresentação da leitura técnica (conhecimento científico) e vice-versa.

Porém, sobremaneira há lacunas entre as duas leituras, que parecem incompatíveis, sem quer estabelecer juízo de valor. Seguimos acompanhando o que diz o Guia de implantação do Plano Diretor Participativo*: "em discussão entre iguais e por decisões conscientes e esclarecidas. Deve ser um conjunto de regras simples, que todos entendam" (IDEM: 18).* Observa-se, que isso não tem ocorrido efetivamente na prática, devido aos problemas existentes na cidade, como os déficits habitacionais, tecnológicos e educacionais, principalmente entre os jovens estudantes e aqueles considerados excluídos da política social. Por isso e por hipótese alguma, podemos associar essa relação de participação como sendo uma relação entre iguais; decisões conscientes nem sempre significam uma *representação social* coletiva, e sim individualizada frente ao interesse de quem fala.

Democraticamente o consenso e o dissenso são benéficos nessas interlocuções, fazem parte do processo político. Porém, paradoxalmente, é nesse espaço de conflitos que essa sensibilização é justificada, pois, "*A participação cidadã constitui uma forma de intervenção na vida pública com uma motivação social concreta e um método de governo baseado em um certo nível de institucionalização das relações Estado/sociedade (ORÇAMENTO PÚBLICO; 2002: 20)".*

Ao analisarmos a condição cognitiva dos participantes ligados ao processo metodológico do PDPMM, e se por acaso o método utilizado não ficar bem esclarecido, como o indivíduo comum poderá intervir objetivamente diante dessa realidade subjetiva? A crítica aqui é construtiva, portanto, o que mais importa no momento é a possibilidade de romper com a tradição tecnocrática e burocrática que ainda reina nas instituições políticas e administrativas brasileiras.

Talvez isso, seja um dos grandes avanços para as classes sociais menos favorecidas, que por muito tempo se portavam sob uma atitude submissa e discriminatória. Se existe pouco pluralismo de opiniões e oposições políticas é devido aos interesses não diversificados no contexto local, que tenta se perpetuar com seus disfarces.

Para atrair a atenção sobre as discussões das linhas que se seguem. A cidade deverá ser observada como o cenário ideal para descrever o intercâmbio direto do homem com o meio ambiente, onde se integra como o *lugar da existência* e do enfrentamento para o *desenvolvimento humano*.

Mediante o tema abordado, e certo das dificuldades que serão encontradas para efetivação da prática da *gestão participativa* como uma política cidadã e includente

no Brasil. Não podemos deixar de acreditar que com o paradigma da sustentabilidade ecológica muitas das cidades brasileiras tentarão se adequar a essa nova óptica dos planos diretores. Porém, se sabe que tantas outras cidades cegamente seguirão sem rumo e sem perspectivas, devido aos seus inúmeros problemas humanos e urbanos, como a falta de planejamento, de diálogo e de participação popular, bem como com altas taxas de vulnerabilidade e risco social. A propósito trazemos à baila a letra de uma música do nosso cancioneiro popular. Para então daí, nos indagar sobre o tema:

De quem são as Cidades?

Nós somos da cidade
E as cidades de quem são?
De quem são as cidades?
Mesmo os que nasceram aqui
São tão diferentes entre si
E os que chegaram depois
São ainda mais diferentes de nós
Mais próximos que parentes
Vizinhos sem querer
Cidades que eram diferentes
Começam a se parecer
Esta não é mais a cidade que eu nasci
Eu moro aqui
Os incomodados não se mudam
E os que incomodam não estão nem aí
De quem são as cidades?
Nós somos da cidade
Mas as cidades de quem são?
Esta cidade não nos quer mais aqui
Nós somos um povo orgulhoso
Cada um sabe cuidar de si
Mas ninguém quer olhar pelo o que é de todos
A água, o gás, a luz, lugar não vai faltar.
Nem os incomodados se mudam
Nem mudam os que costumam incomodar (Paulo Miklos; 1994).

As vivências democráticas transcorridas nas últimas décadas no Brasil vêm acontecendo paulatinamente. Sua reconquista se ampliou com fatos marcantes como a Anistia em 1979, a Constituição de 1988, as Eleições Diretas em 1989 e a própria reforma do Estado. Pós as conquistas democráticas, o processo de descentralização política ganha base para se efetivar e se estabelece uma redefinição de competências. É pertinente citar os modelos políticos de *gestão participativa*, onde a participação popular é empreendida pelo viés de uma política de inclusão social. Na prática, essa descentralização da gestão pública sobre os

assuntos referentes à cidade e o seu território, no que concerne o seu desenvolvimento econômico e social, tornou-se um tema bastante discutido na esfera pública e nas ciências sociais. Tendo em vista, que o Brasil com suas vivências nessa área, é considerado como um laboratório rico e amplo em experiências envolvendo a *gestão participativa*.

Dentre as grandes conquistas da sociedade brasileira no século XX, tem-se o exemplo ilustrativo do *Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU*, uma das organizações populares responsáveis pela conquista dos dois artigos impressos na Constituinte de 1988, do qual se refere exclusivamente à política urbana nacional. Foi a partir dessa iniciativa popular, que suas diretrizes, puderam culminar com a aprovação posteriormente do EC. Permitindo deste modo, vários outros estágios para o fortalecimento da *Gestão Participativa – GESPAR*[6]*.,* nas intervenções das políticas públicas.

As primeiras experiências de diálogos empregados para a democratização das políticas voltadas para a participação popular ocorreram na década de 90, com a gestão orçamentária participativa nos Municípios das Regiões Sul e Sudeste, onde se destacaram as Regiões Metropolitanas - RMs de Porto Alegre e São Paulo. Disto decorre que os esforços voltados para a descentralização do poder público, quanto ao tipo de planejamento adequado. Se por um lado, legitima a sociedade civil a intervir e participar da fiscalização das finanças públicas, por outro, esperam-se na prática se exercitar os princípios políticos da cidadania. Segundo alguns estudiosos como Avritzer e Wampler este mecanismo político, deve ser tratado como o modelo de gestão mais eficiente para melhor gerenciar os bens públicos.

Na medida em que aumenta a ampliação da pactuação dos atores envolvidos no processo, o seu gerenciamento torna-se descentralizado, e é otimizado quanto à utilização dos recursos financeiros, considerando principalmente os aspectos de controle social e cuidado socioambiental.

É inegável que a participação efetiva e popular nas tomadas decisões sobre as cidades veio acontecer no Brasil de forma obrigatória, somente treze anos depois, e essa conquista se deu como já dissemos, a partir da luta dos movimentos sociais organizados. Com a criação do EC de 2001, esse modelo de gestão vem sendo

[6] Metodologia desenvolvida entre a cooperação técnica entre PNUD e Banco do Nordeste, no período de 1993 a 1999. Devido a sua flexibilidade, tem passado por novas mudanças institucionais. Inclusive passou a ser estratégia de intervenção territorial (PARENTE; 2005).

utilizado através dos Planos Diretores, com a finalidade de criar um cenário de desenvolvimento equânime e solidário para o país e seus munícipes.

Desde o início dos anos 60, se percebeu que a urbanização e a formação das cidades brasileiras se deram de forma desordenada e sem planejamento. O que levou consequentemente a uma má qualidade de vida da sua população nas décadas seguintes, propiciando em uma crescente perda de *urbanidade* dos seus usuários, com déficits em infraestrutura, em saneamento ambiental, em acessibilidade, em segurança pública e da ausência de comunicação e controle social. Porém, o que mais chamava a atenção diante do panorama, era a lógica de subdesenvolvimento que se configurava decorrente da segregação socioeconômica e sua relação direta com as exclusões socioespaciais.

A promessa é de propiciar através desta atitude dialógica, a fomentação de preparar as cidades brasileiras para o futuro, já que a sua maioria se encontra em situação de miserabilidade social. Diante das precariedades urbanas encontradas, muitos indivíduos vivem em condições sub-humanas. Conceder "*uma cidade justa para todos*" através de uma habitação de qualidade e dignidade em um país como o Brasil, tornou-se um desafio para os gestores municipais, mas principalmente em regiões consideradas pobres, periféricas e nas chamadas RMs. Essas regiões por sua dimensão territorial acabam gerando eternos conflitos e embates, por parte devido ao descontrole do uso dos recursos naturais, do adensamento populacional e pela ineficiência no controle e na articulação, enquanto organização de uma política regional.

Podemos exemplificar como um dado secundário, as experiências realizadas por algumas Prefeituras Municipais das Regiões Sul e Sudeste. É fato registrado, que foram nessas regiões nas quais primeiro se tentaram programar a atuação da metodologia GESPAR. A adesão por parte da população local, quanto ao planejamento das cidades tiveram com o Orçamento Participativo - OP, uma significativa ferramenta na busca para tentar programar o processo de desenvolvimento de forma eficiente nas referidas regiões. Entretanto, pela falta de experiências e planejamento, bem como pelas divergências dos atores e atrizes sociais, foi diversas vezes criticado por não alcançar o objetivo almejado, quanto a sua eficiência e/ou deficiência. Sobre uma visão mais otimista desse modelo de gestão, Avritzer assim se expressa:

> É a experiência de participação mais discutida no Brasil. Identificado com o governo do Partido dos Trabalhadores na cidade de Porto Alegre (1989-2002), o OP ultrapassou em muito essa dimensão tornando-se uma forma de participação local presente em 103 municípios no Brasil; a partir daí, passou também a inspirar diversas formas de participação internacional (AVRITZER; 2003:13).

O OP se tornou segundo estudos, um exemplo de gestão compartilhada, onde os partícipes compartilham e se corresponsabilizam sobre as formas de gerenciar os recursos públicos municipais, bem como aperfeiçoar os já dispostos e disponíveis sobre o território. Wampler (2003) sugere uma conceituação a respeito do processo, dizendo que: *Trata-se de uma ferramenta de transformação social que constitui uma instituição democrática inovadora e também uma instituição de elaboração de políticas públicas*. As compreensões sobre os fatores evidenciados em relação à condição desse modelo motivaram novos desenhos institucionais de práticas constituídas, e já veiculadas. Uma delas é dirigida pela construção dos atuais planos diretores municipais. Como já foi mencionada, através do EC, essa metodologia vem se destacando e determinando novos rumos para a política deliberativa dos municípios brasileiros.

Dentre os alcances para dirigir esse modelo institucional podemos subscrever que essa percepção deva ter inspirado quanto à obrigatoriedade da Lei Federal Nº. 10.257/2001. Onde foi impositiva aos municípios brasileiros a elaboração e construção de seus planos diretores, e que estes, garantam metas que objetivem a participação popular. No sentido de almejar uma gestão democrática livre, solidária e criativa para planejar o crescimento e o desenvolvimento das cidades. A nosso ver, Torna-se a condição *sine qua non* para viabilidade do processo chamado de *desenvolvimento ecologicamente sustentável*.

De forma imediata, o senso comum poderia se perguntar: o que a população “excluída” tem a ver com o planejamento ambiental e a urbanização das cidades, se as ações empregadas para a construção dos planos diretores municipais, sempre foram da competência de técnicos, arquitetos e engenheiros? É verdade que se estabeleciam as decisões da cidade sob a tutela de instituições burocráticas que se mantinham e ainda tentam manter-se no comando, não existindo alternativa. Assim, deixando à margem outros atores construtores da cultura, carentes e em falta com a urbanização nos seus locais de convívio.

Efetivamente se constata que no Brasil, em pleno século XXI, na maioria das aglomerações urbanas, ainda se constata uma falsa consciência de alguns indivíduos sobre sua ação quotidiana e sobre a função social nos lugares onde estes habitam.

Historicamente, não é tão simples assim, a dinâmica que levou à lógica da formação da maioria das cidades ocidentais, nos aponta alguns indícios significativos. Tradicionalmente a fórmula aplicada e exercitada das políticas praticadas nas cidades desde a Antiguidade, se revela com o tipo atribuído ao modelo da *cidade=polis* que se configurou na democracia grega. A exclusão se dava onde o próprio conceito de cidadania servia para determinar quem estava atrelado como membro daquela comunidade política ou daquela *polis*. Mulheres, negros e estrangeiros eram exclusos, fato que lhes retiravam o poder de serem cidadãos de direitos.

A cultura que predominava era de dominantes e dominados. Os assuntos referentes à cidade, como já dissemos era da competência de um pequeno grupo que opinava sobre a vida na cidade de uma maioria excluída. Em outras palavras, os considerados cidadãos eram os que possuíam a competência para participar das decisões sobre o que seria melhor para a cidade.

Paralelamente sob a análise dos princípios democráticos utilizados pelo processo civilizatório na chamada *modernidade* para o exercício da cidadania e da inclusão, pode citar-se: a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, o *Estado de Bem Estar Social* (*Welfare State*) ou os chamados *Direitos Fundamentais*. O contexto criado buscou minimizar a vulnerabilidade social, transferindo as discrepâncias socioespaciais de exclusão, através de políticas socioassistenciais, cada vez mais condicionando os indivíduos a ficarem sem autonomia para depender de um Estado patrimonialista, deficitário e inoperante.

No Brasil, podemos perceber que embora com os avanços ocorridos com a *gestão participativa* para o planejamento das cidades, seria ingênuo acreditar que o Plano Diretor sozinho venha se consolidar apenas com seus instrumentos legais. Pois, com o atual modelo capitalista globalizante, a sociedade economicamente dominante permanece ainda respeitando um pacto social apenas com seus sócios. Uma dentre as consequências desse processo burocrático é a forma imperativa e categórica para o uso e a racionalização dos espaços. Uma racionalidade não voltada para o bem da coletividade, mas somente a serviço de alguns, para a sua

predominância nos espaços sociais, justificando daí os privilégios baseados nos acordos sociais da propriedade privada, inalienável e intransferível.

Sabemos que a partir desse pacto político social entre iguais, muitos ficam excluídos e marginalizados da esfera pública. Mas como interferir nesse *status quo?* Um dos caminhos seria qualificar a participação para uma política voltada para a deliberação popular?

Com raras exceções, o cerne da questão da crise que perpassa sobre o futuro das cidades, antes mesmo da *modernidade* é que o interesse individual e de grupos economicamente e intelectualmente majoritários, teriam sempre se sobreposto aos interesses da comunidade mais pobre e marginalizada. A crença até então, é que só há progresso e desenvolvimento se os homens adequarem o meio ambiente a interesses individuais, e este acaba sempre sendo tratado como uma espécie de apêndice, ou melhor, como uma externalidade, principalmente dentro e no entorno das cidades.

Com o paradigma das cidades sustentáveis, seria a inclusão da *alteridade*[7] na *gestão participativa* agora uma das saídas para a crise que se instalou nas cidades da *modernidade* ou apenas uma adequação para se propagar a nova ordem mundial?

Dentro da metodologia participativa proposta pelo Plano Diretor através do EC existe prerrogativas a serem observadas, pois: *"Os instrumentos contidos no Estatuto, não são suficientes, por si sós, para fazer falar vários cidadãos que, ao longo dos anos, introjetaram atitudes de submissão, ou foram longa e duramente discriminados socialmente"* (PDP Guia para a Elaboração; 2005:45).

Atualmente dentro da Administração Pública Federal, há diversas práticas políticas de inclusão, porém muitas vezes a inclusão é tão somente para excluir os já excluídos. Deste modo se perpetuam tais práticas entre os diversos segmentos sociais, porém em graus diferenciados, isso a nosso ver, depende justamente do nível estrutural ou comunicacional dos integrantes.

No âmbito dos estudos dessa área, se acredita que é muito mais importante o qualitativo da participação do que meramente o quantitativo, sobretudo das questões relativas ao acesso das informações e do compromisso assumido pelos futuros

[7] Termo criado na Modernidade pela Psicanálise. Alter vem do Latim que quer dizer o *outro* que não é o mesmo é o considerado diferente. Entra aqui as questões das diferenças relativas às questões de condições sociais, de gênero, de etnia, de faixa etária, de crenças, nacionalidades e identidades, etc.

gestores, tanto em acompanhar as atividades ao longo do tempo, bem como o seu gerenciamento.

No caso do Nordeste, as relações de exclusão e desigualdade socioespacial entre os indivíduos nos centros urbanos e rurais, vêm se avolumando a cada dia. Os fatos demonstram uma barreira quase intransponível no que se refere ao desenvolvimento local em sua totalidade. Podemos dizer que várias são as suas características periclitantes, a saber: meio ambiente fragilizado, desemprego, analfabetismo, dependência econômica, violência urbana e rural, apartheid socioespacial, racismo, centralização dos poderes constituídos, falta de infraestrutura e ínfima participação popular sobre as questões relativas à cidade e seu território.

Quanto à normatividade da política de desenvolvimento urbano e suas diretrizes metodológicas em favor do desenvolvimento humano enquanto totalidade, não se pode negar os exemplos trazidos das experiências brasileiras na inclusão da *alteridade* na *gestão participativa*.

Sob tal ponto de vista, a análise pode-se demonstrar o espaço progressivo que tem sido conquistado quantitativamente pelos números crescentes de organizações não governamentais surgidas nos últimos tempos. Sua capacidade de atuação vem circulando na produção de novos espaços públicos. São novas condicionalidades que emergem trazendo traços condizentes com a promoção ao desenvolvimento em sentido pleno e integrado, e que podem culminar para um convívio qualitativo dentro das cidades.

Porém, podemos indagar sobre a autonomia dada aos sujeitos através das diferenças ideológicas. Até que ponto isso pode ser considerado positivo? Pela aplicação da Lei que institui o Plano Diretor, se acredita que a partir da ressignificação das identidades e das potencialidades locais, essas ações venham a contribuir para melhorar o cenário de desenvolvimento no que consiste a urbanidade municipal, regional e nacional do país.

É notável a variedade de instrumentos hoje instituídos no Brasil, tais como: conselhos, comissões, orçamentos participativos, conferências, fóruns, audiências públicas, consórcios, plebiscitos e referendos, etc. Na prática participativa se evidencia que há uma heterogeneidade natural frente às condições intrínsecas do próprio universo social, que é inerente para a formação e existência das cidades modernas. Porém, o que se atesta nesse caso, é a possibilidade de que todos

possam exercitar através da *gestão participativa,* o principio da cidadania, que no fundo é o respeito e a tolerância pelas diferenças.

A propósito, a infraestrutura institucional de cada comissão ou conselho no que consiste a sua participação e interferência nas políticas públicas, varia de município para município. Dentre as regras requeridas para a evolução e um bom desempenho, certamente dependerá de uma mobilização substancial dos atores sociais envolvidos. Na análise sobre as inovações democráticas iniciadas no Brasil nos anos 90, o OP nos serve de base para exemplificar o processo, Wampler, assim se manifesta:

> Conseqüentemente, quando as regras permitem e demandam uma quantidade maior de participação, a pressão dos líderes comunitários e dos representantes do governo sobre a realização do que foi demandado aumenta. Os governos ficam expostos diretamente às demandas de uma população mobilizada que, por sua vez, limita a capacidade dos governos de esconder informações. Isso aumenta a importância do OP como um vetor da "transformação social", como espaço *público* deliberativo e como uma instituição participativa (WAMPLER; 2003: 76).

Através da experiência da Região Metropolitana de Porto Alegre muito se têm discutido sobre os efeitos positivos da transformação comportamental daqueles indivíduos, em relação ao aumento no nível de participação e em termos de adesão e engajamento. A esse respeito há divergências e convergências, no que sucede o consenso, sendo assim:

> Do ponto de vista quantitativo, a experiência do OP de Porto Alegre, de fato, não é exatamente consagradora, embora relevante do ponto de vista político, quando dissemina um discurso democrático e lentamente muda a cultura da cidade (IDEM: 98).

Embora haja controvérsias teóricas quanto a sua efetivação social, uma das saídas encontradas pelo último filósofo da *Escola de Frankfurt* para vencer o *capitalismo selvagem,* foi a *Teoria do Agir Comunicativo*. Onde se busca através de uma fala ideal a construção do consenso na esfera pública, Habermas nos permite mediar o nosso aporte bibliográfico, já que para ele, a linguagem é o fundamento ontológico para a construção da sociedade. Pois:

> Na prática comunicativa do quotidiano, as interpretações cognitivas, as expectativas morais, as expressões e valorações têm de qualquer modo que se interpenetrar. Os processos de entendimento mútuo do mundo da vida

> carecem por isso de uma tradição cultural em toda sua latitude e não apenas bênçãos da ciência e da técnica (HABERMAS; 2003: 33).

Para Habermas, fatores dispersos da razão reencontram na prática comunicativa quotidiana a formação de um novo equilíbrio, o argumento é que *"compreender o que é dito exige participação e não a mera observação" (IDEM: 44).* Sob a teoria no seu entendimento prático, não se pode dissociar a interpretação de determinado objeto, sem uma objetividade de sua compreensão. Neste caso, o ouvinte deve saber o que o outro tem a dizer, somente a partir da sua interpretação conceitual do mundo, a linguagem sendo assim executada, terá alguma pretensão de validade. As perguntas elaboradas por Habermas é pertinente para esse momento. Por isso, mais uma vez ele se expressa:

> Com que modo de agir comum queremos nos comprometer?', ou: 'A que modo de agir comum queremos nos obrigar?' Com isso entra em cena um elemento pragmático. Pois, quando o modo de agir carente de fundamentação é de natureza coletiva, os membros do coletivo têm que chegar a uma decisão comum. Eles têm que tentar convencer-se mutuamente de que é de interesse de cada um que todos ajam assim. Em semelhante processo, cada um indica ao outro as razões por que ele pode querer que um modo de agir seja tornado socialmente obrigatório, cada pessoa concernida tem que poder convencer-se de que a norma proposta é, nas circunstâncias dadas, 'igualmente boa' para todos. E é o semelhante processo que chamamos justamente de Discurso prático (IBIDEM: 91).

Como estamos tratando da *gestão participativa* como uma análise resolutiva e metodológica para o gerenciamento das políticas públicas das cidades, as discussões geralmente são regidas pelos diálogos, sobretudo aqueles construtores dos discursos normativos. Em se tratando de uma racionalidade consensual, a perspectiva da teoria habermasiana, nos dará uma posição relativa aos atributos que poderão ou não se relacionar diretamente com a atual situação e suas demandas decorrentes. O caráter decisório e normativo das regras desse novo saber racional é coordenado pela linguagem, os seus elementos reguladores, seguem assim desde sempre a uma função:

> A língua funciona, aliás, como o mais importante meio de coordenação das ações. Juízos e posicionamentos morais que se apoiam em normas internalizadas se exprimem numa linguagem carregada de emoções. Contudo, quando o consenso normativo de fundo desmorona novas normas precisam ser elaboradas, faz-se mister *outra* forma de comunicação. Nessas circunstâncias, os participantes precisam confiar na força orientadora dos "discursos normativos": chamemos esta influência de *governança normativa.* É nesta governança da ação, da crença e da emoção que podemos encontrar um lugar para os fenômenos que

> constituem a aceitação de normas, em contraposição à sua mera internalização (HARBERMAS; 2004:31).

Isso se dá reafirmando e mediando as recentes inovações introduzidas nas instituições democráticas brasileiras, onde se tem como proposta no discurso normativo do EC, o diálogo entre as camadas populares com outros segmentos mais institucionalizados da sociedade. A este modelo se deve acrescentar a cooperação entre as partes, como a primeira estratégia para fomentar, condições de igualdade e sociabilidade dentro e no entorno das cidades.

Entretanto esta atitude dialógica se apresenta como um desafio em tentar determinar e delimitar qual a sua influência no sentido de transformar em uma mera aceitação da *governança normativa* através de uma *gestão participativa*. Quanto à missão, é preciso considerar a internalização de cada um dos atores a esse respeito, que consiste em consolidar a implementação da *gestão participativa* no país de forma mobilizadora. No livro intitulado *Participação e Deliberação*, em um dos ensaios, Gaventa, assim se manifesta:

> O Brasil pelas reformas constitucionais, movimentos sociais e inovações políticas que abrigou na última década, tem sido um dos mais importantes laboratórios do mundo a experimentar o que significa aprofundar a democracia na prática, e a enfrentar as dificuldades de fazê-lo. (Gaventa et. alli; 2004: 8).

Sob o ponto de vista ético, o modelo operante que tem sido implantado sob a forma de inclusão social nas políticas públicas do Brasil, ainda caminha tenuemente na direção de superar as disparidades, no sentido de igualdade na participação e do seu engajamento nas arenas de decisões. A conscientização a esse respeito será extremamente determinante para o discernimento das propostas estabelecidas, bem como a sua resistência frente aos desafios que se perpetuam através dos conflitos ideológicos.

Pois acreditando que o comprometimento dos atores envolvidos reduz a noção de incompetência e da ingerência político-administrativa dos gestores públicos e suas instituições burocráticas. Sendo assim não devemos esquecer o papel fundamental da Educação no processo de instrução e formação social para o exercício diário na vida política.

A sua importância como ponto de partida, vai desde o poder de fomentar a participação, passando pela mudança de mentalidades, pela visão de mundo e pela concepção histórica do quotidiano, até chegar-se a construções de novos

conhecimentos para suprir as necessidades de uma determinada carência social. Sendo assim, entende-se que:

> O modo como sentimos nossa vida está mais ou menos determinado pelo modo como nós mesmos nos entendemos. Por isso os discernimentos éticos sobre a interpretação dessa autocompreensão intervêm na orientação de nossa vida (HABERMAS; 2004: 41).

Considerando como exemplo, o que se acredita pelo *senso comum* nas classes sociais menos favorecida, da noção que se tem de democracia, esta, varia desde suas concepções até suas práticas. No Brasil, a aparente a democracia é julgada erroneamente e está atrelada apenas ao direito de votar em representantes políticos, ou seja, elege-se alguém para reger as vidas das pessoas. É necessário reafirmar e reconhecer a importância da democracia, que não se restringe apenas ao direito de votar em Partidos Políticos e candidatos em épocas eleitorais. Embora o voto deva ser visto como uma arma importante para cobrar uma melhor governança do poder público, que neste sentido deve-se ultrapassar a mera aparência da democracia, que é o *governo dos outros*.

Em termos gerais, já dissemos que pouco se tem opinado sobre outros direitos democráticos fundamentais, como o *Direito às cidades*. Vale lembrar, que a ideia de uma cidade para todos, não foi uma conquista impressa e consolidada apenas pelos Constituintes de 1988. Como citamos anteriormente, mesmo indo de encontro aos argumentos ideológicos por parte de grupos conservadores, sua bandeira teve êxito e foi obtida por meio de uma Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, construída e subscrita por cerca de 130.000 assinaturas do eleitorado brasileiro. Constam que essa participação e mobilização social resultaram na inserção dos Art. 182 e Art. 183 da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, de forma gradativa assumiu-se dentro das diretrizes das políticas públicas praticadas no território brasileiro, um novo olhar sobre a democracia e a participação. Compreendidas como dimensões fundamentais para valorizar o desenvolvimento humano do seu povo. Com base na política de construção de planos diretores participativos afirma-se que:

> Configura-se uma politização que vai além da questão urbana porque se estende para o âmbito da justiça social e da igualdade. Tem como centro nodal a questão da participação democrática na gestão das cidades, tão discriminado pela lógica excludente dos planos tecnocráticos dos anos 1960 e 1970, apoiados em saberes técnicos, dos quais a população era considerada incapaz de saber, agir e decidir (SAULE JÚNIOR et al; 2006:15).

Em meio a outros avanços da Constituinte e apesar dessa conquista ser resumida apenas em dois artigos, ambos serviram de base para fundamentar a criação do *EC* em 2001, a criação do Ministério das Cidades - MCidades, consequentemente o Conselho das Cidades - ConCidades[8] e a Conferência das Cidades[9]. Sendo estes, os instrumentos legais que normatizam, instituem e acompanham os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes ou que fazem parte das Regiões Metropolitanas e turísticas a elaborarem e programarem os seus planos diretores obrigatoriamente.

Possibilitando uma nova trajetória de direcionamento e de legitimidade política, onde os diversos atores e atrizes sociais, sendo ou não representantes da sociedade civil organizada têm como Direito Público, em integrar, elaborar e construir o desenvolvimento da política urbana nos municípios.

Sob a óptica metodológica da *gestão participativa* na construção dos planos diretores, em Messias inicialmente se instituiu um Grupo Gestor - GG (**Anexo-A**) para acompanhar os trabalhos de implementação, dos diagnósticos, das resoluções e deliberações para com o projeto. O grupo foi composto pelos diversos segmentos da sociedade civil local. Após o encaminhamento dos diagnósticos para os órgãos competentes, o Plano Diretor de Messias será submetido à aprovação como reza o Estatuto. A Câmara Municipal definirá finalmente o que fora decidido em conjunto com a população durante a sua elaboração. Os respectivos gestores deverão formalizar por decreto junto às instituições o seu *Conselho Municipal da Cidade*. Sua função é a de acompanhar o desempenho dos trabalhos dos gestores locais e discutir sobre as deliberações conquistadas e determinadas nesse futuro Projeto de Lei Municipal, configurado como o Plano Diretor Participativo do Município de Messias - PDPMM.

Por intermédio do recurso deliberativo firmado com a população, asseguram-se daí as condições de delinear mecanismos éticos capazes de influir nas decisões dos gestores locais, no que diz respeito à cidade e a reestruturação de todo o seu território. A isso se deve o acompanhamento e a atuação dos futuros conselheiros

[8] É o órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva. Foi empossado em abril de 2004 com o objetivo de construir uma política de desenvolvimento urbano.
[9] Um marco na democratização da gestão das políticas urbanas e habitacionais das cidades brasileiras.

locais, que virão aderir de forma participativa e autônoma nas deliberações a estes atribuídas.

Na tentativa de contribuir para avançar e colocar em prática o desenvolvimento proposto através dos exercícios democráticos dentro e fora da cidade e na municipalidade como um todo. Na análise de Alves (2002), a questão urbana sob o prisma da Constituição se insere e induz juridicamente à criação e a formação desses chamados “Conselhos”. Porém, é notório que enquanto práticas efetivas da política brasileira existem desafios a ser superado, como compartilhar ações políticas de planejamento e corresponsabilizar esses atores sociais do seu papel social?

Partindo dessa propositura, como a inclusão da *alteridade* pode interferir nesse pacto integrador de desenvolvimento? Como a legitimação por meio desses procedimentos ultrapassa a política deliberativa, Habermas mais uma vez nos descreve sobre a condição da neutralização de conflitos de valor e revela suas controvérsias:

> Se nós, participantes de discursos políticos, não pudéssemos convencer outras pessoas, nem aprender com elas, a política deliberativa perderia seu sentido – e o Estado democrático de direito, o fundamento de sua legitimação. Se os envolvidos – certamente dotados da consciência falibilista de poder errar a todo momento – tampouco tomassem como ponto de partida que os problemas políticos e jurídicos controversos podem ter para si uma solução “correta”, então a disputa política abrandaria seu caráter deliberativo e degeneraria a ponto de se tornar uma luta exclusivamente estratégica pelo poder. Sem estarem orientados para o objetivo de uma solução de problemas passível de comprovação baseada em fundamentos, os participantes não saberiam de modo algum o que *procurar*. Por outro lado, como envolvidos, não podemos ignorar ingenuamente as evidências empíricas (HABERMAS; 2004: 326).

Seria ingênuo não notar que os atores sociais envolvidos na participação têm interesses diversos, e geralmente se escolhe o melhor para o grupo ao qual existe o sentimento de pertencimento. Em sentido específico, talvez este sentimento se manifeste como um dos gargalos e entraves para os prejuízos ao desenvolvimento em sua totalidade.

Nesse caso, a condição relegada ao *outro* é como se fosse apresentada como a própria objeção na distinção e compreensão do que se entende por desenvolvimento. Admitindo assim, que tais indivíduos não são dotados da capacidade de discernimento, sua função enquanto participante na esfera pública,

somente atrapalharia os objetivos concretos do que já fora determinado burocraticamente pelo grupo majoritário como de direito exclusivo. Nesse contexto antagônico, as ideias liberais perpassam no tempo, onde os sujeitos continuam a agir em causa própria, são autocentrados e egoístas por natureza, justificando ainda as práticas de distribuição das terras, do mercado e do consumo entre os seus pares e sócios.

O contexto apresentado nos permitiu emitir algumas considerações a respeito da condição dos sujeitos em desvantagem social, mas principalmente do que sobra enquanto ação prática para mudar as regras do jogo. No geral, a partir do que é dado como prática inscrita pelas instituições dominantes, os sujeitos em seu sentido comportamental estarão cada vez mais propensos a hábitos e rotinas reprováveis.

Sem a interação do conjunto da sociedade para mediar os conflitos, as práticas de *pleonexia*[10]*,* hábito comum das antigas cidades ressurge como um obstáculo bastante presente nas arenas de participação. Talvez o que pode ser desenvolvimento para uns, pode significar subdesenvolvimento para outros, sob um sistema de dominação, acaba sempre vencendo o mais forte, o mais persuasivo e argumentativo, ademais a participação popular fica a mercê de uma mera composição e aceitação acrítica. A propósito quando a *pleonexia* burocraticamente vem se sobrepuser nas discussões coletivas:

> Trata-se da construção do mais assimétrico dos mundos o que pode ser expresso mediante a seguinte formulação: Para mim, tudo de bom, não importa se são coisas legítimas ou não. Para o outro, nada, também não importa as mesmas, legitimidade, justiça e dignidade (MONTEIRO; AYRES; BARROS et. alli; 2006: 43 e 44).

Conforme a perpetuação desse fenômeno pleonéxico na *experiência participativa*, os pressupostos até aqui discutidos seriam degenerados. O enfoque mencionado perpassa pelas questões culturais, regionais e territoriais, que envolvem a tradição, a ideologia, o senso comum, a comunicação, a informação, a linguagem, a *alteridade* como identidade, a ciência, o conhecimento e a educação formal, social e familiar como a matrizes iniciais para a evolução ou não do processo.

[10] O termo vem do grego que significa avareza gananciosa e exclusivista.

Quanto às abordagens relativas à economia, o planejamento estratégico para o desenvolvimento das chamadas *cidades ecologicamente sustentáveis* é o grande desafio do século XXI, diante de interesses tão díspares e antagônicos.

A análise nos conduz a diferentes investigações. Será que a criação de novos mecanismos de participação e deliberação é mais eficaz do ponto de vista do desenvolvimento regional para vencer a *pleonexia*?

Diante das carências e necessidades sociais existentes nos municípios brasileiros. Como essa cultura emergente pró-participação, pró-mobilização e pró-cidadania, poderão adicionar e agregar valor ao desenvolvimento local em um contexto tão desigual como o que se veem nas Regiões Metropolitanas - RMs?

Já se sabe que existe uma falta de interesse e dinamismo político, tanto por parte dos gestores como por parte da população. Por isso, como enfrentar a problemática, da dependência dos recursos territoriais disponíveis, e como superar a manutenção do *status quo* com seus territórios despactuados*?*

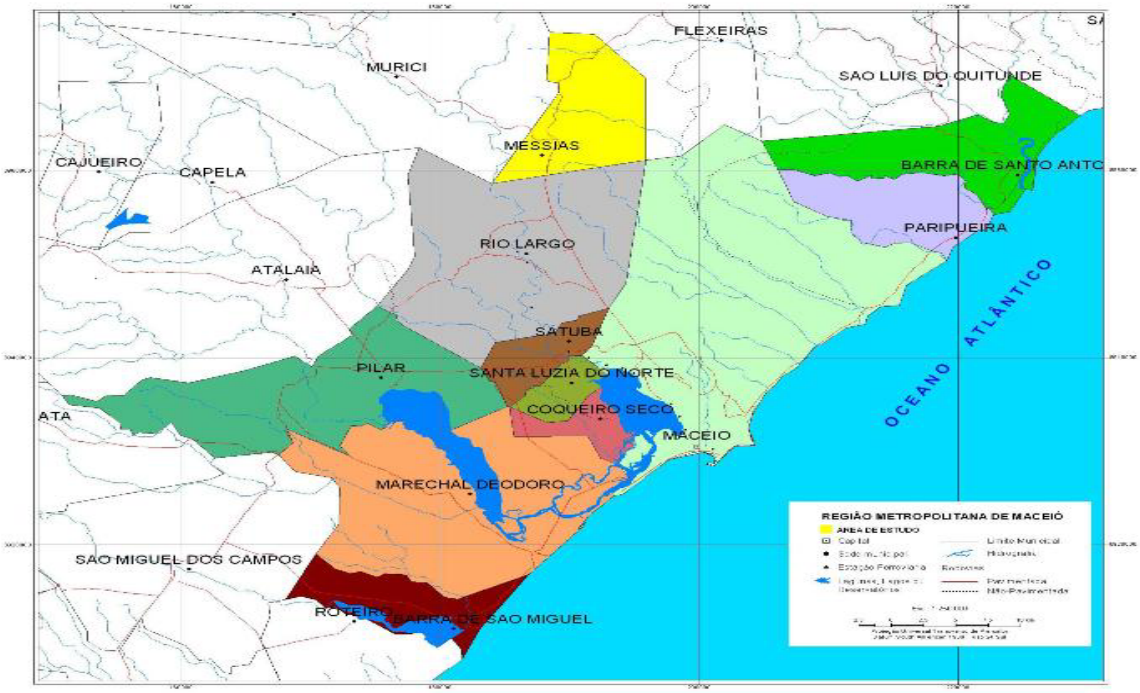
Nesse sentido, subentende-se que o que se ensina durante a vida desses atores para a sua formação enquanto ser social nessas regiões são conteúdos estranhos e alheios a realidade local. Por isso, se não é reconhecida à realidade ou a totalidade das causas primeiras dos problemas socioambientais, como será possível controlar ou conter o uso e a utilização dos recursos disponíveis de forma sustentável, principalmente em áreas consideradas de riscos como as áreas metropolitanas do Brasil?

No âmbito das experiências brasileiras em RMs, embora tenha sido instituída sob outros pressupostos em relação à área estudada, a Região Metropolitana do Recife - RMR, segundo Lima (2004), quanto à cooperação intergovernamental essa Região tem mostrado planejamentos bem-sucedidos. Todavia desde a sua criação em 1973, enfrentam-se dificuldade para garantir a pactuação. Consta que:

> A Região Metropolitana de Recife foi uma das poucas do Brasil onde a agência de planejamento metropolitano foi capaz de sobreviver às séries crises que acabaram por extinguir praticamente todas as demais agências similares que haviam sido implantadas na década de 70 no Brasil. Além disso, houve a tradição do envolvimento da universidade nas discussões do órgão, contribuindo para o pluralismo (LIMA; SOARES: 2004).

Sob a óptica de territórios despactuados, como é o caso da Região Metropolitana de Maceió, a construção de um pacto de governança entre as

prefeituras e os órgãos metropolitanos já deveria ter sido implantado com certa urgência, na prática a *experiência participativa* aparece apenas burocraticamente e institucionalmente em Conferências Estaduais e nos Encontros Municipais. Embora a meta não deva ser desmerecida, nem mensurada, pois é necessário que aprofunde ainda mais o debate. A condição proposta da razão territorial da região permite que todas as atividades e ações praticadas nos municípios vizinhos a Maceió, deverão ser exercidas com base no interesse regional. Vejamos abaixo a figura do Mapa da Região Metropolitana de Maceió.



Mapa 1 - Região Metropolitana de Maceió/AL. Em destaque o município de Messias na cor amarelo. Forma digital shp. Fonte: IBGE; 2006.

Nesse primeiro momento o Mapa da Região Metropolitana de Maceió, poderia já nos indicar onde estão inseridos os recursos naturais do território. Talvez isso, nos permita fazer uma análise superficial do chamado "*desenvolvimento ecologicamente sustentável*" a partir das áreas de confluências dos rios e da dependência desse recurso socioambiental entre os municípios. Dentro de uma concepção política com base na ecologia sustentável, a pactuação e o diálogo entre as *alteridades* vizinhas deverão ser constantes, tanto para estabelecer a participação inter-regional, como para um planejamento para minimizar as perdas crescentes da biodiversidade da região.

O enfoque sob o Mapa nos permite viabilizar outros olhares sobre o local e sobre a região. Durante as oficinas comunitárias foi feito uma leitura a partir da óptica dos atores partícipes no processo do PDPMM. E no que consistiu como emblemático para a *experiência participativa* foi que houve uma atenção especial da indicação da posição estratégica de Messias no Mapa da Região. No sentido, de está ligado às malhas rodoviárias federais e estaduais, destacando a BR-101 como a principal via de acesso e escoamento da produção do Estado. O Aeroporto Zumbi dos Palmares, que apesar de não fazer parte da infraestrutura municipal, está a menos de 10 km. Além da sua proximidade com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL e a Capital Maceió.

De acordo com um diagnóstico apresentado pela Equipe Técnica do PDPMM, constatou-se que dos 11 municípios da Região Metropolitana de Maceió que foram obrigados a implantar os seus planos diretores, apenas 01 deles não havia disponibilizado esta informação. O Estatuto da Cidade estipulou um prazo que se venceu em 2006, e que foi prorrogado até 28 de fevereiro de 2008. Até o final do ano de 2007 em Alagoas, apenas dois planos haviam sido aprovados, mesmo diante das cobranças do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC e das punições no não repasse das verbas da União e dos Estados da Federação.

Talvez como justificativa dos Municípios, o argumento se sobressaia quanto ao curto espaço de tempo na obrigatoriedade da implantação da Lei. E que também não foi considerado pela Lei 10.257/2001, as questões financeiras e estruturais das prefeituras, já que não se dispõe em sua maioria de profissionais capacitados para elaborar um projeto dessa natureza. Os motivos gerais da situação de precariedade quanto aos recursos humanos são semelhantes entre os municípios brasileiros, e que por isso não conseguiram concluir os seus planos diretores em tempo hábil.

Como proposta inevitável, trata-se de um projeto estratégico para o desenvolvimento das RMs do Brasil, pois, destaca-se nesse cenário, a necessidade de cooperação e de negociação entre as partes interessadas que compõe tais regiões. O desafio se estende na dificuldade de reunir e criar parcerias aos que estão submetidos a essa regra diretamente, pois não existe um pacto metropolitano que obrigue tal política.

Do ponto de vista logístico, a implantação das Resoluções normativas no âmbito do território nacional não foram tão intensificadas nos municípios alagoanos como confirma pelo vencimento dos prazos iniciais. Entretanto, em se tratando da

Região Metropolitana de Maceió, a configuração de aprovação dos planos em 2007 postas no **Quadro - 1**, no ano de 2008, já deve ter sido modificada sensivelmente. Porém, o que permanecerá nas mesmas circunstâncias será ainda baixa articulação e intersetorialidade metropolitana. Ressaltando, que não se reconhece a valorização dos fatores de participação, de integração e pactuação. Atos estes, indispensáveis nas confluências e articulações para o sucesso das elaborações e construções dos projetos de planejamento urbano entre os municípios integrantes.

Quadro – 1

Tramitação dos Planos Diretores dos Municípios da Região Metropolitana de Maceió/AL, no ano de 2007.

Espaço / **Tempo**	Sem informação	Iniciados	Processos adiantados	Anteprojeto	Aprovados
Maceió					**X**
Marechal Deodoro					**X**
São Miguel dos Campos				**X**	
Messias			**X**		
Satuba			**X**		
Rio Largo		**X**			
Coqueiro Seco		**X**			
Santa Luzia do Norte		**X**			
Pilar		**X**			
Paripueira		**X**			
Barra de Santo Antônio	**X**				

Como podemos detectar em 2007, através desse levantamento parcial sobre a tramitação da construção dos Planos Diretores Participativos da Região Metropolitana de Maceió, ocorreram atrasos por dois fatores importantes, uma é pelo enfretamento da participação popular frente às discussões, e o outro é pela demora e desinteresse significativo por parte dos gestores e atores locais em cobrar as razões para a construção e implementação do Projeto de Lei. Talvez pudéssemos apontar como uma das causas que elevou o desinteresse da maioria da população alagoana tenha sido a falta de aprofundamento das informações contidas no próprio EC. Desse modo, entende-se que é necessário aprofundar as

discussões de quais foram às outras causas que impediram as suas efetivações em tempo hábil.

Quanto aos planos diretores já aprovados na Região, deve-se fazer uma autocrítica de maneira adequada, pois como a participação popular é pequena, muitos gestores poderão se valer das suas complexidades e das lacunas da própria lei, e aprovarem seus planos diretores de forma rápida, não respeitando as diretrizes que compõe os diálogos entre as partes interessadas no processo. Ainda mais que:

> No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, o Legislativo e o Executivo municipais deverão garantir '[...] a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade'. A publicidade dos documentos e informações produzidos, bem como o acesso de qualquer interessado a eles, é outra responsabilidade prevista. (O presidente da República, ao sancionar o Estatuto, vetou algumas coisas. Entre elas, o dispositivo que tornava nula qualquer lei que instituísse um plano diretor sem a participação popular. O argumento utilizado foi que isso violaria a Constituição, por ferir o princípio federativo que assegura a autonomia legislativa municipal) (MORENO; 2002: 117).

Será que os gestores estaduais e municipais têm interesses para com esse tipo de desenvolvimento? Entendemos que esse tipo de *gestão* ainda desperta pouco interesse da sociedade.

Ressaltamos que quanto às suas implantações nos municípios brasileiros a falta de mobilização social talvez tenha sido o grande desafio. E para combater e enfrentar essas lacunas deixadas de lado pelas políticas públicas deve-se estabelecer os alicerces teóricos e práticos para reconstruir essa perspectiva de futuro.

A incorporação de elementos que motivem e contemplem tal dinâmica social poderão criar instrumentos que podem reforçar a identidade local e regional. Considerando não só a ideia de se pensar dentro de uma demanda cultura localizada. Nesse caso, o social, o ambiental e o poder econômico devem ser encarados como uma política da existência humana. Quanto às negociações, o *outro,* mesmo com uma postura de participação relativamente baixa, na prática sua vida quotidiana é formadora de opinião.

É evidente que a ideia fundante de desenvolvimento das cidades, seja vista por alguns autores de forma não linear, no entanto, o seu enfoque busca operar seguindo determinados passos, e um deles é que os problemas da cidade sejam

discutidos e corresponsabilizados por todos os partícipes e envolvido no processo de ocupação dos espaços sociais habitados.

Não existem modelos prontos de *gestão participativa*, mas o que deve ser orientado para o planejamento local é uma pactuação em torno de incentivar, reprimir ou qualificar o uso dos recursos sociais e ambientais, considerando os aspectos que se aproximam e se distanciam do *desenvolvimento* humano daquela razão de viver em comum em uma comunidade.

A Postura de participação e de engajamento dos indivíduos para com a *gestão participativa* pode se tornar em medida decisiva para tornar uma cidade ecologicamente sustentável. Já que a mobilização social é decisiva, e abrange para a melhoria de áreas vitais, que qualifica o desenvolvimento humano nas áreas da *educação*, saúde, qualificação profissional, geração de emprego e renda, o uso e à ocupação do solo, o saneamento ambiental, Infraestrutura, o desporto e o lazer. Mesmo se selecionarmos uma abordagem reducionista no nível da complexidade da demanda local, entende-se que enquanto as necessidades humanas estiverem sendo supridas e destacadas, estas refletirão na região como um todo, positivamente ou negativamente.

Acreditam-se, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com base nas atuais discussões, que a estruturação desses segmentos sociais, dará os níveis indicadores que proporcionarão as garantias básicas mínimas para fomentar o combate à pobreza cognitiva dos sujeitos, ou seja, o seu desenvolvimento humano.

Entende-se que todos os direitos criados e conquistados pela a sociedade brasileira deverão ser visto e entendido, como um direito coletivo e que a sua abrangência não só reflete naquele determinado espaço geográfico, mas além de suas fronteiras territoriais. Sendo assim, se quisermos alterar e aperfeiçoar as ações, seria necessário um plano diretor para cada instância social, devido a suas complexidades e distorções. Para a análise do *PDPMM,* a inclusão da participação popular no processo de *gestão participativa* poderá nos revelar a dimensão histórico-social que há entre o interesse da população e do governo para a realização e a efetivação desde projeto, bem como subsequentemente o seu desenrolar.

Alguns desses dados podem ser caracterizados inicialmente a partir da Lista de Frequência para sensibilização e formação do Núcleo Gestor (**anexo – B**),

confeccionada e formalizado no momento do Lançamento Público para apreciação do projeto do Plano Diretor pela população messiense.

A logística para a mobilização e a sensibilização ainda é vista como o grande impasse para o sucesso da participação da sociedade, poucos municípios alagoanos conseguiram apoio financeiro para execução do projeto, e outros tiveram que disponibilizar os seus recursos próprios, que foi o caso do Município de Messias.

Considerando os canais de informações disponíveis no município para atingir a população, os mais utilizados para a sensibilização e mobilização foram: *Jornal impresso, convite formal*, *carro de som*, *cartazes*, *faixas*, *rádio local*, *reuniões técnicas* e o chamado "*boca-a-boca"*.

O nosso intuito aqui é evidenciar alguns reflexos do comportamento social e político da *experiência participativa* do PDPMM, conforme a tendência de tentar se aproximar da propositura determinada pelo EC e para justificar a sua efetivação enquanto um Projeto de Lei sério e validado. Pode-se, sobretudo pensar que com a fomentação da inclusão do *outro* no processo, seja possível gerar a construção de um plano emancipado com a participação efetiva da população local.

A experiência que foi obtida a partir da mobilização social ocorrida no Lançamento Público do PDPMM nos dará superficialmente uma ideia como esta foi concebida. Paralelamente, contextualizaremos dentro do nosso objeto de estudo as influências desse processo dialético inovador, na qual caracterizamos a partir de algumas posições sociais existentes que regularam a discussão naquele espaço democrático. Ainda que com os diversos veículos de comunicação utilizados para propagar a comunicação do PDPMM nas áreas urbanas e rurais da localidade. Mediante o que foi constatado, apenas 0,6% da população compareceram naquele primeiro momento. A título de análise à participação popular sistematizada por gênero e faixa etária, foi composta e se configurou assim:

Tabela - 1

Percentual de participantes divididos por gênero e faixa etária no Lançamento Público do PDPMM

Faixa Etária / **Gênero**	Jovens	Adultos	Subtotal
Masculino			51%
Feminino			53%

Total	0,1%	99%	

Se formos analisar a participação de acordo com o gênero dos participantes, de modo analítico podemos concluir que houve um equilíbrio por parte dessas categorias, isso demonstra que a *alteridade* (como o gênero feminino) hoje se tornou papel preponderante para as tomadas de decisões, pelo menos na *experiência participativa* do PDPMM. Como as mulheres têm tratado as questões ambientais é algo a ser discutido, a sua importância para manter o equilíbrio ambiental do planeta tem se mostrado um tema em pauta das políticas mundiais, trazemos à baila a Agenda 21 no *Princípio 20 da Declaração da Rio – 92*[11] onde esse gênero humano: *"As mulheres têm papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável"* (AGENDA 21; 1997: 597).

Na análise do quadro de participantes podemos suscitar ainda a *experiência participativa* e suas relações com outras figuras da *alteridade* que se refere à faixa etária dos envolvidos: apenas 02 participantes se apresentaram como representantes dessa categoria, uma da *Pastoral do Movimento Jovem Popular - PJMP* e a Outra da *Rede de Jovens do Nordeste – RJNE/AL*. Ainda que poucos representantes da categoria juvenil se fizessem presentes no lançamento do projeto, estes, politicamente estavam bem representados, pois os dois Movimentos sociais possuem representação política e social a nível regional. Embora não pontuando que a grande maioria esmagadora dos participantes foi composta por adultos.

Como a proposta obrigatória é a inclusão de todos os partícipes no processo, algo nos chama a atenção no que envolve os antagonismos existentes no campo ideológico e religioso e dos interesses peculiares de cada grupo. No campo da representação religiosa temos: uma *Missionária* e um *Ministro da Igreja Católica*, um *Pastor protestante* e um *Pai-de-Santo*, embora tenham ocorrido 03 representações religiosas, a Igreja Católica ainda é maioria no que tange a participação popular

[11] Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro de 3 a 14 de Junho de 1992. As contribuições foram calcadas através da implementação da Agenda 21, onde o foco é a relação do meio ambiente com o desenvolvimento.

devido ao grande número de adeptos, inclusive se confirma através do **anexo – B** com a existência de uma Associação dos Romeiros.

Um fato considerável no cenário dos interesses sociopolíticos é a participação de 03 integrantes da Comissão *Pastoral da Terra - CPT,* representando os moradores do *Assentamento Flor do Bosque* e 03 integrantes e representantes das *Usinas Santa Clotilde* e *Utinga Leão*, ambas as representações têm interesses diversos e são extremamente antagônicas e possuem os seus particularismos.

Porém, como já dissemos o Plano Diretor de Messias, assim como todos os outros planos diretores que serão executados no território nacional, tem como função sociopolítica tentar dirimir os conflitos. O diálogo vislumbrado deverá recorrer entre as partes conflitantes, do urbano ao rural, entre o pobre e o rico, entre o jovem e o adulto etc.

Entretanto, talvez um dos fenômenos sociais diretos no contexto da atual crise que assolou o Brasil nos últimos tempos tenham sido os *Movimentos pela terra*, onde de um lado têm-se os proprietários das terras (latifundiários), por outro se têm os que lutam para conquistá-la (*os sem-terra*). No município essa querela ainda continua mal resolvida, e as políticas voltadas para dirimir os conflitos têm se mostrado insuficiente para dar conta do crescimento desse fenômeno.

Como estamos sempre nos remetendo a um suporte pedagógico enquanto uma via interessante para otimizar e qualificar ainda mais o objeto de estudo, poderíamos nos decepcionar em querer caracterizar e quantificar dentro da tabela do **anexo – B**, a atuação da instituição escolar local. No momento de Lançamento Público do Plano Diretor para se fazer a escolha voluntária do Grupo Gestor - GG, apenas 01 participante se apresentou como estudante, além de 02 (duas) professoras, 01 (uma) técnica em educação e a Secretária Municipal de Educação, totalizando 05 representantes ligados diretamente à educação do município. Curiosamente nenhum se propôs voluntariamente a este compromisso.

Quanto a essa representatividade, nos indagamos se houve realmente uma mobilização efetiva por parte da comunidade estudantil ou se estes não têm interesses em melhorar e entender o local onde estão inseridos? Implicando outros perfis sociais na tabela do **anexo – B**, percebemos que o Associativismo se mostra como algo a ser implementado e incrementado no local, isso devido ao maior número de participantes desse segmento desde o Lançamento Público e nas Audiências Públicas seguintes. Condição que nos faz pensar em uma *Educação* como o lugar

ideal e que pode voltar-se para essas práticas empreendedoras que no fundo qualifica os atores sociais para o empoderamento local. Segundo análise de Demo, no seu livro *Cidadania Pequena*:

> O associativismo representa o direito dos direitos, porque é ele que funda a proposta da organização em torno do bem comum, como a Constituição para qualquer país: nela surge a nação, organizada em torno de uma carta de intenções, que define direitos e deveres de todos. Enquanto as pessoas não se associam de alguma forma, temos uma população dispersa, sobretudo não temos regras de jogo da convivência possível. (DEMO; 2001:23).

Vale ressaltar um fato interessante, a quantidade do público participante desde o Lançamento o Público até a ***1ª** Audiência Pública*, permaneceu praticamente a mesma. Porém, houve um aumento qualitativo e significativo dos participantes envolvidos ou que faziam parte da instituição educacional local, como também o comparecimento de outras representatividades a nível Estadual e Federal.

Diante da **Tabela - 2**, faremos algumas observações em relações aos grupos participantes, no que concernem as suas representatividades político-sociais frente ao PDPMM.

Dos dados levantados na frequência da ***1ª** Audiência Pública (***Anexo – C**), procuraremos fundamentar a importância do Associativismo e das Entidades de Classes enquanto grupos proativos interessados nas tomadas de decisões sobre a reforma urbana da cidade, e talvez sejam eles os reais interessados e conhecedores da realidade socioterritorial do Município.

Tabela – 2

Dados do controle de freqüência obtidos da 1ª Audiência Pública do PDPMM.
Levantamento do Nº. de pessoas por entidades representativas - 20 Dezembro de 2006

GOVERNO MUNICIPAL 48	**EXECUTIVO** 47	SAÚDE	15	47	48
		EDUCAÇÃO	18		
		ASSISTÊNCIA SOCIAL	11		
		ADMINISTRAÇÃO	03		
	LEGISLATIVO 01		01		
GOVERNO ESTADUAL		*SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS.*	02	05	
		CASAL	02		

	FÓRUM DE JUSTIÇA	01	
GOVERNO FEDERAL	*IBGE*	03	
SOCIEDADE CIVIL	*MOVIMENTOS POPULARES*	23	48
	ENTIDADES RELIGIOSAS	03	
	EMPRESÁRIOS	02	
	ENTIDADES DE CLASSES	10	
	SEM REPRESENTAÇÃO	10	
PARTICIPANTES	**TOTAL GERAL**	104	

Se o Plano Diretor tem como prerrogativa geral, avançar na gestão democrática da cidade e planejar e usar de forma eficiente os recursos ambientais de maneira ecologicamente sustentável presume-se que vai desde as potencialidades locais com seus equipamentos urbanos, até atingir os periurbanos e rurais.

Vejamos em detalhe como foram distribuídos alguns segmentos sociais frente à *experiência participativa* e sua influência na implementação do PDPMM. Lembrando que a **Tabela – 2** revelam apenas os participantes da ***1ª** Audiência Pública (**Anexo – C**)* ocorrida em dezembro de 2006, na zona urbana de Messias. Ressaltamos que os dados obtidos podem ter uma margem de erro de 0,1% para menos ou para mais.

Tabela - 3
Proporção de participação da educação escolar frente a outros segmentos sociais institucionalizados.

Educação	18%
Movimentos Populares	23%
Entidades de Classes e Trabalhadores	10%

Segue daí algumas considerações preliminares: De um total de 104 participantes na ***1ª** Audiência Pública*, sem contar com a Assessoria Técnica MCZ e a Equipe Técnica Local. Dos tópicos analisados, e ao adequar os dois últimos segmentos por afinidades, enquanto entidade constituída tem-se 33% de representatividade política frente à Educação, que neste caso, esta última é observada como o verdadeiro instrumento de transformação social que vai além das perspectivas conhecidas de desenvolvimento para as futuras gerações. Constata-se que enquanto sociedade civil organizada a um considerado índice de participação em relação a outros segmentos isolados daquela comunidade, e não foi

considerado na tabela acima, o grupo dos sujeitos sem representações formalizadas os chamados desempregados e as mulheres conhecidas como “do lar”.

Em se tratando de uma abordagem relacionada à participação do Poder Público local e a Sociedade Civil na proposta da *gestão participativa* do PDPMM, obtivemos um equilíbrio qualitativo resultante dos dois grandes segmentos da sociedade representativa local, para ilustrar tal constatação segue a:

Tabela – 4
Proporção de participação do Poder Público local em relação à Sociedade Civil

PODER PÚBLICO MUNICIPAL	48
SOCIEDADE CIVIL	48
TOTAL DE PARTICIPANTES LOCAIS	96

Vale ressaltar, no que concerniu a participação do Poder Legislativo, considerada como a peça principal de um município, o mesmo ficara em último lugar com apenas um único participante. Como segmento representativo importante, denota-se uma participação preocupante, no qual serão os referidos legisladores, enquanto representantes da Câmara Municipal que aprovarão posteriormente as propostas apresentadas. Define-se que é a partir desse órgão, por onde sairão às leis urbanas que regerão as decisões sobre a cidade e o planejamento territorial. Segundo a cartilha fornecida pelo Mcidades “*os vereadores podem aprová-lo, propor modificações ou até mesmo recusá-lo, devolvendo ao Executivo para uma reelaboração” (BONDUKI; 2006: 14)*.

Isto significa que a legisladores municipais deverão promover e definir ações que poderá ou não se adequar ao que foi decidido pela maioria dos participantes. Embora com uma participação insuficiente, a Câmara Municipal obrigatoriamente deverá suprir a lacuna deixada na sua representação, pois o Projeto de Lei que estabelece o PDPMM só será legitimado através da aprovação pelos Vereadores.

Se observarmos e delimitarmos as maiores participações locais por número de participantes tem-se os representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade civil. Embora no total de 104 participantes, se formos dividir entre os segmentos

sociais maiores, o Poder Público teve a maior participação com 56% frente à Sociedade Civil com 48%.

Registramos através dos dados que permanecemos atrelados a preceitos antigos como, por exemplo: a maior intervenção do Poder Público nas tomadas de decisões. No entanto, podemos afirmar que houveram de outro modo, avanços na política da participação popular, muito embora se possa ser representado apenas enquanto sujeitos da Sociedade Civil Organizada.

Segundo os dados de 2006 obtidos através da ***1ª*** *Audiência* do PDPMM, Messias na área educacional possuía 04 escolas de ensino pré-escolar, com 318 alunos matriculados, 15 escolas de ensino fundamental, com 2.965 alunos matriculados e 01 escola de ensino médio, com 248 alunos. No município, existem 5.668 habitantes alfabetizados com idades acima de 10 anos (47,30% da população).

De certa forma, os dados fornecidos já não condizem com a nova realidade do momento e tenha sido quantitativamente modificados. O que chama à atenção é o índice de pessoas alfabetizadas que dá sinais de que a metade da população não é alfabetizada, e não participa porque se conotam na condição dos indivíduos sem-representação, e isto ocasiona em uma defasagem por parte das disparidades da sociedade que continua desorganizada. Nota-se também entre as atividades correlacionadas um pequeno número de participantes que se denominam como estudantes, um dilema antigo e que deve ser abraçado pelos atores locais como um desafio, sendo a educação escolar como a *conditione sine qua non* que favorece o desenvolvimento e o empoderamento local.

Segundo alguns autores que tratam da participação popular na gestão dos bens públicos, Gohn (2001) assim nos chamam a atenção:

> A direção geral das ações coletivas caminha no sentido do chamado *emporwement*, o empoderamento de grupos ou indivíduos via capacitação política e organizacional que leva ao resgate/crescimento da autoestima e à construção da identidade, assim como o acesso a oportunidade de emprego e geração de renda, item de relevância numa conjuntura de desemprego. O empoderamento torna mais fácil também o acesso aos serviços públicos devido à difusão de informação que gera (GOHN; 2001:1219).

Embora devam dar condições para preparar os atores para tal fim, não podemos tratar as etapas de um processo dessa natureza apenas pela via argumentativa de que para participar, deve-se primeiro qualificar os atores através da educação escolar. A importância da *gestão participativa* e sua aceitação espontânea

deverão quem sabe um dia, atingir toda esfera pública, isso é um dado importante e que deve ser conquistado:

> Especialmente devido à proeminência e á urgência dos debates recentes sobre a desigualdade socioeconômica e o crescimento dos níveis de pobreza, a participação vinculada aos objetivos de mudança social e ao "desenvolvimento" *lato sensu* que vêm alcançando crescente respeitabilidade e legitimação, inclusive científica (NAVARRO; 2003: 109 Apud EVANS, 2001).

Desde os anos 80 o caráter que tem gerado os modelos de autonomia das organizações sociais e dos movimentos sociais brasileiros tem acumulado problemas de ordem estrutural, com tendência a serem politicamente ativos apenas localmente, visando apenas interesses pessoais e manipuladores de uma Assessoria Técnica especializada e burocrática.

Porém, segundo Gohn (2005) o cenário daquela época gerou bons frutos. Por exemplo, com a crise em torno da ecologia e apesar do apelo capitalista sobre a questão, a sociedade civil como um todo começa a se manifestar através de reivindicações mais abrangentes, em função da nova óptica mundial em buscar mecanismos para melhorar as condições de sociabilidade dos indivíduos.

Ela nos alerta sobre a importância das demandas educacionais e suas articulações na busca de responder ou equacionar os problemas de ordem estrutural com temas de algumas áreas específicas, como: Educação Ambiental, Educação sobre o patrimônio histórico cultural, Educação para a cidadania, Educação contra discriminações: sexo, idade, cor, nacionalidade etc. Dito de outro modo poder-se-ia acrescentar uma Educação inclusiva e incisiva, pautada na *gestão participativa*. O intuito é para facilitar que o conhecimento esteja associado à responsabilidade socioambiental dos atores sobre o ambiente local, sobretudo, para melhorar a sua convivência com *o outro* e conhecer ainda mais a diversidade existente dentro e no entorno da cidade e entender a sua dinâmica.

Capítulo - III

Trajetória Metodológica: conceitos e categorias de análise

Quando abordamos no primeiro capítulo o esteio da leitura da geografia crítica de Milton Santos, foi introduzido que o que é condizente com *a cidade* a despeito de sua função social é o seu espaço. Este sim, se expressa como o *lugar do acontecer solidário*, e neste fenômeno vital de articulação, são requeridas discussões delineadas, focadas principalmente para minimizar as perdas crescentes e constantes de sua urbanidade. No que se insere a participação política e popular na retomada do **debate** sobre o espaço público.

Metodologicamente a pesquisa teve como principal atributo a *Pesquisa Observação Participante*[12] que se iniciaram no final do ano de 2006 entre visitas de campo, seminários, reuniões técnicas, oficinas comunitárias e duas Audiências Públicas. Bibliograficamente foi empregado na discussão da problemática do objeto de estudo, além do instrumental fornecido pelo Ministério das Cidades - Mcidades, autores como Pedro Demo que trata sobre a questão da participação e sua relação com a educação, bem como outros estudiosos que relacionam tal questão ao desenvolvimento como Sachs e Sen. Considerando autores que tratam da perspectiva da *participação cidadã intergeracional*. Além disso, na análise categorial faremos uma pequena interpretação do conceito das *representações sociais* mediante as observações do pensamento de Serge Moscovici e Sandra Jovchelovitch.

3.1 – A influência política da *gestão participativa* no *desenvolvimento sustentável*[13]

A discussão sobre o posicionamento dos atores locais na *gestão participativa* é pouco relevante para a maioria das pessoas que vivem no Brasil. *"Talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros, mesmo porque é um projeto milenar viver às custas dos outros"* (DEMO; 1996: 25). Sob a influência da intervenção dessa perspectiva democrática para atenuar os problemas dos municípios e cidades brasileiras, ainda ocorre pouca participação. Segundo Demo (2001) a maior das fragilidades do povo brasileiro é a de possuir uma *cidadania pequena,* e as reflexões recaem sobre a pouca sensibilização e falta de mobilização dos atores envolvidos.

Se crermos que o primeiro passo, para ser concedida a participação, seja a submissão, quanto à disposição dada para tal espaço. Esta percepção é vista como

---

[12] "Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele - onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes" – outras denominações *"Observação Participante", "Investigação Alternativa", "Pesquisa Participante", "Investigação Participativa", Auto-senso", "Pesquisa Popular", "Pesquisa dos Trabalhadores", "Pesquisa –Confronto"* . As nomenclaturas mudam apenas de nome, mas aponta para o mesmo horizonte. Ver Org. Carlos Rodrigues Brandão. *Pesquisa Participante*. Editora Brasiliense. 1983.

[13] No final da década de 80, a ONU, por meio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), tornou público o documento produzido pela Comissão Brundtland. O Relatório Brundtland (1987), sob a rubrica, *Nosso futuro comum*, define o Desenvolvimento Sustentável como *aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de prover às suas próprias necessidades.* Vale lembrar que o conceito foi usado na Rio-92, onde 170 países adotaram como diretriz para promover as suas políticas públicas de desenvolvimento.

ofertada e compreendida como a única possibilidade da participação no debate. Compreende-se que sob essa perspectiva, os sujeitos participantes são meramente expectadores e receptores na condição de participar. Tendo em vista, que muitos sujeitos sociais acreditam na sua ausência enquanto uma conquista de direito social. Esta tendência ainda é predominante, e se naturalizou neste modelo histórico de participação:

> Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade (IDEM: 19).

Nestes termos, para Demo a participação é um processo de conquista, e trata-se de uma intervenção autocrítica na realidade. Na verdade, isso não pode ocorrer somente pelo efeito mecânico, quando o chamado para participar é feito pela cobrança do Estado. Cada um dentro do seu espaço reconquistado pode se convencer da importância da postura participativa e de sua autopromoção na vida quotidiana. Se relacionarmos o potencial dessa metodologia a uma instância educativa diria que a:

> Educação comunitária participativa significa, entre outras coisas, que, de um lado, o Estado se compromete a sustentar a necessária rede de atendimento, e, de outro que a sociedade a assume como conquista sua. Ela mesma será a primeira interessada em que nenhuma criança falte à escola, que o prédio seja digno, que a professora seja capaz e bem paga, que o material didático seja adequado e montado, tanto quanto possível, pela própria comunidade, e assim por diante (IBIDEM: 24).

Como já foi dito, a *educação* é promotora e agregadora de desenvolvimento, porém, os impactos político-sociais diretos diante dessa formulação, devem submeter-se cada vez mais as imposições operacionalizadas pela nova ordem estabelecida na vida moderna. Como postura consolidada pela mídia e pelas empresas, o Meio Ambiente hoje é utilizado com viés indutor para se alcançar o desenvolvimento, porém muito mais no sentido e significado, ainda de crescimento econômico e de ganho material.

Como estratégia atual das empresas na adesão para com a responsabilidade socioambiental, há dualidades entre as propostas de crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico, é inegável que para avançar neste último campo, em um mercado competitivo e ideológico, a educação e o conhecimento devem

caminhar juntos. E esse binômio, não deve se restringir ao instrucionismo falibilista tradicional que se perpetuam nas escolas públicas e técnicas, voltadas apenas para o mercado de trabalho, tratado de formas opostas das reais necessidades locais. As propostas de *desenvolvimento humano,* com enfoque no empreendedorismo dos agentes sociais, se traduzem sobre possíveis alianças com todos os segmentos sociais, na busca de alternativas empenhadas na promoção da conquista de uma cidadania sustentável.

Ainda que as contribuições para a sensibilização e a mobilização das lideranças locais são feitas a partir das soluções imediatistas, trazidas através dos métodos exógenos de associativismo e cooperativismo. Neste caso, o seu objetivo não produz eficazmente a equidade social, como um compromisso fundamental. Porém, é dever da coletividade apreciar essa disposição para exercitar o controle social e se informar dos instrumentos por eles disponibilizados.

Os efeitos a serem estabelecidos como estratégias institucionais para vencer o cultivo da pobreza política, presente no território brasileiro, ainda são pouco visíveis. Em se tratando de controle democrático do Estado sob a óptica da população, reconhece-se, Demo (2001) que a pobreza política é muito mais drástica e danosa do que a carência material. Quando acentuamos os desafios da aprendizagem, no que toca a capacidade de aprender para a vida pública, ressaltam-se dois horizontes essenciais:

> a) a aprendizagem precisa ser *reconstrutiva:* não se aprende reproduzindo conhecimento vigente, mas refazendo-o; reconstruir significa partir do que já existe culturalmente, e imprimir a presença da mão própria, para que a inovação seja monitorada por sujeitos que sabem o que querem; ressalta o sentido da autonomia, da emancipação.
> b) a aprendizagem é sempre fenômeno *político:* não se restringe ao manejo do conhecimento, mas abrange seu questionamento crítico, a ética de sua gestão aplicada, o sentido humano das mudanças; aprender é profundamente torna-se sujeito capaz de desenhar sua trajetória, deixando para trás a condição de massa de manobra; aprender é sobretudo confrontar-se com a pobreza política (IDEM: 93).

Há uma variedade de modalidades didáticas, como a economia doméstica, a educação à distância, a educação ambiental, dentre outros, que prometem minimizar as discrepâncias existentes no ensino-aprendizagem das escolas brasileiras. Porém, como as novas tecnologias educativas não são ainda disponíveis para todos. Os modelos existentes não são assim tão sedutores, quer seja do ponto de vista do *saber fazer,* que seja do ponto de vista do *saber dizer*. O desafio nesse caso

consiste em querer transformar o sistema operacional vigente, que por muito tempo permanece sedimentado, privilegiando apenas para algumas realidades e regiões do país. Muito do que se ensina nas escolas nordestinas e nas instâncias de controle social, se burocratizam e acaba não sendo suficientes para despertar o interesse dos sujeitos, no que concerne o seu desenvolvimento humano dentro dos seus territórios.

Neste sentido, no tocante as informações e as habilidades, a falta de acesso por parte dos sujeitos sociais, logo tem obscurecido o processo de desenvolvimento. E isso consta que existem algumas determinações que privilegia a perpetuação de tal dimensão, "*o pobre não tem como sair da pobreza, se não descobrir criticamente que é injustamente pobre" (DEMO; 1996:97).* Diante dessa formulação de poder tradicionalmente internalizada. Tomam-se como referência os fenômenos de participação. Há de reconhecermos que as contraposições e condutas das organizações civis, geralmente giram em torno de uma postura voltada essencialmente para as necessidades imediatas de seus pequenos grupos institucionalizados.

Na era da competitividade mercadológica, o local tornou-se o centro das inovações. Há certamente problemas culturais, que se estabelecem e resistem às mudanças. Entretanto é fundamental potencializar e aperfeiçoar os recursos existentes. Desse modo, quando tratarmos da qualificação do sujeito local, o caminho para viabilizar tal transformação, não dependerá de modelos exógenos*. "A qualificação do cidadão e do trabalhador não se esgota em treinamentos estereotipados, mas precisa evoluir para a idéia de alimentação constante da empregabilidade e da atuação política organizada" (IDEM: 70).*

No caso da região estudada, muitos jovens sobrevivem apenas dos subempregos, falta de mão-de-obra qualificada, e isso foi um dos pontos levantados nas audiências e oficinas comunitárias do *PDPMM*.

Mesmo admitido que o processo produtivo da cana-de-açúcar, até então, não sobreviveria sem o *cortador- de - cana*. Os trabalhadores da região precisam se qualificar, mesmo porque as Usinas responsáveis por esses trabalhadores, hoje são consideradas como indústrias de alimentos. Decorrente dessa nova configuração há outras especificidades empregadas e reativas para se inserir e competir em um mercado cada vez mais exigente.

Não muito diferente dessa realidade, no Brasil sobram empregos, só que não existe empregabilidade, os investimentos são mal empregados e ineficientes. "*A qualificação dos atores locais é determinante para a transformação". Do contexto social e para o fomento de novas atividades econômicas... a educação para o empreendedorismo" (SILVA JÚNIOR et, alli; 2006: 26).*

É evidente que a educação pode integrar e otimizar outras formas de desenvolvimento, porém com ressalvas, como cita Demo:

> Todavia não cabe esperar da educação milagres, sobretudo o milagre impossível de mantendo o sistema capitalista, desfazer sua marca de objetivar o lucro acima de tudo. Também não cabe imaginar ilações mecanicistas, como se a educação, sozinha, salvasse o mundo (DEMO; 2005: 103/104).

Embora a educação tenha sido bombardeada por interesses políticos e materialistas. O seu envolvimento diante da nova óptica socioambiental será determinante e tem como ponto inicial, a transformação dos conceitos distorcidos sobre o que seria um desenvolvimento social em sua plenitude. Sachs a partir da ideia de sustentabilidade menciona que é preciso reconceitualizar o desenvolvimento que é:

> Como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente (*também tratado como o outro) grifo nosso* (SACHS; 2002: 60).

A cidade mesmo planejada é um lugar de contrastes e conflitos, mas essa relação se potencializa quando se trata de adequar o homem a uma nova realidade. No campo, a dificuldade é de mantê-lo com a infraestrutura e proteção básica para a sua sobrevivência e permanência no local.

No caso de Messias, muitos moradores da cidade são advindos da zona rural, uma realidade bastante preocupante para a gestão do local. Quanto ao acesso e a quantidade de equipamentos disponíveis na cidade, estes, também se mostram insuficientes para suprir a demanda, que cresce a cada dia.

No geral, isso não tem sido diferente em outras localidades brasileiras, pois: "*Hoje, o território nacional abriga 170 milhões de habitantes. Chegamos ao ano 2000 com 137.755.550 brasileiros vivendo em áreas urbanas, o que significa que 81% da população brasileira moram em cidades"* (EC PARA COMPREENDER; 2001: 01).

Dificilmente essa estatística poderá ser revertida no Nordeste do país. A nosso ver, o contexto é ainda mais agravante nas consideradas áreas metropolitanas, pois se vive sob a tutela de uma economia política de urbanização das cidades. No território estudado, a concentração do poder econômico na manutenção da monocultura da cana-de-açúcar, tem sido nos últimos 15 anos, o grande vilão responsável de expulsar os homens do campo para a cidade, tanto para aumentar o plantio, como para concentrar a sua produtividade. Vejamos os dados abaixo:

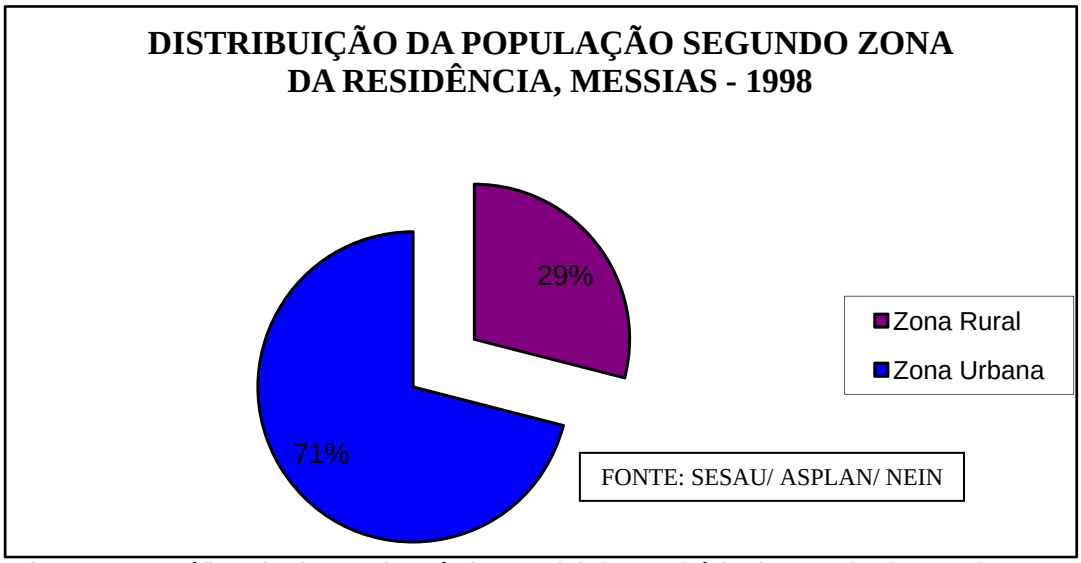


Figura 01 - Gráfico citado no Diagnóstico Social do Município de Messias/AL. UT/1999.

Quanto a este fenômeno periclitante do êxodo rural no município, dentro desses 09 anos os dados correlacionados, não demonstram nenhum tipo de avanço qualitativo, pois se observa que mais de 80% dos munícipes residem na cidade. Como a tendência foi da elevação dos índices da população residente na zona urbana, ocorreu um adensamento quanto à ocupação e o uso do solo urbano, de forma desordenada. A preocupação atual é como se dará à expansão do perímetro urbano da cidade de Messias, com tantos moradores advindos da zona rural? A implementação dessa tarefa foi inserida nas discussões do PDPMM, em um dos seus diagnósticos, porém como se dará na prática, é algo a ser estruturado mediante as diretrizes do Plano Diretor a ser aprovado.

Mediante o gráfico, embora existam incentivos em infraestrutura para manter o homem no campo. As situações de moradias irregulares nestes locais ainda são tratadas com desprezo político. Ocorrem resistências quanto às posses de algumas

terras rurais, por parte dos moradores residentes na zona rural de Bititinga e no Assentamento Flor do bosque (**Anexo-E**). Incorre que as experiências brasileiras quase sempre são criminalizadas, como é o caso da Reforma - Agrária, da demarcação de terras indígenas e dos descendentes quilombolas. No que concerne às regulamentações das terras, na prática, os planos e as diretrizes têm sido mais eficazes, do ponto de vista dos grandes latifúndios e das propriedades privadas e sua relação direta com o desenvolvimento da cidade.

Entretanto, se reconhece que enquanto na for posto em prática nos municípios brasileiros, uma educação voltada para fixar o homem no campo, considerado a identidade do lugar, teremos visíveis problemas urbanos de ordem econômica e social.

Como a falta de compromisso tem sido um dos principais desafios sociopolítico para superar as desigualdades socioespaciais. Há tentativas e diretrizes como a que já foi aprovada como Lei em 2001, pelo Conselho Nacional de Educação. Como mostra o documento oficial:

> Na verdade, a educação no campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa em ao acolher os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (**DOEBEC**; 2001: 01).

Identificar os agentes sociais do desenvolvimento, o seu poder de influência local, suas limitações, suas tradições, o capital social disponível e suas demandas, requer um esforço participativo dos interessados e parceria firmada entre os órgãos gestores e seus responsáveis.

Qual é o tipo de horizonte que a educação do campo terá que vislumbrar daqui para frente? Infelizmente, isso tem sido pouco incentivado, e nunca é aprofundado nas discussões para o desenvolvimento das zonas rurais dos municípios brasileiros. Sem a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento humano, visando um futuro próximo, isso pode se tornar um discurso vazio e contrário ao *desenvolvimento ecologicamente sustentável*.

Os relatos da nossa experiência podem pontuar que para se desenvolver é necessário não concentrar só para si, e que esta prática, está calcada em uma visão ultrapassada e tradicional de crescimento econômico. Como mostramos

anteriormente, detectou-se que houve a participação popular das comunidades rurais de Messias, nas oficinas comunitárias e nas duas audiências públicas do PDPMM. Porém, no que se refere à questão da *experiência participativa*, sem dúvida observamos que havia no planejamento algo mais voltado para a adequação dos equipamentos urbanos da cidade.

Em síntese, a cidade é institucionalmente um centro espacialmente consolidado pelo o uso e a ocupação do solo urbano de forma ordenada ou não. Deve-se realçar, quanto aos empreendimentos, para que estes se desenvolvam, dependem inicialmente de certa infraestrutura. Segundo Sachs as condições mudaram:

> O Brasil já efetuou uma urbanização prematura e excessiva. É um erro supor que os refugiados do campo que migram para as favelas e os bairros periféricos das cidades se transformam automaticamente em citadinos. São candidatos a uma urbanização cuja efetivação dependerá da criação de empregos e alojamento decentes e de condições para o exercício da cidadania (SACHS; 2004: 124).

No entanto, o ponto central da questão a ser analisada, é tão somente acerca de vencer os conflitos contrários a uma *gestão participativa*, quer sejam no campo ou na cidade, pois, "*Toda cidade é um ecossistema e, como tal, representa um potencial de recursos latentes, desperdiçados ou mal utilizados" (SACHS; 2002: 145).* Enquanto não considerar essas questões das pluralidades existenciais do homem do campo, não sairemos dessa crise social. A propósito, vejamos a citação sobre esse fenômeno:

> O deslocamento massivo da população rural é ainda um fato dramático, se consideramos que no mundo inteiro a maioria dos trabalhadores agrícolas mudou para as cidades, aumentado com isso novos problemas ecológicos além dos ocasionados pelos avanços da ciência e tecnologia produtivas (MURGIA; 1994: 10).

O economista Amartya Sen vê o desenvolvimento como expressão e expansão de liberdades; pois sem liberdade é difícil pensar as características do mundo de hoje, que é cada vez mais diverso e complexo. Para ele, o desenvolvimento não pode ser visto somente a partir do PNB e PIB, pois tais indicadores socioeconômicos são visões restritas e refletem apenas partes do progresso do desenvolvimento.

Desse modo, não se pode acreditar que seja possível abarcar a totalidade do desenvolvimento humano de uma determinada sociedade a partir de dois índices isoladamente. Há outras disposições como serviços de educação, de saúde e de direitos etc. Que sob este ponto de vista, podem ser os geradores ou não dos gargalos que impedem o alcance do desenvolvimento de forma mais abrangente. Por exemplo, a tecnologia e a industrialização dependem dessas influências, pois sozinhas elas por si não bastam. Por isso:

> O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que termos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN; 2000: 29).

Nesta perspectiva, um Plano Diretor dito participativo é um instrumento para exercitar a prática da liberdade política dentro das municipalidades. Mesmo que existam as adversidades, as ameaças e a desmobilização social. Os dispositivos acordados pela lei e suas regras de conduta podem esclarecer os sujeitos do seu papel enquanto agentes sociais da transformação. Embora atrelados a essa dinâmica perversa, isto em síntese, dependerá de resolverem-se as contradições históricas dos indivíduos com a comunidade e com o Meio Ambiente.

Eticamente evidencia-se que não se pode esquecer o intercâmbio que é mediado e sustentado pela educação, tanto pela matriz social familiar como pela matriz pedagógica. A educação observada como um projeto sistematizado poderá antecipar ou retardar o processo de emancipação dos sujeitos. Acredita-se que essa interação e orientação para a participação popular aprimorariam nas possibilidades de uma maior intervenção na vida pública.

Como disse Lima (2004) na esteira do pensamento dialético sartriano da existência, aprender tem correlação com a liberdade, sendo também uma prática política e antropológica, portanto, não podemos desvinculá-la de qualquer projeto de desenvolvimento*. "Para nós, a educação é uma atividade de totalização e deve ser investigada como tal, como unificação continuamente em desenvolvimento, como práxis libertária" (LIMA; 2004: 109)*.

Todo espaço social é coletivo, e sua reprodução de fato se expressa através das subjetividades dos sujeitos. Com pouca diversidade diante da cultura econômica

consolidada, por vezes, esta por seu turno, obscurece os elementos para ressignificar outras culturas tradicionais esquecidas, consideradas pouco rentáveis, como o cultivo da mandioca, da batata, da banana, da jaca, dentre outros. No caso da região de estudo, tais condições culturais, por sua força sociopolítica, colocam como impedidoras para o desenvolvimento da agricultura familiar e de subsistência na zona rural do território.

O território nesse caso é compreendido a partir de suas características ambientais específicas, bem como da construção da teia de relações que as interligam a um número de municípios envolvidos com problemas em comum. Evidencia-se que quando tratamos de uma área metropolitana, geralmente os munícipes por razões geopolíticas possuem em seu contexto local a vinculação de empreendimentos em comum, mesmo que na prática isso não exista.

O problema nas Regiões Metropolitanas reside, quando determinados municípios prioriza como desenvolvimento local, apenas alguns setores econômicos, principalmente os relacionados com atividades empresariais privadas. Como estamos tratando de uma estratégia de desenvolvimento com base nas territorialidades, a abordagem também pode contribuir para se delimitar espacialmente sob uma espécie de um falso localismo presente. Quanto à autonomia econômica e territorial dessas regiões, os efeitos dependem institucionalmente de que:

> O compromisso efetivo de trabalhar em conjunto depende da determinação por parte dos prefeitos e governadores de superar rivalidades políticas. Acordos formais podem ser estabelecidos, mas não podem funcionar devidamente sem o poder de intervir nas políticas públicas da região. Qualquer tentativa de conceder poder de decisão a um órgão metropolitano vai de encontro à autonomia política dos municípios e ao desejo do governador de estado de exercer influência política na área que é, muitas vezes, a parte mais importante do território estadual (REZENDE; 2005: 47).

A nosso ver, o que tem ocorrido na RM de Maceió, é um adensamento populacional, condicionado pela falta de infraestrutura e de saneamento ambiental. Quanto ao planejamento da região, sua *conurbação*[14] tem sido processada por um movimento espontâneo e desordenado, e os impactos negativos ao Meio Ambiente

[14] Designa uma extensa área urbana surgida do encontro ou junção da área urbana de duas ou mais cidades. Seus limites geográficos se perdem em virtude do seu crescimento horizontal.

poderão tornar-se irremediáveis, como o aumento da quantidade de lixo a céu aberto, a poluições dos rios e mananciais, sem contar com o contínuo desmatamento do que resta de algumas espécies da Mata Atlântica e seu ecossistema.

Em todos os casos aqui correlatos, o que mais pesa e impressiona é a falta de pactuação entre os municípios. Neste exemplo, o caso do município de Messias e Rio Largo, em relação à Capital do Estado, Maceió; que embora vizinhos metropolitanos, cada um destes encontra-se em situação diferente em relação à construção e elaboração do Plano Diretor. Onde se constatou anteriormente que o Plano Diretor de Maceió fora aprovado, sem o intercâmbio político administrativo dos outros gestores e sem a interferência participativa a nível regional e metropolitano.

A tese é que essa região deve ser tratada como um conjunto articulado. Isso pode gerir benefícios e dignidade para as futuras gerações que porventura venham a ocupar esses espaços. Alagoas ainda não se preparou para essa nova realidade crescente. Há uma carência de fundamentos e planejamento para estudar essa região; na prática tem sido tratada com superficialidade. A propósito daremos a palavra a Demo que assim se manifesta:

> As condições de pobreza sócio-econômica, para além da política, marcam mais profundamente as populações marginalizadas. Trata-se mais propriamente de conglomerados humanos, que não sentem sua relativa homogeneidade, não percebem possíveis identidades culturais mobilizadoras, nem promovem a organização participativa. (DEMO; 1996: 88).

A análise a seguir tem propositadamente o caráter de enunciar e caracterizar a *gestão participativa* como instrumento popular para gerir o local. No Anexo - A, observaremos como foi distribuído por entidades, o Grupo Gestor local do PDPMM. Pois, serão estes sujeitos, os componentes encarregados de acompanhar os trabalhos executados pelo Plano Diretor de Messias. Bem como, será posteriormente a base sociopolítica que irá compor a Comissão Municipal da Cidade. O seu papel será de mediar às discussões e deliberações sobre o planejamento do território com os gestores e munícipes. Fazendo valer o que foi decidido e expresso em plenária pela população ali presente.

Como a base é subjetiva para efetivação do controle social dentro de um território heterogêneo e complexo, podemos aludir através da *Observação Participante*, a distribuição e a formação da equipe gestora.

Há sem dúvida a inclusão de um grupo heterogêneo na proposta do PDPMM, e que faz cumprir com as obrigações definidas pelo Estatuto da Cidade. Quanto à estrutura política das representações políticas, o resultado aparece através dos variados segmentos sociais organizados no Levantamento para a consolidação do Grupo Gestor do PDPMM.

Sem querer discordar que estamos diante de um grupo legítimo de representantes da sociedade local, e que permanece aberto e includente. A nosso ver, sentiu-se a falta em sua composição para o gerenciamento e desenvolvimento das ações, duas representatividades uma por parte do legislativo e a outra por parte da educação. Quanto à primeira estará sob a responsabilidade de entendimento e de aprovação, já a segunda representação faz parte de um setor de consumo coletivo, sendo um instrumento de fomento, que contempla várias significações do desenvolvimento político e social. Segundo a abordagem de Lima (2004) a dimensão da práxis antropológica da atividade educativa deve ser enfatizada quando:

> A educação tem, dessa maneira, por significação e por tarefa participar na realização dos fins da história e abrir a via às mudanças que devem necessariamente intervir na compreensão dos homens, de maneira a fazê-las realizar (LIMA; 2004: 137).

Vale ressaltar, que a proposta de um *desenvolvimento ecologicamente sustentável* ainda está em definição na localidade. Se este será vislumbrado ou não pela comunidade a longo e médio prazo, dependerá sem dúvida de outros fatores, até então desconhecidos. Desse modo, quais são as relações que os Vereadores têm com a educação escolar básica sobre a compreensão dessa nova realidade?

Quando analisamos como foram estabelecidos e delimitados os segmentos sociais do GG instituído, a maioria de sua representatividade fica caracterizada pela sociedade civil organizada, de um total de 27 pessoas, 14 delas se apresentaram no contexto como entidades ligadas à coletividade.

Significa como ponto de fuga, que este é um dado considerável, no que concerne o compartilhamento e a descentralização da gestão da coisa pública. Através dessa constatação, até que ponto será importante às contribuições da educação escolar básica diante da atual conjuntura? A tentativa seria canalizá-la para buscar e oportunizar mais representantes sociais com perfis associativistas e cooperativistas?

Acredita-se através dos argumentos, a educação voltada para vida pública, possui condições de construir os pilares consistentes em favor do empoderamento e do empreendedorismo. Tornando-se possível ampliar a governança, e o protagonismo social dos atores locais. Desde os interesses em assuntos referentes aos bens públicos, bem como a possibilidade de despertar um novo olhar sobre a dinâmica dos recursos sociais e naturais disponibilizados sobre o território.

É importante que se entenda que o *desenvolvimento ecologicamente sustentável* não se processa apenas pela lógica do *senso comum*, na busca falaciosa de uma suposta qualidade ambiental. Porém, é a partir desse conceito que hoje se podem estimular os indivíduos a enxergar o Meio Ambiente como totalidade e não como uma externalidade fora de si, vista apenas como a natureza posta.

Sob tal perspectiva, a *gestão participativa* enquanto instrumento do sujeito falante e atuante vão sendo moduladas pelo o seu *empoderamento* no local, bem como pela sua concepção de mundo. Hipoteticamente entende-se, que se uma determinada comunidade é alfabetizada e lapidada para atuar na melhoria de vida da comunidade, acredita-se que os argumentos do debate sobre aquela localidade deverão passar pelo crivo da crítica com mais objetividade, talvez neste sentido, por possuírem no discurso participativo um conteúdo mais lógico, contundente e embasado com conhecimento de caso. Diferentemente de uma comunidade, onde a maioria encontra-se a margem dessa realidade e pouco se alfabetiza para o entendimento do local. Compreende-se que tais sujeitos, quando opina sobre o local carregam consigo, argumentos frágeis, alienados e submissos por uma cultura dominante daqueles que sabem mais.

Vale ressaltar que não se pretendem qualificar ou escolarizar institucionalmente a gestão participativa, já que ela *per se* constitui da interação com o diverso e com as diferenças, sejam elas de quais tipos forem. Porém, insistir na educação escolar como agregadora de desenvolvimento, é também vislumbrar uma ação prática para minimizar as diferenças e desigualdades da participação popular no Brasil. O objetivo é de obter em meio às pretensões diversas, o mínimo de entendimento consensual entre os partícipes.

É necessário entender que o sujeito é um construto social, e que para esta contextualização pretendida para formatação desse sujeito participativo, isto efetivamente dependerá de sua formação contínua para atuar na vida pública, tendo

em vista que todo processo educativo deverá atender as necessidades sociais primeiramente do ambiente local. Em consonância com as diretrizes nacionais, há necessidades também de se buscar uma articulação ainda que em caráter transversal, com a Educação Ambiental, como uma propositura para o fortalecimento dos sujeitos em relação à compreensão do controle socioambiental. Neste sentido, o Conselho das Cidades - ConCidades propõe:

> Incluir no currículo escolar, em caráter transversal e em todos os níveis de ensino, os temas ligados à política urbana abordando: cidadania, participação, mobilização e controle social, noção de orçamento público democrático; Plano Diretor e Desenvolvimento Urbano; Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e Educação Ambiental (RESOLUÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES; 2006: 27).

Analisemos a educação via instituição escolar, o termo transversalidade aparece como algo desfocado e desinteressante. Qual o interesse da escola sobre estas questões? Sabemos que os Parâmetros Curriculares da Educação Nacional estão atualmente permeados de discussões sobre a cidadania, inclusão digital e Meio Ambiente, temas atuais e importantes, porém pontuados quando necessários em ocasiões datadas. Por exemplo: o Dia da Árvore, a Semana do Meio Ambiente, o Dia da Consciência Negra, etc.

Embora o Município de Messias tenha avançado no campo educacional e hoje esteja entre os melhores índices educacionais de município de pequeno porte do Estado de Alagoas. Foi a partir da Observação Participante, que constatamos algumas relações com o discurso acima citado, houve um desinteresse da comunidade estudantil com o tema *PDPMM*. Essa é uma hipótese levantada, decorrente da presença de um número reduzido de estudantes nas duas Audiências Públicas. Dados obtidos e já categorizados na pesquisa empírica nos capítulos anteriores.

Ressaltamos que dos três milhões de alagoanos, mais da metade vive abaixo da linha de pobreza. Segundo MOURA *et alli* (2004) o IDH - Municipal da Região Metropolitana de Maceió está abaixo de (0,766). O do município de Messias, segundo dados colhidos da SEADS/AL, o índice é de 0,395. As causas preliminares podem ser refletidas a partir dos indicadores vergonhosos encontrados no Ensino de Alagoas. No contexto educativo o desinteresse por parte dos alagoanos tem se elevado a cada ano, reflexo que carrega um dos maiores índices de repetência e de evasão escolar do país.

Embora os indicadores possam ter dados sinais de melhora, com o apoio da política governamental para a manutenção e o desenvolvimento da educação nacional. No entanto somente as transferências e o repasse de verbas para os cofres municipais, não são suficientes em médio prazo para o desenvolvimento da educação em Alagoas, já que esta se comportou por muito tempo, com um dos índices mais baixos de escolarização do Brasil. No caso de Messias, a média em 2001 era 2, 3 anos.

Atualmente os modelos de gestão das escolas públicas de Alagoas têm valorizado os chamados conselhos escolares, e para tanto, as eleições para diretores das escolas municipais tem sido uma experiência valiosa do ponto de vista endógeno e popular. A nosso ver, o exercício democrático e participativo praticado entre pais, professores, alunos e a comunidade através do diálogo e do voto, para tentarem resolver os problemas relacionados com o espaço pedagógico, deveria sair de dentro dos muros da escola e se propagar em outras instâncias sociais. O intuito deve se basear na busca para encontrar outras formas de canalizar a ação, para fomentar a participação e o controle social, para uma aproximação e compreensão dos indivíduos com a realidade e as deficiências locais.

Admitindo-se que a incorporação da *experiência participativa* é uma condição *a priori* para a efetivação do processo do PDPMM. Sua criação sob a perspectiva das representatividades sociais se apresenta ainda de forma diversa e difusa em meio a um pretenso contexto consensual. Entretanto, esta experiência pode se inserir como uma prática sociopolítica de ensinamento e transmissão de extrema importância. Inclusive, para qualquer plano social que venha contribuir com o desenvolvimento local.

Do ponto de vista dos sujeitos considerados da nova geração, podem-se analisar abaixo aparentemente duas situações distintas e localizadas, mas que será determinante para fomentar ou não um Meio Ambiente ecologicamente sustentável. A sugestão de Nidelcoff, - no seu livro *A escola e a compreensão da realidade*, nos darão à dimensão do enfoque:

> Deve ser assim, não apenas porque com as crianças é preciso partir do imediato, do que constitui sua experiência cotidiana, mas também porque significa iniciá-las na prática de um comportamento extremamente valioso: o de ponderar e dar opiniões partindo da análise de tal realidade.
> (NIDELCOFF; 1982: 09).

As crianças acabam reproduzindo aquilo que é induzido pelos adultos, como também o que realidade os impõe. A mídia, a internet, a televisão o rádio, etc. O objetivo do trabalho da Nidelcoff nos permite olhar para diferentes horizontes, no sentido de que: "*aprender a ver e analisar a realidade é fomentar nas crianças uma atitude de curiosidade, observação crítica diante da realidade" (IDEM: 11).* Observamos a imagem abaixo:

Foto 04: Crianças participando das oficinas comunitárias do PDPMM (Zona Rural). No detalhe um cartaz apontando as potencialidades locais. Fonte: Arquivo PDPMM. Nov. 2006.

Na análise do desenho feito pelos os seis participantes dessa imagem, os mesmos, descreveram através da proposta sobre as potencialidades na zona rural um olhar positivo sobre o lugar: *um deles falou sobre o rio, o pescador e os peixes. Outro falou sobre as nuvens, o sol e as chuvas e outro falou sobre as árvores, a laranja, o mamão, o coqueiro e as flores*. Mesmo sob um olhar dito infantil, as crianças de forma aparentemente lógica descreveram algumas partes da realidade e que poderão ser potencializadas para o desenvolvimento local. Para relacionar essa realidade como emblemática, faremos analogamente outra relação com o grupo analisado abaixo:

Foto 05: Crianças brincando de polícia e ladrão na periferia de Messias. No detalhe a brincadeira acaba refletindo os problemas da realidade brasileira (Alto da Saudade). Fonte: Arquivo PDPMM. Dez. 2006.

Através de uma visita de campo pela zona urbana, a equipe técnica local captou essa imagem bastante reveladora do ponto de vista social brasileiro. A partir de uma brincadeira aparentemente inocente, os atores sociais descrevem um cenário realístico e crescente nas periferias das cidades. A saber, a marginalidade, a violência, a ausência de leis ou leis próprias locais, a falta de equipamentos de cultura e lazer, etc. Sem querer criar juízos de valores, se por acaso perguntássemos se todos frequentam a escola, talvez as respostas não fossem tão lá animadoras. Mas a escola aparentemente não é tão atraente assim, ou é?

Com a crescente discussão em torno do *desenvolvimento sustentável* e seus efeitos benéficos para o futuro. A ênfase é que os indivíduos acabam sendo os atores corresponsáveis por sua eficiência no campo econômico, social, ambiental e político. A construção de uma sociedade mais solidária nos faz compreender que a *educação escolar* deve ser voltada, para uma cidadania ativa e decisória centrado nos valores coletivos, estabelecendo condições democráticas para possibilitar a emancipação dos sujeitos, enquanto cidadãos que participam e intervêm nas decisões políticas da vida quotidiana.

A violência urbana brasileira pode ser um efeito da falta de interesse dos jovens pelas questões que envolvam a cidade, pois os sujeitos permanecem ausentes ou mesmo excluídos da sociedade. Por isso a prática pedagógica pode ser a mediadora

e transmissora de teorias relacionadas às práticas que elevem o protagonismo juvenil. A ideia é mudar as regras para promover o empreendedorismo dos futuros e atuantes atores juvenis.

Por conta disso, chamamos a atenção sobre algumas ações metodológicas utilizadas e dirigidas na oficina rural, onde foi verificado através de imagens (**anexos D**) e da *Observação Participante,* mais de 90% dos atores sociais não eram alfabetizados ou eram semianalfabetos, não considerando nesse caso, as crianças ainda nos primeiros anos escolar. A saber, o grupo da oficina foi representado, denominado e distribuído assim:

Quadro - 02
Nº de participantes da 1ª Oficina Comunitária do PDPMM na zona rural de Bititinga - nov. 2006

QUANTIDADE	**REPRESENTAÇÃO**
02	ASSESSORIA TÉCNICA
04	ASSESSORIA TÉCNICA LOCAL
11	CRIANÇAS
04	APOSENTADOS
16	DOMESTICAS
03	DONAS DE CASA
09	AGRICULTORES
01	ASSOCIAÇÃO
03	PODER PÚBLICO
01	CATÓLICO
01	UMBANDISTA
02	DESEMPREGADOS
02	AUTÔNOMOS
01	RECREADORA
01	ESTUDANTE
01	PROFESSORA
04	S/INFORMAÇÃO
Subtotal	**66 participantes**

A título de curiosidade o que nos chama à atenção no **Quadro – 02** é o número correspondente da participação das crianças na oficina comunitária. Algo para se pensar também pedagogicamente no que concerne o desenvolvimento cognitivo desses sujeitos que serão adultos em um futuro bem próximo.

Um fato inusitado ocorreu e que merece ser pontuado, de acordo com um Relatório das Oficinas Comunitárias e de um Diagnóstico Técnico do PDPMM, foi possível localizar algumas crianças que participaram da Oficina no povoado de Bititinga na zona rural. É evidente que todas as crianças foram acompanhadas dos pais, devido as suas idades. Dentre os participantes caracterizamos apenas os nomes e suas idades. Porém, serão estes os futuros atores sociais - herdeiros ou protagonistas do amanhã?

Quadro - 03

Parte do Relatório da Oficina Comunitária do diagnóstico Técnico Comunitário do PDPMM (Lista de frequência de crianças participantes – Zona Rural)

	Crianças	Idade	Localidade
01	JADSON	10 ANOS	-
02	IGO BRUNO	10 ANOS	-
03	JOSÉ WELLINGTON DA SILVA FILHO	03 ANOS	BITITINGA
04	LUAN	02 ANOS	BITITINGA
05	ELICE	05 ANOS	BITITINGA
06	RAMON	09 ANOS	BITITINGA
07	DIEGO	04 ANOS	BITITINGA
08	JAQUELINE	07 ANOS	BITITINGA
09	THAILAN	03 ANOS	BITITINGA
10	MARIANA TENÓRIO DA SILVA	08 ANOS	BITITINGA
11	ÉRICA	03 ANOS	BITITINGA

Arquivo PDPMM; Oficina Nº: 1 – Novembro de 2006. Bititinga – Zona Rural.

É certo pensarmos que a partir do quadro acima, a maioria desses participantes não tiveram a menor noção do que é, e qual será a função de um Plano Diretor para aquela localidade. Porém, do ponto de vista endógeno, o local na visão das crianças pode se tornar proativo e promissor, inclusive na riqueza de detalhes que acompanham os vossos discursos. São as crianças e os jovens na realidade que deverão sentir os impactos, já que convivem diariamente, dialogicamente, dialeticamente e quotidianamente com aquela realidade em construção.

Em se trançando de um enfoque sobre o desenvolvimento integrado, deveríamos destacar e assegurar o que sugere o Princípio 21 da *Declaração da Conferência do Rio sobre Meio ambiente e o Desenvolvimento,* com relação à juventude:

> A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos (AGENDA 21; 1997: 597).

Do ponto de vista do Direito, o MCidades e o ConCidades recomendam e orientam os municípios brasileiros:

> …que a prática da gestão democrática por meio da participação popular e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento dos planos diretores é exigência do Estatuto da Cidade, posteriormente detalhada na Resolução nº. 25 (DOU de 13/07/06 seção 01 n° 133 pág. 60)

A proposta do plano diretor como foi externada pelo Estatuto, só reconhece sua legitimidade com efetiva participação dos diversos atores sociais na sua construção. Como já foi mencionado, o fundamento estrutural dos atuais planos diretores consistem na organização e planejamento para as cidades, considerando

principalmente as referências da população local. Entretanto, para se efetivar o cuidado para com a cidade e o seu meio natural existem desafios. De acordo com os documentos catalogados e o conjunto de atividades que se envolveram na pesquisa, quanto à participação juvenil ainda é pouco efusiva e desvalorizada.

Foram em meio a esse espaço de conflitos e embates que se pretendeu descobrir, os problemas, as potencialidades e consequentemente as identidades locais do Município de Messias. Dentre as diretrizes importantes, o que interessa é que o direito fundamental da *alteridade* ou do *outro*, se define como o verdadeiro mecanismo que legítima a legalidade de tal plano. A experiência metodológica praticada para a construção do *PDPMM,* de acordo com os documentos catalogados pode-se visualizar algumas tentativas úteis de instrumentos de inclusão. *"O direito à participação popular será respeitado quando os grupos sociais marginalizados e excluídos tiverem acesso à vida política e econômica da cidade" (*EC*.* Guia para Implementação pelo Município e Cidadãos; 2005: 33).

Dentre as experiências emblemáticas como mencionamos em capítulo anterior, foi possível ter um representante de um Assentamento rural e um representante dos proprietários das terras, um umbandista e um católico, um desempregado e um comerciante, uma criança e um adulto, cada qual com suas representatividades*,* na tentativa do consenso, sobre qual seria o melhor caminho para o *desenvolvimento ecologicamente sustentável.*

Antes de discorrer sobre as contribuições da gestão participativa do PDPMM, trazemos à baila a discussão levantada por César Muñoz, sobre a relação de participação cidadã através do protagonismo infanto-juvenil. Ele sugere entre outras saídas para potencializar essa experiência humanizadora, uma *participação cidadã intergeracional*. Essa experiência consiste no seguinte: em um grupo de participantes, "(*com todas as idades presentes); em que estivesse representada a cidadania global (cidadania associada, não-associada, técnico-profissional e política)"* (MUÑOZ; 2004: 18). Daí a sugestão, qual será a reação e a concepção de representação que desejamos quando não estamos sendo representados? Potencializar o que há de heterogeneidade etária entre os grupos envolvidos, com intervenções socioeducativas constantes, significa:

> Potencializar a participação cidadã intergeracional na vida social, na elaboração das políticas públicas, no planejamento e na gestão de suas cidades, desejando essencialmente a participação da cidadania. Mais

> “primordial”, mais fresca, mais criativa, mais provocadora de mudança, a infância-adolescência (Idem: 22).

Embora de forma incipiente essa experiência possa ser visualizada em uma das oficinas comunitária na zona rural de Messias, uma relação no mínimo positiva do ponto de vista da *participação intergeracional* e cidadã. Já que a realidade brasileira ainda prega uma distância através da lógica desenvolvimentista, onde as crianças ainda não estão preparadas para se manifestar, pois são postas na situação do vir a ser e da sua incapacidade para opinar sobre assuntos tão sérios. Para ilustrar essa discussão vejamos a imagem seguir:

Foto 06: Oficina Comunitária com crianças, jovens e adultos. No detalhe a postura dos participantes - (Zona Rural - Bititinga). Fonte: Arquivo PDPMM. Dez; 2006.

Os esforços empregados para mudar essa cultura da participação, têm se mostrado ainda excludente, mesmo que do ponto de vista das Conferências Regionais e Nacionais, já existe algumas experiências determinantes, como a Conferência do Meio Ambiente para Jovens, etc. Porém, sob o ponto de vista da exclusão, se privilegiam as discussões apenas de uma determinada faixa etária, ou seja, as discussões permanecem localizadas e categorizadas. Sobre esta perspectiva e para se conquistar na esfera pública um processo de superação:

> A situação de não participação das crianças e jovens no processo de construção da espacialidade urbana se manifesta, muitas vezes, na dificuldade de convivência com o outro: perspectiva esta que predomina em certos grupos de crianças e jovens alimentados por preconceitos e xenofobia dando lugar a um processo eficiente de desarticulação social. Por outro lado, a cidade faz-se estranha para estes atores sociais, por estes se verem totalmente alijados da construção desta “obra”. Faz-se necessário, mais do que nunca, abrir possibilidades para que crianças e jovens não

> estejam na cidade como *voyeurs*, mas como detentores de um poder agir sobre os destinos da cidade que se quer construir (CASTRO; 2001:38).

Como a incorporação dessa ação dialógica pode levar algum tempo para ser absorvida e incorporada nas esferas sociais, no que concerne à experiência da gestão para a implementação do PDPMM, ela como mecanismo positivado, já é um sinal de desenvolvimento local.

No entanto, pressentimos que estamos caminhando na direção certa, quando se trata do desenvolvimento endógeno, no caso das cooperativas existentes, das associações de bairros, das pastorais, dos movimentos populares, étnico-raciais e de gêneros, esses constituem grupos que, quando organizados, vêm transformando a realidade dos municípios brasileiros. Considerando, vejamos uma citação a esse respeito: "*Diz-se, inclusive, nas formas de construção social do protesto, as reivindicações e fatores de mobilizações implicam o desenvolvimento de novos aspectos da identidade de seus membros que antes tinham escassa importância" (PLACER; 1998: 140).*

E necessário avançar sobre estas discussões, visto que o *outro* enquanto *alteridade* é construtor da cultura. Por isso deve ser levado a sério do ponto de vista ético, já que as crianças e jovens na sociedade também recriam os seus espaços sociais. Segundo na análise de Castro é assim que se procede:

> As crianças, mais do que os adolescentes, encontram-se subordinados a uma série de constrangimentos que lhes dificultam, ou até impedem na tarefa de conhecer, conquistar e abraçar a cidade onde moram. Sua posição jurídica e política de menoridade, sua suposta "imaturidade" psicológica, conducente a uma situação de dependência de outrem, são frequentemente evocadas no sentido de restringir e limitar o acesso à cidade (CASTRO; 2001: 40).

Alguns pensadores contemporâneos afirmaram que existe uma relação secular de dívida ética com as *figuras da alteridade*, que neste caso, pode ser vista como a alterização da criança e do jovem como os imaturos, do desempregado como o desqualificado e o deficiente físico como o estranho, *o outro* é relegado a uma condição de inferioridade.

Morin sugere e fala na ideia do ato de religação "*religação com um outro, religação com uma comunidade, religação com uma sociedade e, no limite, religação*

com a espécie humana. Assim existe uma fonte individual da ética, no princípio de inclusão, que inscreve o indivíduo na comunidade (Nós)...” (MORIN; 2005: 21e 23).

Não se pode viver eternamente acreditando na monologia do discurso determinista, desenvolvimentista, assistencialista e paternalista, tendo somente validação cientificista dos indicadores sociais, apenas o viés econômico. Podemos acrescentar que os patrimônios culturais e ambientais possuem valores imateriais, e que não podem ser mensurados aleatoriamente ou matematizados em um determinado local apenas como objeto. Em se tratando de jovens e crianças quanto a sua participação na *experiência participativa* à problemática é ainda mais um tanto reveladora:

> Em consequência, deixam claro que trabalham *“para”* eles (enfoque evidentemente benéfico-paternalista, paralisante...). Logicamente, com uma atitude e uma ação única de *proteção*, conscientes de que um ser humano meramente protegido é um ser humano *alienado*, *parado*, não criador de conflitos, *obediente*, *dependente* e “sempre agradecido”, diz que vai solucionar seus problemas, atender a suas necessidades (MUÑOZ; 2004: 31).

Muñoz acrescenta, ao revelar a crença de que quem vai solucionar todos os problemas dos jovens e das crianças é o tão conhecido “*homem-branco-adulto*”. Enfim, acaba-se em uma reprodução social bastante difundida e historicamente dependente, que tem obscurecido e camuflado o protagonismo juvenil. Quando falamos sobre isto, nos faz lembrar-se da herança do colonizador.

Atualmente trata-se da atual tese da globalização e de seus efeitos produtivos e que se tem o reconhecimento do local, como o lugar do desenvolvimento. No Brasil, esse processo tem cada vez mais se tornado, em uma metáfora que não existe concretamente e tem sido excludente, do ponto de vista educacional, cultural e informacional principalmente para os jovens das classes menos favorecidas.

O enfoque do PDPMM não pode ser das coisas, mas das pessoas, pois quem já é explorado, se encontra em patamar avançado de exploração; já o excluído tem o desejo de não ser mais, pois essa ideia é ainda mais reforçada com a metáfora da globalização que tem sido difundida.

Os aspectos de inclusão do local como consolidação de desenvolvimento, passam pelo crivo global e se mostram como métodos a ser consolidados pela nova ordem econômica. Os efeitos negativos divulgados sobre o cenário ambiental definem-se atualmente como o principal argumento dessa defesa.

Sabemos que deve existir uma ação pontual de interdependência entre as regiões no que diz respeito aos recursos socioambientais disponíveis, mas paradoxalmente se busca também o fortalecimento e uma autonomia local, através das potencialidades e ou de suas identidades.

Por outro lado, devido às normatizações das políticas mundiais e das padronizações no modo de ser dos sujeitos, ditados pelos estilos de vida global, isso tem se mostrado tendencioso, de modo a criar uma mudança na economia local que não se sabe para onde essa vai conduzir o futuro das cidades nordestinas e dos seus futuros moradores.

Daremos a palavra ao economista Celso Furtado que como ninguém discutiu sobre a questão do subdesenvolvimento dessa região brasileira.

> As disparidades entre economias não decorrem só de fatores econômicos, mas também de diversidades nas matrizes culturais e das particularidades históricas. A ideia de que o mundo tende a se homogeneizar decorre da aceitação acrítica de teses economicistas. (FURTADO; 1999: 74).

A vida moderna está cada vez mais mediada pelo consumo de estilos globais e isso vêm, sobretudo, causando uma tensão entre poder local e o poder global. Seria possível criar uma identidade local, mesmo com o poder imediato e bombardeador das mídias sobre as pessoas e principalmente contra os jovens? Stuart Hall diz que cada vez mais:

> As identidades tornam-se destacadas – desconectadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar 'à deriva'. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes, atraindo diferentes partes de nós... (HALL; 1998:57).

Isto pode suscitar a ideia de que dificilmente uma comunidade irá ter uma identidade fixa e imutável. Embora, sabemos que estas devam valorizar o que está disposto em seu habitat, enquanto patrimônio cultural e ambiental, e isto é, os que os fazem no seu conjunto social, diferentes de outras regiões.

Como os indivíduos são agentes geomorfológicos, mudam a natureza e acabam se transformando conjuntamente num processo dialético, há sem sombra de dúvida, uma proliferação de hibridismo cultural e consumos semelhantes, com várias influências formadoras de identidades.

A saída qualitativa para se confrontar com a crise que perpassam sobre o futuro dos territórios e suas cidades, residem além da aceleração do progresso tecnológico advindos de outras localidades, a mudança do perfil cultural existente.

Na análise perspicaz do grande economista brasileiro, talvez fosse melhor tomar uma posição mais liberal: *"A primeira condição para liberta-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade" (FURTADO; 1999: 67).*

Por outro lado, se pensarmos na certeza da globalização, como disse Hall, com a homogeneização das identidades globais, uma das possíveis consequências é que, *"A globalização pode caminhar passo a passo com um fortalecimento das identidades locais, embora isto aconteça ainda dentro da lógica de compressão de tempo-espaço" (HALL; 1998: 61).*

Os desafios apresentados pela a reafirmação de uma cultura local requerem dos atores sociais uma boa dose de criatividade, bem como alternativas que visem a ressignificação de outras identidades do lugar. Com o PDPMM, ainda que os governos estejam tentando empoderar à sociedade civil. O debate e as ações deverão situar-se no que é de interesse local e o que é determinante para o consumo? Se falarmos da diversidade local, a sua demanda é diferenciada e perpassa pelo viés do trabalho e da cultura, são razões a serem discutidas e qualificadas por estes munícipes, como mostram as ilustrações a seguir:

Foto 07: Utensílios diversos vendidos na feira-livre de Messias - AL. Foto: Arquivo PDPMM. NOV, 2006.

Foto 08: Apresentação cultural local de dança de matrizes africanas. Fonte: Arquivo PDPMM. Dez, 2006.

Diante dos dois exemplos, se de um lado têm-se produtos advindos de outras localidades prontas para o consumo, como produtos importados piratas e vestimentas. Por outro, tem-se uma cultura remanescente de quilombolas - o *maculelê,* uma dança que remete a uma manifestação de uma identidade ancestral e de resistência contra os senhores de engenho, fato marcante no povoamento da região. Acredita-se que essas determinações e escolhas implicarão no fortalecimento ou não do protagonismo dos atores locais, tanto para o desenvolvimento ético, bem como para o seu empoderamento e o cuidado de si. Sendo assim, deve se dar a devida ênfase em articular esforços para garantir o espaço necessário, para que tal atividade não pereça. Já que esse tipo de raiz identitária é fruto de uma cultura que resiste no tempo e que se faz presente naquela região.

Mediante a *observação participante*, há na comunidade messiense uma marca favorável de um grupo local, que sinaliza para esse patrimônio cultural. Se permanecer vivo é porque foi transmitida através das gerações como identidade cultural do local. E isso, pressupõe que sua competência de argumentação não deverá ser negligenciada pela *experiência participativa*. A sua apropriação identitária deverá ser utilizada e descrita pelo PDPMM, tanto para favorecer e oportunizar a demanda existente, bem como estabelecer a sua influência e sua intervenção na

participação social, política e cultural. Do ponto de vista da identidade, o seu favorecimento deve ser intencional, já que estamos diante de um resgate sociocultural que poderá conceder autonomia aos futuros e atuais sujeitos deste proposto desenvolvimento.

3.2 - Interpretações descritivas das *representações sociais*[15] no âmbito do espaço público

Para caracterizar os critérios gerais preestabelecidos na perspectiva da pesquisa, se propõe como categoria de análise, correlacionar alguns elementos conceituais que poderão corroborar ou não com a hipótese deferida, é o que poderíamos chamar de uma correlação no roteiro da "linha da pesquisa" que são: as influências da participação popular na política enquanto desenvolvimento, que enuncia as chamadas *representações sociais,* quando essa última se insere enquanto fala e linguagem, na construção de um determinado saber. Compreende-se que os itens propostos para a discussão entre os participantes, são convergentes do ponto de vista de um *desenvolvimento ecologicamente sustentável* e includente, porém, dependendo do enfoque no contexto de planejamento urbano - rural, possui lacunas a serem preenchidas e evidenciadas.

Pontos interessantes se fazem presente no discurso metodológico para a formulação da elaboração dos planos diretores. Neste sentido, apresentamos algumas características relacionadas à questão conceitual da qual estamos utilizando. Ao relacionarmos através das *representações sociais* a noção de mobilização e engajamento é necessário enfocar outros fenômenos sociais, pois: *"Para que esse processo se efetive, é necessário que passemos por um processo de aculturação e que complementemos o instrumental técnico com outras linguagens – simbólicas, lúdicas, corporais" (***PDP** Guia para a Elaboração; 2005: 52).

Dentro da análise investida, a utilização do conceito das *representações sociais,* pode parecer um tanto reducionista. Em se tratando de um termo

[15] Teorias e idéias advindas da Psicologia Social trazida por Serge Moscovici para as Ciências Humanas. Segundo Jodelet, *a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circundam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET; 2001:17e18).*

abrangente, inclusive pela nomenclatura que a caracteriza, como sendo a representação da ralação do próprio sujeito com o objeto. Estranha-se que haja uma compreensão segura que possa mensurar o seu uso como categoria instrumental no âmbito das ciências sociais. Por possuir tendências múltiplas nas análises psicológicas, o seu conceito se intensifica como consequência de uma determinada práxis social.

Pode ser um dado subjetivo, e que se objetiva quando o pensamento e as práticas se interagem no mundo cultural, ou como um conjunto de ideias e crenças partilhadas por um determinado grupo.

Um exemplo desse processo subjetivo seria uma experiência da realidade local. Sabemos que quase 70% dos jovens alagoanos são analfabetos ou semialfabetizados e assim potencialmente incapazes, vistos através do Discurso e do jogo das ciências utilizadas na escola com seus aspectos importantes das disciplinas como geografia, biologia ou matemática. No entanto, mesmo na condição de exclusão social que se encontram, eles precisam de uma compreensão sobre a Educação Ambiental e o Meio Ambiente.

De maneira que as imagens e os símbolos do quotidiano caminham de certo modo para reunir e dar cabo dessas relações arraigadas de crenças, advindas das suas *representações sociais*, ou seja, o que é visto pelos atores sociais no mundo é também a expressão do que estes sentem como expectadores do mundo. Existe uma relação de dependência constitutiva dos sujeitos quanto a sua adequação para viver com qualidade de vida na cidade, com seus valores e símbolos de prestígios como roupa, gestos, músicas, dentre outros. Neste caso, é o próprio sujeito que responde as condições reais que darão vida à cidade.

Já falamos anteriormente sobre o problema do reconhecimento do local como meio para melhorar a educação. Como um dos vieses da nossa investigação, perguntaríamos: Que tipo de interpretação os discentes e os docentes tiveram ou têm sobre *Plano Diretor Participativo*? Ao relacionar as *representações sociais* e a função do sistema escolar, este é feito de contradições como cita Michel Gilly:

> Devido à importância dos riscos sociais a ele associados, o sistema escolar sempre sofreu em maior ou menor grau, as marcas originárias de grupos sociais que ocupam posições diferentes em relação a ele: discurso dos políticos e dos administradores, discurso dos agentes institucionais dos diferentes níveis de hierarquia, discurso dos usuários. Ainda que algumas dessas marcas sejam insuficientes ou parciais, a área educacional aparece

> como campo privilegiado para se observar como as representações sociais se constroem, evoluem e se transformam no interior de grupos sociais, e para elucidar o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua representação (GILLY; 2001: 322).

Salientamos que isto como uma práxis do nosso sistema educacional, se origina a cada momento como um fenômeno histórico-social, e as estruturas que congregam nesta perspectiva dentro da experiência quotidiana se articulam e habitam na produção das *representações sociais*.

Podendo ser disseminadas, cultivadas e/ou estabelecidas, dependendo da realidade social de um todo coletivo. Sua compreensão reforça os pensamentos e as práticas em comum.

Partindo do pressuposto de que é uma ação coletiva pode se tornar uma *representação social*, ela permite ser lida a partir de uma crença absorvida e partilhada enquanto *representação social "... que é coletiva porque é o trabalho de cada um, que pode tornar-se estável através da reprodução e transmissão de uma geração a outra..." (MOSCOVICI; 2003: 179).*

Seguindo no rastro de Jovchelovitch (1994) quando se trata da tensão entre os sujeitos sociais e sua capacidade para dar sentidos e caráter às suas percepções do mundo, as *representações sociais* podem ser observadas através de uma identidade social. Sendo assim:

> ...enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros (JOVCHELOVITCH; 1994: 65).

Como as *representações sociais fazem* parte do mundo de Outros (*alteridade*), quando os indivíduos se expressam sobre cada determinado tema, é uma causalidade ativa que foi construída coletivamente. Embora seja dinâmica à medida que é utilizada. Como uma classificação estanque, estas acabam tornando-se apenas constitutiva daquela realidade em foco. Moscovici (2004) nos alerta no que se refere aos sujeitos, que não é a questão de uma mentalidade primitiva, moderna ou científica que produz as diferenças normativas das representações sociais.

> Pelo contrário, cada uma delas é igualmente complexa e desenvolvida e não temos razão para desprezar uma e glorificar a outra. Cada uma possui

> suas próprias categorias e regras de raciocínio que correspondem a diferentes representações coletivas (MOSCOVICI; 2004:186).

Será que poderíamos tentar descrever através das *representações sociais* o tipo de conhecimento local dos participantes em relação à elaboração do PDPMM? Dentro do contexto da *gestão participativa*, tal operação está em processo de construção e de desenvolvimento. Se por acaso caracterizarmos o conceito, privilegiando um acordo dentro do interacionismo descritivo e as habilidades linguísticas dos atores sociais. Repetiremos a dinâmica dominante e atribuiremos idealmente a uma hierarquia normativa quanto ao consenso e quanto ao seu grau de racionalidade e aceitação tácita. Neste caso, estaríamos abandonando consequentemente a importância que deve ser dada as demais *representações sociais* que comumente estão representadas pelo senso comum*,* a linguagem quotidiana, a concepção do mundo e a cultura, dentre outras.

Na realidade as representações quando são coletivas não são cópias e nem se cristalizam para sempre. O *senso comum* mesmo fragmentado e incoerente é o verdadeiro suporte que é condensado nas ciências ditas racionais. Suas crenças se contrapõem e se entrelaçam. E ainda mais se transpõe para novos interacionismos científicos. Segundo Moscovici, ambos os conhecimentos são de naturezas híbridas e nós interferimos em sua razão do ser e nossa própria humanização na construção do que é ser social e racional. *"O que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial da realidade e não simplesmente um reflexo seu"* (IDEM: 173). No que concerne tanto a macro sociologia como a micro sociologia e psicologia social.

Em todo o processo metodológico de elaboração e construção do PDPMM, no que se refere à implementação para aquela localidade, buscou-se a sintonia e a conformidade com o ritual proposto pelo instrumental disponibilizado pelo Mcidades. No que tange as *representações sociais,* existiram elementos enunciadores e normativos que foram fundamentais, criados e recriados a partir da linguagem, como: as heranças e reminiscências trazidas pelos moradores mais antigos, as crenças da comunidade em relação àquela realidade, os discursos entre os interlocutores, os discursos normativos permeados pela lógica da construção de uma cidade sustentável, etc. Todos esses elementos subjetivos foram compilados e retomados

através da junção entre a leitura técnica e a leitura comunitária. Que culminará no objetivo posterior que será a aprovação e a implantação dos mecanismos que integrarão o plano diretor do Município, ou seja, o Projeto de Lei que instruirá a política de desenvolvimento urbano e rural do local.

Na verdade o encadeamento das informações contidas no projeto permitirá diagnosticar a problemática local e desvelar as suas potencialidades. A proposta é posteriormente traçar e definir passo a passo como vão ser usados os recursos disponíveis ordenadamente, através das concepções práticas de um *desenvolvimento ecologicamente sustentável*[16]*.*

Sendo assim, definimos utilizar como eixo norteador da nossa problemática a flexibilidade cunhada e trazida pela psicologia social chamada de *representações sociais.* No contexto a ser analisado, estas, nos subsidiarão para descrever as práticas dialógicas que poderão ter sido determinantes e determinadas para a construção do PDPMM e sua relação com a proposta determinante.

Como a linguagem é uma categoria que fundamenta ontologicamente as crenças de uma sociedade, esta nos guiará com algumas justificativas do Meio Ambiente e da vida quotidiana dos moradores envolvidos na pesquisa, a saber, as crianças, os jovens e os adultos. Dentro deste âmbito, a tarefa é religar o indivíduo e a sociedade, pois:

> Uma sociedade sem sujeitos ou sujeitos sem uma história social são parte de problemas que todos nós conhecemos muito bem – e recuperar essa conexão é uma das tarefas cruciais que temos pela frente (JOVCHELOVITCH; 1994: 63).

Quando utilizamos a linguagem a partir das *representações sociais* como categoria conceitual, tratamos de problemas abertos constituintes e constituídos. As concepções de mundo não podem ser vistas somente a partir de um sujeito, mas de um todo coletivo; isto pode ser sucedido como um processo de identificações, que pode resultar também em novas representatividades locais que atuarão em âmbito social.

Na pesquisa buscamos compreender o salto ontológico que vai da centralidade do indivíduo para a centralidade no todo coletivo, que não é um grupo homogêneo,

[16] A nosso ver, o termo permanece controverso em âmbito Internacional na condução das políticas socioambientais. Também se constata que é um conceito usado pelas Instituições Internacionais para qualificar o manejo dos recursos ambientais, já que se constatou que estes são finitos. A visão ainda é economicista.

mas que as ações deverão ser analisadas e compartilhadas por todos os envolvidos. Diante dos quadros apresentados anteriormente, sobre o processo de participação popular, o objetivo é o planejamento para o desenvolvimento da criação de uma cidade mais humana, mais construta e mais solidária. Como será que a práxis social vigente e a ideia de *desenvolvimento ecologicamente sustentável* pode interferir efetivamente nessa dinâmica local? Para a elaboração do *PDPMM*, a linguagem visual, escrita e falada é um recurso posto e determinante para qualificar a metodologia de sua construção, ferramentas que futuramente deverão articular as esferas públicas, os meios de comunicações, a escola e a vida quotidiana do município como um todo.

O projeto do plano diretor trás enquanto proposta, facilitar o desenvolvimento local sustentável dos municípios e cidades brasileiras. Por isso, criar uma base linguística respeitando o que pensam as *representações sociais* locais será determinante nos processos democráticos e participativos. Pois, os pensamentos e as práticas se interagem através dessas ações que interessam a coletividade. Daremos a palavra a Moscovici que assim se expressou a respeito dessa categoria e quanto ao seu uso enquanto teoria social:

> A teoria das representações sociais é singular, parece-me, devido ao fato de esta teoria tender mais e mais na direção de se tornar uma teoria geral dos fenômenos sociais é uma teoria específica dos fenômenos psíquicos. Esse paradoxo, como veremos, não se dá por acaso; pelo contrário, provém da natureza profunda das coisas. É uma teoria geral à medida que, dentro do que lhe compete, uma sociedade não poderia ser definida pela simples presença de um coletivo que reuniu indivíduos através de uma hierarquia de poder, por exemplo, ou através de intercâmbios baseados em interesses mútuos. Certamente existem poder e interesses, mas para serem reconhecidos como tais na sociedade devem existir representações ou valores que lhes dêem sentido e, sobretudo, que se esforcem para que os indivíduos convirjam e se unam através de crenças que garantam sua existência em comum. (Moscovoci, 2003: 173).

Como a sugestão normativa do Estatuto da Cidade prevê a criação coletiva para o desenvolvimento de uma *cidade ecologicamente sustentável*. Seria correto considerar as diferenças existentes sobre o que é ser sustentável a partir das *representações sociais*? O que ficou entendido? Que tipo de *desenvolvimento* se pretende? Como os participantes se veem participando do Plano Diretor? É possível reconhecer na razão do *outro* a racionalidade de desenvolvimento, já que agora se inverte a dinâmica antecessora, onde conhecimento técnico-científico vai ser

subsidiado a partir ou através do senso comum? Isto de fato, deflagra certa fragmentação epistemológica da razão instrumental como meio de persuasão e consenso, visto que esta razão técnica, já não consegue sozinha captar a complexidade dos novos sistemas e redes territoriais na sua realidade e na sua totalidade. Quando falamos de *gestão participativa*, estamos nos referindo à inclusão da *alteridade* na esfera pública, como modelo de planejamento para o espaço público, segundo Jovchelovitch:

> A relação entre representações sociais e espaço público é complexa e deve ser discutida com cuidado. Esta é uma das dimensões da teoria relacionada com a lógica de produção das representações sociais enquanto fenômeno. Meu argumento central é que a esfera pública, enquanto lugar da *alteridade*, fornece às representações sociais o terreno sobre o qual elas podem se cultivadas e se estabelecer (JOVCHELOVITCH;1994:65).

Como a proposta da política do PDPMM é construir igualdade na diferença, a tentativa tem por objetivo para a cidade, a saída da condição de *cidade ilegal* para *cidade legal*. O objetivo geral é demonstrar também que só existe *o mesmo*, porque existe *o outro*, onde o problema pode residir insistentemente é na concentração de permanência desse *outro* no mesmo*,* no chamado imponderável.

Por isso, acredita-se que sem a historicidade e sua relação com o presente é impossível entender a dinâmica e a singularidade desta ou de outra localidade. Mediante as perspectivas das *representações sociais* diante das divergências entre as partes interessadas: *"É na experiência da pluralidade e da diversidade entre perspectivas diferentes – que, porém, pode levar ao entendimento e ao consenso" (IDEM: 67).* Mesmo diante dos obstáculos que persistem para desestruturar e restringir a participação do *outro* no pacto social sobre a interação dos assuntos referentes à comunidade. A tentativa de desmobilizar o outro não viola totalmente o direito: "*Mas se a vida pública, enquanto alteridade é um elemento constitutivo na gênese e desenvolvimento de vidas individuais, ela também pode iluminar alguns dos parâmetros normativos que definem a vida em comum" (IBIDEM: 70).*

Neste caso a *alteridade* é construída baseada em patamares que se dizem necessária, o *outro* é que possibilita a condição de espaço entre o diálogo e a ação comunicativa. Portanto, o debate local como espaço ideal de autoconfrontação do Eu face ao *outro*, ter o seu acesso aos meios legais, possibilita e dá ao sujeito a sua

condição de autopromoção e conquista. E vivendo sob esta condição de intersubjetividade, Jovchelovitch assim se manifesta:

> Mas se a vida pública, enquanto alteridade, é um elemento constitutivo na gênese e desenvolvimento de vidas individuais, ela também pode iluminar alguns dos parâmetros normativos que definem a vida em comum. Porque idéias de que é necessário abstrair interesses públicos puramente privados (ou individuais) para construir a noção de "nós", de que argumentação e debate devem valer mais do que posição e estatus, de que porque Outros existem é necessário a cada um explicar-se, prestar contas, agir na luz clara da visibilidade pública e não atrás dos panos quentes de interesses ocultos, ainda definem em muito a qualidade da vida - que se tem ou não se tem - em sociedade. Mais ainda, é através da ação de sujeitos sociais agindo no espaço que é comum a todos, que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar *saberes* sobre si própria - ou seja, *representações sociais* (IBIDEM; 2004; 70 e 71).

3.3 – Análises de algumas *representações sociais* apresentadas e apreciadas no PDPMM

Nas possibilidades de interligação entre a as *representações sociais* e a atividade representacional dos envolvidos no processo de participação, faremos uma pequena amostra das falas dos participantes a respeito do PDPMM. O que ficou entendido após a exposição da Equipe Técnica MCZ? A temática abordada para a discussão se deu em plenária no Lançamento Público do PDPMM. Quanto às interações e as discussões proferidas pelos grupos, a análise da *experiência participativa* deverão ser observadas a partir de suas *representações sociais* e suas relações conjuntas com seus respectivos segmentos representativos da comunidade local, abaixo algumas descrições:

Participante 1 (***poder público – área de gestão administrativa***) *"É importante à presença dos representantes das usinas Utinga Leão e Santa Clotilde, pois, Messias só cresce se vocês permitirem".*

Participante 2 (***micro e pequenas-empresas***) *"É participar mesmo, é essencial. Porque sem participação não se pode resolver 90% da Infraestrutura do setor rural – não existe outro caminho se não for pelo sistema democrático".*

Participante 3 (***poder público – área da saúde***) *“O setor saúde têm muito a contribuir, temos 100% de cobertura do PSF (Programa Saúde da Família) no município. O direito da saúde depende das suas condicionantes e uma delas é o direito à moradia”.*

Participante 4 (***poder público – área administrativa***) *“Das propostas - ao poder público é o que ele pode fazer pela população e o que a população pode fazer por ela – depende da colaboração da população”.*

Participante 5 (***sociedade civil – rede de jovens***) *“O que eu entendi com esse Plano Diretor é que nós vamos planejar a nossa cidade - e valer nosso poder de igualdade e gerar empregos para os jovens – nós vamos ser os Juscelinos e as Juscelinas Kubitschek de Messias”.*

Participante 6 (***sociedade civil – rede de jovens***) *“O sonho é que venham serem concretizados as indústrias e os jovens venham a ter salário”.*

Participante 7 (***Sociedade civil organizada***) *“Agradeço por esse plano diretor tenha vindo para Messias – com esse plano venham indústrias e várias formas de empregos e os pais venham ser empregados, evitando assim a delinquência dos jovens de nossa cidade. Nós podemos fazer muita coisa em prol da nossa cidade”.*

Com base nesses aspectos performáticos da linguagem para a construção de um discurso, há uma tendência por parte dos participantes em demonstrar traços peculiares sobre a relação existente entre a sua representatividade na sociedade local e alguns traços de *representações sociais* vigentes na construção daquela quotidianidade. Ao relacionarmos as descrições, segundo a análise de Spink e Medrado (1999), *os discursos aproximam-se da noção de linguagens sociais, que, na definição de Mikhail Bakhtin (1929/1995), são os discursos peculiares a um estrato* específico *da sociedade – uma profissão, um grupo etário, etc (SPINK, et. alli; 1999: 43).*

É nesta perspectiva que os enfoques propostos podem contextualizar e refletir dentro de uma leitura específica, sobre o que é na prática esse desenvolvimento. Porém, no que concerne ao estudo da temática das *representações sociais,* este pode ser visto de forma abrangente, e se configurar através de outras nomenclaturas híbridas, que são próprias da vida moderna. Esse tipo de racionalidade muitas vezes tem se mostrado sensível e tem dado

contribuições importantes para minimizar os problemas ambientais, sociais e econômicos etc.

Grosso modo, diríamos que a partir das linguagens dos atores sociais é possível fazer uma diagnose inicial dos problemas locais e desobstruir os meios que impedem o seu desenvolvimento. Vejamos a partir do que foi dito pelos participantes sobre os problemas locais: *a expansão da cana-de-açúcar*, *o desemprego principalmente para jovens*, *a falta de infraestrutura no setor rural, as condições de desigualdades socioespaciais da população* etc. Por outro lado, os mesmos participantes indicaram prioridades e os caminhos para sair da crise que perpassa sobre suas vidas na cidade.

Para avançar através de um planejamento onde se visa o desenvolvimento local sustentável. No quadro seguinte, veremos alguns exemplos para os setores da economia, do saneamento ambiental, da habitação, da acessibilidade, da infraestrutura urbana e rural, etc. Podemos sintetizar sobre os resultados analisados, que sua composição discursiva via senso comum, possuem correlações diretas com as explicações científicas, demonstradas de acordo com a leitura técnica.

Dentro das experiências vividas que teve como proposta a inclusão social e a responsabilidade socioambiental através da *gestão participativa*. Tentaremos abordar alguns temas discutidos nas oficinas e audiências públicas, utilizando como mediadora a categoria conceitual das *representações sociais.* O intuito é elencar alguns temas abordados, através da proposta do plano e o que pode ser entendido como desenvolvimento planejado, equânime e socializado entre os atores desse desenvolvimento.

Como a linguagem é subjetiva do ponto de vista particular e não há uma linearidade no discurso participativo, este é eivado de dificuldade nos espaços públicos, mas quando tratado cultivando as pluralidades e as diversidades, o respeito pelo Meio Ambiente se torna mais eficiente do ponto de vista coletivo.

Vejamos através de alguns temas postos de forma geral nos grupos de trabalho, a noção que se pretende para o desenvolvimento econômico e social de modo sustentável para o município. Considerando que existem as semelhanças das *representações sociais* locais com a realidade de outros municípios brasileiros, entretanto, elegemos alguns pontos com mais relevância a partir das particularidades locais.

Apresentaremos uma síntese dos temas discutidos nos grupos de trabalho e que foram aprovados em Plenária na ***1ª*** *Audiência Pública* do PDPMM, em 20 de dezembro de 2006. Para facilitar o enfoque, foram escolhidas apenas 03 *representações sociais* de cada grupo no trato com o desenvolvimento proposto. Vejamos quais são elas nos quadros abaixo:

Quadro – 04
Grupos Temáticos e algumas *Representações Sociais* sobre: Mobilidade, Acessibilidade, Saneamento Ambiental, Infraestrutura e Aspectos Socioeconômicos.

POTENCIALIDADES
ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE - GRUPO A
• Existência das Rodovias BR 101 e BR 104;
• Proximidade com a capital Maceió.
• Fazer parte da Região Metropolitana
SANEAMENTO AMBIENTAL - GRUPO B
• Existência de fontes de água potável;
• Água para abastecimento humano;
• Cacimbas de água no Assentamento Flor do Bosque, e na Bititinga;
INFRAESTRUTURA – GRUPO C
• Existência do gasoduto cortando o município; (PETROBRAS)
• Existência da subestação de energia elétrica CHESF;
• Topografia favorável ao sistema de esgotamento sanitário e drenagem;
ASPECTO SOCIOECONÔMICO – GRUPO D
• Existência de profissionais ligados à prestação serviços automotivos: pintores, mecânicos, etc. **PRIORIDADE**
• Existência de profissionais da construção civil: pedreiro, carpinteiro, eletricista, marceneiro; **PRIORIDADE**
• Criação do Distrito Industrial (geração de emprego e renda), **PRIORIDADE**

PROBLEMAS
ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE - GRUPO A
• Falta de transporte coletivo e complementar a partir das 18hs para a Capital;
• Falta de sinalização de trânsito na cidade e na rodovia BR 101; (acidentes e prostituição).
• Falta de calçadas na rua principal para os pedestres, **PRIORIDADE**
SANEAMENTO AMBIENTAL - GRUPO B
• Água insuficiente em Bititinga e Flor do Bosque (captação em Cacimbas)
• Água de esgoto indo para o rio Meirim e riachos, **PRIORIDADE.**
• Queimada de lixo na cidade pelos moradores.
• Alta Taxa de iluminação pública;
• Precariedade na rede elétrica em Bititinga e na cidade de Messias (quedas de energia);
• Poluição dos Mananciais. **PRIORIDADE**
ASPECTO SOCIOECONÔMICO – GRUPO D
• Desemprego;
• Pouco desenvolvimento comercial;
• Falta de políticas públicas para o cooperativismo.

PROPOSTAS / LINHAS DE AÇÃO
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE - GRUPO A
• Duplificação da BR 101;

• Reativar linha existente de transporte intermunicipal
• Desobstrução dos passeios públicos;
SANEAMENTO AMBIENTAL - GRUPO B
• Melhorar o saneamento básico;
• Viabilizar através de políticas públicas (legislação) e equipamentos a Coleta de lixo, buscando garantir atendimento de 100% da coleta pública;
• Monitorar a qualidade da água potável distribuída, principalmente em época de chuva.
INFRAESTRUTURA – GRUPO C
• Pavimentação das ruas na zona urbana;
• Construção de muro de contenção nas encostas;
• Ampliar rede de energia elétrica para o Município de Messias;
ASPECTO SOCIOECONÔMICO – GRUPO D
• Implantar cursos de capacitação para suprir demanda do distrito industrial a ser implantado;
• Investimento no sistema cooperativista;
• Comércio às margens da BR 101. Ex: doceira; artesanato, etc.

Diante do contexto apresentado durante a **1ª** *Audiência Pública*, muitos desses temas foram apontados mais de uma vez, e por isso, no decorrer metodológico se tornaram como prioridades durante o processo de implementação de construção do PDPMM. Poderíamos considerá-las superficialmente, sob a óptica das *representações sociais* como os caminhos principais para fomentar o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município. Ou em resumo, o desenvolvimento humano dos munícipes de forma decente e adequada para aquela realidade.

Lembrando o que tem sido relevante e prioritário nos aspectos participativos dos grupos acima relacionados. No que consiste a *Observação Participante*:

Como *Potencialidade* no **Grupo D**, a saber: *têm-se profissionais ligados a prestações de serviços e na construção civil*.

Por outro lado, têm-se como *Problemas de Mobilidade e Acessibilidade*: no **Grupo A**, *falta de calçada na rua principal para os pedestres*.

No **Grupo B** no se refere ao *saneamento Ambiental*, há *água de esgoto indo para o Rio Meirim e riachos*.

Já no **Grupo C**, enquanto *prioridade* para a *Infraestrutura* deve-se evitar a *poluição dos mananciais*.

Chamaremos à atenção sobre as oficinas temáticas, durante a execução das propostas, foi observada uma estreita correlação da procura pelos participantes pelos grupos de trabalhos em relação às temáticas oferecidas e do interesse de cada representante com a sua identidade profissional, social e local.

Constata-se que é possível através de suas *representações sociais*, detectarem o tipo de intervenção dialógica de um representante da sociedade civil organizada ou de outro pertencente ao poder público.

Retomando no que diz respeito aos Grupos Temáticos, houve uma variedade de assuntos, possivelmente até mais relevante do ponto de vista do desenvolvimento social e econômico. Porém, para facilitar a compreensão foram elencados apenas 03 tópicos de cada grupo. E estes, puderam ser classificados mediante as escolhas pelas letras do alfabeto A, B, C e D (ver **anexo - C**).

Como já dissemos, foi observado que durante as escolhas entre os participantes, havia uma relação direta e individual de identificação de *representações sociais* com o tema a ser abordado.

Por exemplo: o **grupo B** teve um interesse maior por parte das instituições que trabalham com os Recursos Hidrográficos (por exemplo: a Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas - CASAL). Já o **grupo D** que aborda as questões econômicas, o interesse maior foi das Entidades de Classe e trabalhadores (por exemplo: Associação dos Médios e Pequenos Comerciantes de Messias - AMPEC), porém, alguns atores sociais participaram de mais de um grupo temático. Mediante a proposta democrática, os horários foram alternativos, permitindo a participação dos atores sociais pela manhã e a tarde.

Ressalta-se pela dinâmica das audiências e oficinas, e em decorrência de ser um construto social em processo de implantação, seria impossível querer resumir aqui todas as características discutidas e delimitá-las.

Dentre as várias questões levantadas, percebermos atentamente que no processo dialético das *representações sociais,* a posição assumida normativamente como proposta local, talvez como no passo de mágica, fosse possível fazer uma diagnose sobre de quais seriam os impasses e as soluções para o desenvolvimento econômico e social.

Pelo dilema paradoxal que se encarrega de enunciar as formas que tratam o tema *desenvolvimento*, que se contrapõe e se contradiz também processualmente e dialeticamente. Do mesmo modo que se oferece através da linguagem enunciativa uma potencialidade consensual, essa pode ser o problema, mais ainda assim; ter uma solução; como é o caso da sua localização geográfica; junto a uma BR Federal que cruza o país (ver **Quadro- 04**; grupo A).

Por conseguinte todos os grupos temáticos se interagem e se correlacionam. Quando em Plenária, o foco se volta para a construção e sistematização das redes sociais, que se interligam para dar formas construtivas das *representações sociais* com o paradigma do *desenvolvimento ecologicamente sustentável*. A questão que perpassa sobre a *gestão participativa* é quando e como usar os recursos naturais de maneira racional após a aprovação do Plano Diretor.

Como a *gestão democrática e participativa* para o planejamento da cidade é algo ainda desinteressante do ponto de vista político e social. Fato observado a partir da **2ª** audiência, com evasão dos participantes, verificou-se que apenas 87 assinaram a lista de presença: Dada a importância da participação para com o tema para ser apreciado e aprovado em plenária. O Macrozoneamento Rural e Urbano do Município de Messias cuja temática consistiu em qualificar e delimitar as zonas de interesses sociais, econômicos, paisagísticos e ambientais, ou seja, o ordenamento territorial do Município. Como a participação ainda é um postulado contestado, quanto à qualidade efetiva na ação participativa coordenada. Sua composição ainda permanece quase inalterável depois de um ano da realização da primeira Audiência Pública. No entanto, há indícios incontestáveis no que se refere à participação popular, ainda que em sua maioria se evadam e se evacuem do que diz respeito aos assuntos de domínio público. Sua presença tem se mostrado significante, tanto pelas contribuições no processo em andamento, quanto o aumento dessa demanda social para efetivar PDPMM.

Se o quantificarmos por simples fatores de representatividade: do Poder Público Municipal e Estadual compareceram apenas 36 representantes, chamado a atenção para a Câmara Municipal com três representantes.

No que se referirem aos representantes do Poder Público, sentiu-se a ausência de Instituições importantes como o IMA, INCRA e o IBAMA, mesmo na condição de terem sidos convidados e se reunidos antecipadamente com a Equipe Técnica MCZ e representantes do Grupo Gestor. Nesse segundo momento das Instituições seminais de gerenciamento do Estado de Alagoas, apenas compareceram: as Secretarias de Recursos Hídricos e Planejamento e dois membros da Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas - CASAL. Um fato que chamou à atenção durante as reuniões com os grupos citados foi devido à surpresa de alguns dados catalogados e apresentados pelos técnicos referentes ao território, que até então eram desconhecidos na sua maioria.

Se a esfera pública é o lugar ideal para exercitar o diálogo com o *outro* na condição de construir e partilhar uma vida em comum na diversidade. A sociedade civil organizada vem internalizando a sua participação e demonstra visibilidade no processo.

Há indícios de que quando estamos falando em *gestão participativa,* a experiência alcançada desde o Lançamento Público do PDPMM da ***1ª*** e até a ***2ª*** *Audiências Públicas*, buscam-se mudanças significativas no concerniu no exercício fundamental para tentar qualificar tal prática empreendedora. Por exemplo, a respeito do número de participantes dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil, houve uma inversão de percentual, onde esta última instância de controle social deu sinais de superioridade no que concerne a sensibilização e mobilização sobre os assuntos referentes ao planejamento urbano da localidade.

Foi dito anteriormente que o *senso comum* iria subsidiar o conhecimento científico e vice-versa, e isso ainda permanece como método. Contudo, é legítimo e indispensável endossarmos enquanto uma categoria das *representações sociais,* a importância que deverá ser dado ao conhecimento técnico-científico. Enquanto o pensamento sobre desenvolvimento é permeado de subjetividade e incertezas. Este conhecimento tem como missão metodológica também oferecer o mesmo objeto instrumental do *senso comum,* como uma simples imagem ou discurso, com enfoques analíticos diferenciados.

Tendo em vista a análise com bases científicas, o território possui como potencialidade, um importante cenário aquífero e que deve ser considerado primordialmente entre as ações de desenvolvimento local, e que o seu manejo contribua para que o seu uso seja feito de forma ecologicamente sustentável. Além desse diagnóstico, foi detectado que mesmo devido à fragilidade dessas áreas, o território disponibiliza de condições físicas favoráveis para ordenar de forma sustentável o seu esgotamento sanitário.

Sendo assim, é possível através de *representações sociais* da ciência, compor uma sistematização mais objetiva. Vejamos a partir de uma simples foto aérea, uma *representação social* analisada sob a óptica da Assessoria Técnica contratada pela para construção do plano, composta por arquitetas urbanista. Enquanto *representação social* para o *desenvolvimento ecologicamente sustentável* no que tange um dos recursos prioritários, que é a água no território. Vejamos abaixo como foi qualificada a Macrozona de Conservação Ambiental.

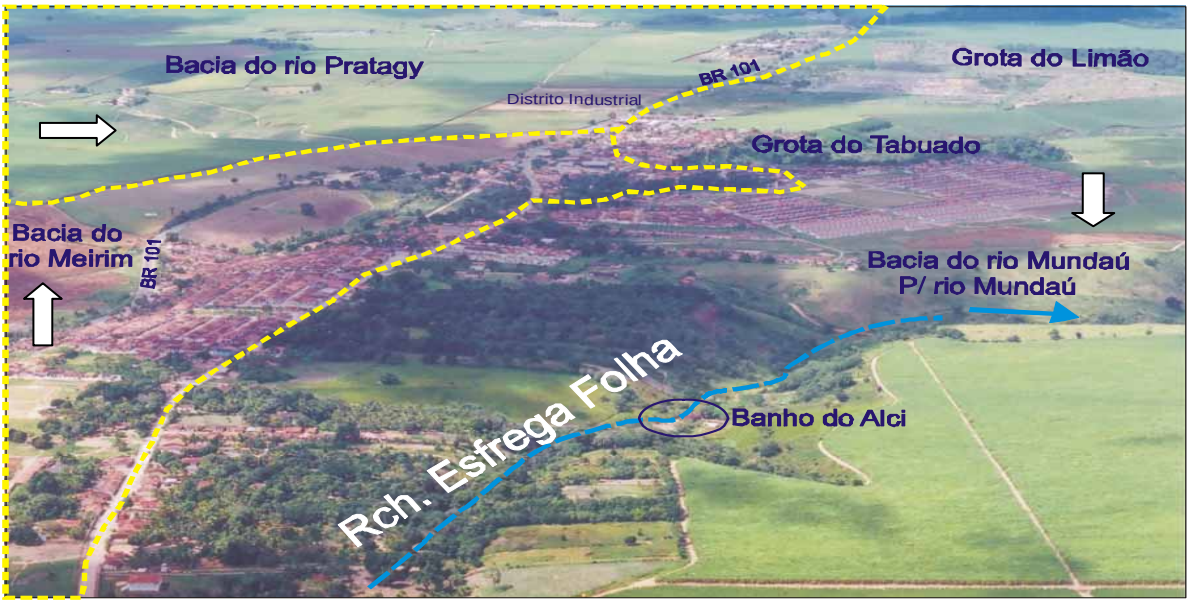


Foto 09: Imagem panorâmica da Cidade de Messias, em destaque situando a Cidade na Confluência de três Bacias Hidrográficas: Mundaú, Pratagy e Meirim. Fonte: Arquivo do PDPMM. FEV. 2006.

Vale ressaltar que, que tal reflexão, e por considerar que desde muito tempo a disponibilidade dos recursos naturais tem ditado às regras da economia no mundo. A partir dessa formulação, também se percebeu que a sua escassez tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade social e a condição de subdesenvolvimento de alguns lugares. Como o enfoque é de natureza estratégica e de identificação local, o crescimento econômico e a expansão urbana devem ser visto à luz do *desenvolvimento ecologicamente sustentável*. Por isso, citaremos adiante algumas *representações sociais* que serão diretrizes da Minuta de Lei Municipal elaborada em 28/03/2007, no seu Art. 25, que trata exclusivamente dos Recursos Ambientais do Município de Messias/AL:

> III – compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental, garantindo saneamento nas zonas urbana e rural, como medida de prevenção à degradação ambiental;
> VI – regulamentar o zoneamento ambiental do Município, proposto nesta Lei, implementando as zonas de unidades de uso sustentável, de preservação e de conservação ambiental, considerando os aspectos ambiental e paisagístico;
> XIV - estimular a participação dos proprietários de áreas degradadas ou potencialmente degradáveis em programas de recuperação ambiental;
> XV – cooperar e implementar os programas federais e estaduais de preservação e revitalização da região hidrográfica do Pratagy, principalmente as bacias dos rios Pratagy e Meirim e a região hidrográfica do Camaragibe, principalmente a bacia do rio Jitituba e a bacia hidrográfica do rio Mundaú, nos trechos que percorrem o território do Município;

> XVI - promover a educação ambiental, particularmente na rede de ensino público municipal, elaborando programas de conscientização sobre o meio ambiente da zona da mata e as regiões e bacias hidrográficas citadas no inciso XV deste artigo;
> XX – revisar os limites definidos das Unidades de Conservação da Natureza legalmente instituídas no Município, especialmente a Área de Proteção Ambiental do Pratagy; e da Estação Ecológica Murici (ANTEPROJETO DE LEI do PDPMM; 2007: 13).

Como proposta desafiante para ser votada pelo Poder Legislativo do Município, podemos observar, no inciso III, que os problemas ambientais colocados no Projeto poderão aumentar com o passar do tempo, se nenhuma medida for tomada. Como compatibilizar o desenvolvimento econômico praticado na região, com a preservação ambiental, já que existem apenas pequenos mosaicos de Mata Atlântica e 99% da vegetação é composta de cana-de-açúcar?

O papel descrito no Projeto do PDPMM, nos seus incisos: VI e XIV demonstra que como Lei, a sua regulamentação vai depender de um levantamento das áreas degradadas e só depois é que poderão criar os mecanismos para a preservação e recuperação dos ambientes em processos adiantados de degradação. Quanto os incisos XV e XX, verifica-se que partes daquele território estão inseridas na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e sobre a APA do Pratagy. Como a água é um recurso precioso para o desenvolvimento do território, a sua disposição ainda se dá de forma abundante naquele lugar, por outro lado, a sua preservação dependerá do seu manejo e da manutenção da vegetação que também o sustenta em um intercâmbio mútuo (**Anexo-F**).

Ainda que seja de forma teórica, o Art. 25 inova na questão local, quando propôs no seu inciso XVI, que tais potencialidades citadas acima, deverão ser priorizadas. Justamente quando se insere a Educação Ambiental na rede de ensino público municipal, para promover estes dois emblemáticos recursos da região que a caracteriza com suas especificidades. De algum modo, a sua efetivação enquanto política ambiental da prática educativa, poderá futuramente tornar os atores locais sujeitos de direito, visto deste modo, como os verdadeiros responsáveis pelo *desenvolvimento humano e ecologicamente sustentável* do lugar.

Capítulo - IV

Algumas relações entre a experiência participativa e o *desenvolvimento sustentável*

Como o Município de Messias/AL estava enquadrado no Mapeamento Nacional da Miséria e da Fome. Tal diagnóstico trouxe para o município, a experiência para implantação no local, do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável – FDLIS. Ação coordenada pelo Programa Comunidade Ativa, que teve apoio dos três entes da federação.

A experiência foi implantada em 69 municípios alagoanos, que rendeu bons frutos, como a formação de multiplicados e agentes de desenvolvimento. A partir da análise dos dados a serem relacionamos com a *experiência participativa*, podemos na prática revelar os avanços obtidos. Ao final dos trabalhos os participantes tiveram como objetivo descobrir uma identidade local e elaborar um cenário, com uma visão de futuro para Messias até 2010.

O intuito aqui é tentar resgatar e contrapor, a trajetória e a experiência da *gestão participativa*, enquanto metodologia introduzida na comunidade local, antes do PDPMM. Foi possível perceber que foram alcançados certos avanços na participação e organização política do lugar durante o período. De acordo com o material analisado, houve um aumento no número dos grupos organizados, desde a formulação do Fórum em 2002.

Podemos afirmar que após esta experiência, houve uma substituição de inércia total e passividade política para uma autogestão de alguns agentes sociais. Percebeu-se que os atores sociais mais atuantes de hoje, foram aqueles, que já estiveram inseridos naquele diagnóstico participativo anterior.

Diante dessa diagnose social, tentaremos analisar, algumas metas e os objetivos que foram elencados e alcançados mediante a experiência participativa, através do Fórum de DLIS.

Como a concepção de sua criação se enquadra em um pacto social de negociações sustentáveis, analisaremos algumas propostas já exequíveis, como foi o caso das ações sobre a educação municipal, e outra inexequível, sobre a cadeia produtiva da madeira, a nosso ver, insustentável do ponto de vista socioambiental.

Quanto à efetivação do processo de mobilização para a gestão democrática do município de Messias, as observâncias detectadas *in loco*, demonstram que já foi um tema disposto no âmbito social, porém continua sendo pouco discutido no âmbito educacional. Os avanços conquistados através da participação do Fórum DLIS, no início do século XXI, indiscutivelmente depreenderam-se de um engajamento dos atores daquela localidade. Vejamos os componentes do Fórum por seus segmentos:

Quadro – 05

Levantamento dos membros do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - FDLIS (Messias/AL, Abril de 2002).

SEGMENTOS		INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	TOTAL
PODER PÙBLICO	MUNICIPAL	Secretaria Municipal de Assistência Social	4
		Secretaria Municipal de Educação	1
		Secretaria Municipal de Saúde	2
		Secretaria Municipal de Administração	1
		Portal alvorada	1
		Conselho Tutelar	1
	LEGISLATIVO	Câmara de Vereadores	1
SOCIEDADE CIVIL	MOVIMENTOS POPULARES	CPT – Comissão Pastoral da Terra	1
		PJMP	1
		-	-
		Pastoral da Criança	1
		STR	1
		Líder Comunitário	5
	MOVIMENTOS RELIGIOSOS	Renovação Católica Carismática	1
		-	-
	SETOR EMPRESARIAL	-	0
		-	
		-	
	ENTIDADES DE CLASSE E TRABALHADORES	-	2
		-	

		-	
		-	
		AMPICOM	
		-	
	CULTURA/ COMUNICAÇÃO/ TEATRO E OUTROS	Rádio Messias FM	1
		Objeatro	1
		Estudante	1

No que se refere às conquistas desta experiência anterior, podemos analogamente analisar alguns situações em relação à participação do Grupo Gestor do PDPMM.

Quantitativamente a Sociedade Civil permanece com um maior número de representação nos dois grupos citados, embora neste último exemplo, o Poder Público tem uma maior participação quanto ao número de órgãos municipais, bem como se teve uma maior representação dos Movimentos Sociais por entidades locais.

Compreende-se que prosperou o número de entidades organizadas no município desde a primeira experiência da metodologia do FDLIS, assim como o interesse dos setores empresariais e da classe trabalhadora. Quanto aos líderes comunitários do Fórum, todos estes, ou estão ligados ou formaram alguma Associação e atuam dentro dessa política baseada no desenvolvimento local.

Curiosamente o único retrocesso que se observou, é o que Fórum de DLIS tinha duas representações ligadas à área educacional do município, 01 estudante e 01 professor, algo que não ocorreu com o Grupo Gestor, demostrado no Anexo-A.

É evidente que existe uma sinergia entre o desenvolvimento local e a *gestão participativa*. Já suscitamos que tal metodologia vem se consolidando nas políticas públicas brasileiras. Por conseguinte, a tentativa como já foi dito anteriormente, é problematizar a experiência transcorrida anteriormente, fazendo uma releitura e contrapondo a elaboração do *PDPMM*.

Quais foram às influências dessa experiência participativa para aperfeiçoar essa atual discussão?

Segue no quadro abaixo como exemplo, um dos diagnósticos elaborado pela comunidade local. Como método de análise da pesquisa, reafirma-se a importância da *experiência participativa* para o desenvolvimento das conquistas e anseios locais. Muitas das propostas levantadas pelo grupo foram implantadas pelo gestor local e

possuem justificações para tal, podendo até ser usada como uma das suas plataformas para a construção de um discurso político.

Propositadamente como Visão de futuro, o quadro possui uma relação direta para a melhoria da educação municipal, e que foram objetivos exequíveis e conquistados antes do prazo de 2010:

Quadro - 06

Propostas educacionais elaboradas pelo FÓRUM DLIS DE MESSIAS/AL

Objetivo	Problemas	Ações
OBJETIVO 3 Melhorar a infraestrutura educacional e fomentar a educação com visão empreendedora	Falta de infraestrutura adequada do sistema educacional e deficiência institucional gerando baixos índices de escolaridade e de qualidade da educação	- Implantação de um curso pré-vestibular - Inscrição de 100 professores/as no curso de pedagogia, à distância, da UFAL. - Implantação de 10 novas turmas alfabetização de jovens e adultos - Aquisição de um ônibus grande e um micro-ônibus para o transporte escolar - Implantação de um laboratório de informática, no Centro Educacional Municipal Luiz Amorim Leão - CEMLAL, com 20 - Computadores - Implantação de uma biblioteca pública informatizada - Reforma de 10 escolas de ensino fundamental - Aquisição de instrumentos musicais para a banda de fanfarra do CEMLAL - Realização de cinco cursos de “qualidade no atendimento” para os servidores públicos, por ano. - Elaboração e disponibilização, em computadores públicos, de um banco de dados sobre o município. - Implantação de um terminal de computador público, com acesso à Internet, em local de livre acesso. - Implantação de um programa, na rádio comunitária, para divulgação de informações sobre negócios, empreendedorismo e desenvolvimento local, bem como, das ações e serviços públicos municipais.

Quadro elaborado pelo Fórum DLIS e Programa Comunidade Ativa; 2002:20.

Tomando como um pressuposto de desenvolvimento estratégico, a educação escolar deverá multiplicar-se como uma potencialidade local. (p. ex: um *estudante*

da rede pública de ensino do município havia ganhado na época um prêmio nacional de redação). Para reforçar o feito retomamos novamente o assunto:

> Quanto mais pessoas conseguem a condição de sujeitos capazes de história própria, tanto mais seria possível uma sociedade alternativa. Não existe nisto nada de automático e mecânico, mas potencialidade que podemos desdobrar. Educação é só e tudo isso: capacidade de desdobrar potencialidades (DEMO; 2001: 96).

Segundo dados descritos na metodologia, a Secretária Municipal de Educação, no setor educacional em 2007, existiam 02 escolas particulares, 15 escolas de administração pública, sendo 02 escolas na zona rural e 13 escolas na zona urbana. O Índice de alfabetização é de 0,530. Porém, mesmo com a melhora da demanda escolar. Percebeu-se que apesar da Universidade Federal de Alagoas - UFAL estar geograficamente, mais próxima para Messias do que para a maioria da população de Maceió, poucos estudantes locais conseguem ingressar na instituição. Um desafio enfrentado pela gestão local, que para minimizar os problemas criou um curso pré-vestibular gratuito para a população. Algo já diagnosticado e tido como uma ação da participação do Fórum DLIS.

A título de informação todas as ações propostas pelo grupo foram implantadas pela gestão atual. Na época da elaboração do documento o município dispunha de 3.227 alunos matriculados; hoje segundo dados do *PDPMM*, o município dispõe de 5.668 alunos matriculados na rede pública de ensino. Para ilustrar as conquistas alcançadas através da experiência participativa para o desenvolvimento local, temos o exemplo a *Biblioteca Digital*, que podemos visualizar em sua fase de acabamento, e que atualmente já está em pleno funcionamento para pesquisas e acesso à internet:

Foto 10: Biblioteca digital SESI em fase de conclusão. Foto: PMM. Agosto/2007.

Do ponto de vista da Visão de Futuro, e partindo do espaço concedido aos participantes da experiência do FDLIS, estes, elencaram itens socioeducativos exequíveis, e que esta conquista, contribuirá para o acesso a formação e a informação dos atores locais. Cabe agora aos gestores, aos parceiros e aos moradores, dar a devida importância para experiências como estas e fomentá-las ainda mais.

A educação e a informação são imprescindíveis para qualificar o desenvolvimento, por isso, quanto mais acesso a informação, melhor qualidade no desenvolvimento. Vale ressaltar, que dentre os objetivos alcançados, o que foi elaborado pelo FDLIS, também estava em consonância e associado com a política nacional de inclusão digital.

Com as novas tecnologias da informação, acredita-se que quanto mais indivíduos tiverem acesso a um computador ligado a rede da internet, tal ferramenta será capaz de contribuir para qualificar e elevar os níveis de articulação política e de participação entre os sujeitos.

Como a sociedade civil, sob o ponto de vista do empoderamento ainda é fraca, é preciso abrir canais de comunicações e conexões e propagá-los.

Na *experiência participativa*, é bom esclarecer para a maioria dos interlocutores desavisados, que quando se fala em audiência pública, é necessário que fique claro,

que não se trata de juízes e nem prisão. Na verdade os atores sociais deverão ser sensibilizados de que serão eles os seus próprios juízes.

A comunicação enquanto informação, quando não bem explicitada em determinado grupo, pode gerar conflitos sobre o seu entendimento. Isso pode ocorrer simplesmente quando falamos em *desenvolvimento sustentável,* onde é sabido que poucas pessoas dariam algum palpite assertivo. Daí a importância da popularização da informação, principalmente em assuntos referentes: ao direito, à cidadania e a responsabilidade socioambiental.

Será que as ações compostas no plano diretor de Messias para a *educação,* terão tanto acerto, como a que mostrou a figura acima.

Apostar na educação escolar como meio de exercitar a experiência participativa no âmbito municipal significa semear um futuro promissor para os cidadãos locais, definir isso como prioridade, representa fomentar recursos humanos adaptáveis para as novas necessidades e as novas realidades.

Quanto à promoção do conceito de *desenvolvimento sustentável*, é um processo lento e requer incremento nos moldes pedagógicos, algo que deve ser incorporado como meios de prevenção, para depois não encarecer a cultura dos excluídos e desinformados.

4.1 – Desafios e debilidades da experiência do Fórum de DLIS para com o desenvolvimento sustentável

Fica-se evidenciado no município que a experiência da participação popular*,* está colocando o local no centro das agendas das suas associações e cooperativas, como um fator de natureza social sustentável. Das experiências citadas, têm-se atualmente um respaldo positivo destes segmentos, em querer participar do controle democrático daquele núcleo social. Observaram-se no contexto apresentado, que há uma sinergia entre os participantes e as organizações sociais locais.

Ao fazer analogamente essa transferência da problemática de ambos os projetos citados, são de fato e de direito que ocorram alguns equívocos na sistemática metodológica. Porém, as evoluções e os contrassensos como *experiência participativa* são consideráveis sob os dois pontos de vista. Quer seja pelo o quantitativo quanto o nº de segmentos representativos, quer sejam quanto ao

qualitativo pelo processo de desenvolvimento desencadeado e em curso naquele território.

Acreditamos que as medidas e ações que são tomadas coletivamente, através da *experiência participativa*, certamente tendem a serem as mais acertadas. Os bens públicos da cidade devem cumprir a sua função social, garantindo o bem-estar dos seus habitantes, como prega a Constituição Federal de 1988. São inegáveis as inovações democráticas conquistadas nos últimos tempos, quanto ao usufruto dos equipamentos disposto sobre o seu território, isso se deve a incorporação do diálogo e do debate, como instrumentos norteadores para as políticas públicas atuais.

Enquanto resgate de uma *experiência participativa* anterior, os méritos já foram citados e não devem ser negados, pois a intenção é cada vez mais tentar popularizar tal fenômeno social. Embora, com ressalvas. Quando se trata principalmente do uso indevido do conceito de sustentabilidade, que nos parece um tanto nebuloso nesta última experiência a ser analisada.

Neste tópico buscam-se articular e entender a posição controversa tomada como diretriz socioeconômica no Plano de FDLIS do Município. Entende-se que as concepções de mundo são dialéticas, e estão em constantes atualizações, geradas justamente pelas novas percepções do ambiente. Isso decorre que os indivíduos mesmo reunidos pelo bem comum, podem perfeitamente determinar como um consenso sobre a natureza de suas vidas, formas errôneas e equivocadas para alcançar a tão propagandeada sustentabilidade.

A propósito da análise, vejamos através do diagnóstico participativo, um pequeno resumo do que foi difundido como 1ª prioridade e identidade econômica daquele território:

> O mercado de móveis e outros objetos de madeira são considerados, pelos marceneiros locais, como promissor, possibilitando uma ampliação das atividades. O uso de maquinário antigo e tecnologias ultrapassadas, no entanto, tem limitado esta possibilidade. Além disso, os marceneiros e carpinteiros trabalham em locais, muitas vezes, inseguros e inadequados para um aumento de produção e de produtividade (FDLIS; 2002:31).

Como hipótese básica, devido a um bom número de marceneiro, se detectou superficialmente que havia essa potencialidade no Município. Então se pensou, em aumentar está capacidade de produção, para que esses trabalhadores específicos aperfeiçoassem os seus negócios e sua produtividade, visando à possibilidade de desenvolvimento local e integrado.

> As restrições legais, impostas pela legislação ambiental, quanto à extração e transporte de madeira originada de florestas naturais, trazem para o município o desafio de produzir sua própria madeira, pois a alternativa até agora encontrada foi substituir o desmatamento dos resquícios de Mata Atlântica pelo corte de antigas jaqueiras e outras árvores menos valiosas, dos sítios e quintais da região. Essas árvores, no entanto, além de serem de menor valor, têm uma quantidade muito limitada e, apesar do município utilizar muita madeira, não há, ainda, nenhuma iniciativa no sentido de se produzir madeira ou se fazer a recomposição florestal (IDEM: 32).

Esta concepção é comumente resumida apenas pela dimensão econômica, já que a sua relevância é predominantemente, a produção e o plantio da madeira como alternativa de ganho material. Em termos gerais, indagamos se esta Vocação Local pode dar conta das condições objetivas dos recursos naturais e da sua sustentabilidade? Quanto à execução deste processo, em que ponto de vista, ele pode se enquadrar como fomento ao *Desenvolvimento Local Integrado Sustentável?*

Com efeito, admitimos anteriormente, a respeito da pouca pluralidade e da diversidade das atividades produtivas, já que na região há uma alta concentração fundiária, agravada pela monocultivo da cana-de-açúcar, que gera poucos empregos sazonais e de baixa remuneração. Segundo dados do documento, o desemprego atingia em 2002 **(85% da População Economicamente Ativa – PEA)**. Coerente com essa definição será que poderia se pensar em médio prazo em alternativas como essa? Porquanto, não seria viável insistir mais em defesa do reflorestamento da Mata Atlântica? Já que é um bioma ameaçado de extinção e existem apenas pequenas áreas de matas. Segundo os dados do diagnóstico participativo, há apenas um total= **1.166 Há**.

Vale observar, que atualmente com a crise energética mundial, o tema dos agrocombustíveis tem estado na pauta do dia. Com isso, a cadeia produtiva sucroalcooleira do Brasil tem se mostrado em processo de expansão, e seu objetivo central visa à importação dos seus insumos como o caso do etanol brasileiro.

O interesse pelo uso dessa demanda como matriz energética tem atraído incentivos do governo brasileiro. Pois, já se discute que o país é autossuficiente na produção dessa energia considerada “renovável”. Com os novos olhares que recobre sobre o conceito de energias renováveis e menos poluentes, estudos estão cada vez mais voltados para otimizá-la. Tal argumento possibilita a ideia do crescimento da produção de cana-de-açúcar em toda a América Latina por demonstrar as suas boas condições naturais. Com a expansão e a valoração da

agroenergia, como uma saída para o *desenvolvimento sustentável*, indubitavelmente e ironicamente o monocultivo e a produção desse bem econômico, necessita de árvores e matas ciliares para a manutenção dos mananciais de água e para manter o cultivo dessas plantações. Entretanto sob a perspectiva de visão de futuro e devido a manejos inadequados. Se não forem tomadas medidas cautelosas, sendo a água um recurso insubstituível e finito, e se esta tendência vier a se confirmar, o acesso à água potável para o consumo humano das regiões que cultivam e necessitam deste insumo, certamente poderá em pouco período de tempo se tornar escassa.

No âmbito da pesquisa, a situação não é diferente, pois a cadeia produtiva sucroalcooleira da zona da Mata Alagoana também se mantém consolidada. E se o ritmo acelerado de cultivo das lavouras de cana-de-açúcar vier atingir todas as áreas de matas que ainda restam na região, toda a produção futura será comprometida. Mesmo sem a sensibilização necessária, já se tem consciência se essas áreas de matas se mantiverem preservadas com seus ecossistemas (água e matas ciliares), poderão ser o diferencial para o desenvolvimento da região, bem como inclui a manutenção e a permanência de rentabilidade do cultivo da cana em toda aquela região.

Dando prosseguimento ao diagnóstico participativo do Plano do FDLIS, analisaremos superficialmente dentro do quadro definido, como a prioridade, a sua logística para alcançar tal objetivo. A Vocação Local foi a: *Pequena produção industrial com foco na madeira.*

> PRIORIDADE 1
> ***Organização e desenvolvimento, de forma sustentável, da cadeia produtiva da madeira;***
>
> OBJETIVO 1
> Organizar e desenvolver, de forma sustentável, a cadeia produtiva da madeira;
>
> AÇÃO 1
> Realizar uma campanha para a diversificação de negócios da cadeia produtiva da madeira;
>
> AÇÃO 2
> Realização de 10 cursos profissionalizantes, em áreas como: produção de mudas, cultivo de árvores, beneficiamento de madeira, marcenaria, serralharia, produção de objetos de madeira e outros.
>
> AÇÃO 3
> Elaboração de um estudo sobre a cadeia produtiva da madeira (IBIDEM: 24).

Diante dessa percepção vocacional da cadeia produtiva da madeira para o município, característica que carrega como identidade local desde a sua fundação, onde se explica a causa da origem do nome dado ao lugar, Messias. É justificável tal proposta quando a mesma tenta disponibilizar uma identidade local e uma *representação social*, que se reapresenta a cada momento como uma espécie de novas significações e significados.

Metodologicamente seguindo os passos do FDLIS, quando se pensa em desenvolvimento endógeno, inicialmente se remete a uma identidade econômica. Daí é natural que se tracem estratégias para o fortalecimento e o desenvolvimento integrado do local, enquanto potencialidade atrelada somente a uma identidade factual. Visto de outro modo, já foi dito que a base da economia do município é a cana-de-açúcar, atividade econômica consolidada e integrante da cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro de Alagoas.

Ao elaborar as ações com foco na cadeia produtiva da madeira, o Fórum de DLIS a nosso ver, não considerou essa realidade de forma concreta, na prática as suas realizações acima citadas, dependeriam efetivamente de um diálogo com este setor produtivo. Sabe-se também que todos esses fatores podem ser resumidos e impedidos pela dependência das terras para se conseguir a matéria-prima e seus insumos.

Quanto à investidura nesse setor da economia local, representa que seus resultados só poderiam ser alcançados em longo prazo, isso para os investidores é inviável e inexequível. Considerando que as madeiras para serem usadas dependeriam de outras especificidades, como a utilização de árvores adultas prontas para o uso, isso enquanto uma visão de futuro ultrapassaria os prognósticos para 2010. Cabe destacar que, apesar da proposta definida como prioritária, se tentou sem sucesso aperfeiçoar a cadeia produtiva da madeira. As causas possíveis já haviam sido diagnosticadas pelo próprio grupo, isso era previsto devido à baixa capacidade de produzir os insumos e da falta de qualidade dos postos de trabalho existentes no território. Porém, o grande desafio seria às condições de sua viabilidade dentro do território, que decorrem da incompatibilização entre a sua reestruturação industrial e a preservação da natureza, no sentido de estabelecer um equilíbrio ambiental ecologicamente sustentável.

Nesses termos, podemos apontar a crítica de Demo sobre o tipo de desenvolvimento[17] que tem sido praticado e proposto principalmente pelos Órgãos Internacionais. Quanto aos vícios usados como método analítico, prevalece nos estudos e relatórios uma visão ainda ultrapassada sobre *desenvolvimento*. *"Aponta-se, muitas vezes, para o acirramento das desigualdades sociais, mas trata-se apenas de insuficiência de renda" (DEMO; 1996:173*). Embora naquele momento o *FDLIS* estivesse dissociado daquela realidade histórica. As suas diretrizes para o desenvolvimento, ainda se perpetuava e enunciava com ênfase, nas contradições entre desigualdade social e o combate à pobreza, apenas como oportunidade de crescimento econômico e satisfação material.

É inegável que existem outras disposições que podem assinalar novos horizontes para o desenvolvimento humano dos munícipes, como a responsabilidade socioambiental, a capacidade de organização social e a mobilização popular em torno dos interesses dos bens públicos. Tais mecanismos e avanços na política local devem servir para acompanhar as mudanças impositivas decorrentes da atual dinâmica social.

Como a tendência mundial é de ampliar essa discussão coletiva para o desenvolvimento local, o ideal é investir nessa competência humana para fomentar a capacidade de criar elementos que contribuam para com esse tipo de capital humano e social, desse modo, será possível articular uma comunidade de projetos, visando o empreendedorismo dos atores sociais. No tocante as expectativas que venham contribuir para um melhor índice de mobilização e sensibilização para formular projetos de naturezas sustentáveis. É requerido diante da *experiência participativa*, um maior engajamento da educação escolar em compartilhar com esse tipo de projeto. Porque a visão que se tem levado de *desenvolvimento sustentável,* ainda é distorcida e deve ser diferente do que se costuma aplicar na maioria dos projetos, que só vislumbram interesses com matrizes e matizes econômicas.

[17] PNUD/IPEA. 1996. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil - 1996. IPEA, Brasília.

V - Considerações Finais

Convém esclarecer que o caminho percorrido durante este trabalho, desde as questões políticas até à questão para uma identificação dos problemas socioambentais do Municipio de Messias, estas possuem estreitas ligações com o monocultivo da cana-de-açúcar. Observa-se que tal atividade é à base da economia local, sua representação e pactuação com atores locais devem está diretamente relacionadas com as ações políticas para a articulação do *desenvolvimento ecologicamente sustentável* daquele território.

Ainda que algumas explicações sobre a vida nas cidades entre os munícipes sejam obscurecidas pelo *senso comum,* acredita-se que ao desempenhar a função indutora do desenvolvimento endógeno, tendo a leitura comunitária como ferramenta na *experiência participativa,* o bom senso deverá ser posteriormente decisivo nas políticas públicas. Preferencialmente quando tais políticas, além de incluir, realçam o aprofundamento das questões relativas à democracia participativa, no sentido de reforçar o seu caráter dinâmico para a reconquista de uma cidadania plena,

considerando o fortalecimento político para o aprimoramento de uma *gestão participativa* a ser efetivada.

Entre os atores sociais analisados, as ações efetivas de participação e mobilização do PDPMM, podem ser vistas como o palco inicial para exercitar os direitos coletivos, até então negados pelos modelos tecnocráticos de planejamento urbano. O acesso e a descentralização do poder municipal puderam proporcionar naquela ocasião à condição ideal de reverberar através da *experiência participativa,* as *representações sociais* coletivas: à luz das diferenças, das pluralidades, das singularidades e das idiossincrasias como contribuições significativas para a construção do processo de desenvolvimento humano do município, no que se referem essencialmente as consideradas figuras da *alteridade,* a saber: crianças, jovens, mulheres e os indivíduos sem representação política.

No tocante ao compromisso social de todos os envolvidos no processo para estabelecer diretrizes para construir uma cidade cidadã, é que este não deve abster-se apenas pela ordem do consenso sobre o que foi determinado como ambientalmente e ecologicamente sustentável. O sentido que se buscou durante a pesquisa é, sobretudo, caracterizar a participação política e popular em relação ao *outro* e suas identidades até então veladas. Reafirmando a função política e social da diversidade dos grupos nas suas individualidades e particularidades, como indispensáveis para manter o bom senso e o equilíbrio para a sobrevivência dos ecossistemas presentes naquela localidade.

Foi observado quanto aos indivíduos com interesses em comum, muitos destes, quando inseridos nos processos de comunicação e interação do Plano Diretor, puderam ser localizados na arena de participação, apenas como receptores passivos da discussão. É preciso destacar que para qualificar a *experiência participativa* à medida que ela tem sido ampliada, enquanto não forem consumados os esforços para suprir e compensar as limitações dos indivíduos nas instâncias sociais, para a conquista do controle democrático do município, o processo do PDPMM estará fadado apenas reaparecer quando for necessário. Neste sentido, a operacionalidade da *gestão participativa* tornar-se apenas um mero idealismo da política urbana municipal.

Diante do contexto da investigação, existe uma intrínseca relação da participação social com a mobilização local, ou seja, o sujeito social só se objetiva no debate de forma coesa e participativa quando se organiza. Para justificar tal

sentença, ressaltamos os dados que já foram observados e categorizados sobre a sociedade civil durante a pesquisa. De forma geral, sem o poder de mobilização dos movimentos sociais e populares, não haveria avanços nas políticas públicas do município no tange o Plano Diretor. Porém, isso não invalida as outras representações políticas.

Algumas observações podem ser ponto de partida para relacionar a educação escolar com a *experiência participativa* do PDPMM. As duas primeiras audiências públicas, bem como algumas oficinas comunitárias ocorreram dentro do espaço da Escola Estadual Judith Nascimento.

Quando durante o transcorrer da pesquisa insistimos na educação escolar, como uma instância social privilegiada de fomento ao empreendedorismo para o protagonismo dos sujeitos sociais. Acreditamos, sobretudo, nas possibilidades de construção de um ambiente favorável para uma maior sensibilização e mobilização, no que consistem os assuntos referentes à cidade e seus futuros munícipes.

Ligando o contexto apresentado nas propostas do PDPMM, a escola pública municipal é apontada pelos participantes como um caminho concreto para se adaptar sobre as atuais necessidades dos indivíduos que vivem no local. Como foi posto no Anteprojeto de Lei, acerca da inserção das potencialidades locais (as Bacias Hidrográficas ligadas ao município) nas disciplinas de Educação Ambiental, isto sem dúvida, pode se tornar um importante eixo para retroalimentar as discussões sobre o processo de manejo para com uso dos recursos naturais dentro do território.

Manter-se atento sobre os problemas ambientais existentes no território de Messias, também resulta na tentativa de detectar identidades culturais ali presentes. A função da escola na construção desse processo é de resgatar e propor soluções para minimizar o quadro de distanciamento dos indivíduos com o lugar e sua verdadeira identidade.

Diante da práxis comunicacional tradicional e alienante não é de se estranhar que muitos dos moradores residentes nestas localidades, ainda não se reconhecem localmente, e por isso, não saberiam opinar sobre as aglomerações onde estão inseridos e nem sobre as microrregiões às quais pertencem institucionalmente.

Como a cidade é um lugar de contrastes, o Plano Diretor sozinho não pode dar cabo da sua complexidade, muito das ações do plano quando aprovado, já não correspondem às exigências daquele novo momento social. Por isso, pela Lei, estes,

deverão ser revistos por no mínimo de 02 anos e por máximo de 10 anos. Como o *direito à cidade* é uma questão ampla, e existe em favor da racionalidade humana, temos na democracia participativa os meios para assegurá-lo. Neste âmbito, a participação cidadã deve ser construída, e é algo para ser exercitada diariamente como reconquista, se não a sua função degringola e se deforma em outras razões políticas, e as suas ações se tornarão alheias à coletividade.

No caso de Messias, a sistematização dos conteúdos apresentados pela Assessoria Técnica, exigiu de cada participante uma compreensão subjetiva sobre o lugar. Na medida em que ocorreu a cooperação e o compartilhamento por parte dos envolvidos (jovens, adultos, crianças e idosos), foi possível experienciar através dessas interlocuções mútuas, o reconhecimento dos moradores locais, com a sua dimensão social e política naquele ambiente. Daí resulta na importância da *experiência participativa intergeracional*, como fenômeno que pode reestruturar com profundidade o envolvimento da educação escolar com o desenvolvimento humanitário da comunidade e estreitar a sua relação para com a *gestão participativa.*

Através da análise das *representações sociais* foi possível fazer uma aproximação para compreender a adequação da leitura comunitária com a leitura técnica e isso nos apontou elementos geográficos significativos e importantes, que no futuro poderão alavancar e viabilizar como os canais socioambientais que intercambiarão para o desenvolvimento daquele território.

A ideia de pensar a paisagem local faz com que se criem novos canais de participação. Embora muitas vezes a herança deixada tenha se caracterizado como excludente, é preciso ressignificar a vida do lugar, e preservar o que ainda resta de patrimônio natural, para que seus recursos socioambientais possam ser usados sustentavelmente pelos munícipes, visando o uso para as gerações futuras, como reza o conceito que viabiliza o *desenvolvimento sustentável*. Sem esquecer que é necessário protagonizar os empreendimentos coletivos e não concentrar o desenvolvimento mediante o que determina apenas os atores institucionais.

O convívio social nas consideradas áreas metropolitanas tornou-se um desafio para a gestão pública, devido principalmente à falta de urbanidade que se caracterizou nos últimos tempos nessas regiões. Sabe-se que as desigualdades socioespaciais não só são decorrentes quanto ao uso e a ocupação do solo. Sabe-se que o principal desafio do momento, é despertar e unir forças entre os diversos segmentos sociais para se mobilizarem em torno dos recursos

naturais finitos que estão ainda postos sobre o território. Penso que através das interações entre as municipalidades se pode contribuir para otimizar as oportunidades para que os atores sociais venham a se sensibilizar sobre o meio ambiente disposto no local. Quanto aos recursos endógenos existentes, no sentido de divulgar e popularizar a discussão sobre as localidades e suas potencialidades em comum.

Em relação às *representações sociais,* estas têm sido modificadas no próprio espaço-tempo. Se antes com o Fórum de DLIS se pensava como priorizar a cadeia produtiva com foco na madeira. Uma abordagem do ponto de vista socioeconômico e de ganho material, porém do ponto de vista ecológico a proposta tornou-se insustentável. Hoje com o PDPMM, se pensa antes de qualquer atividade produtiva, na preservação das matas ciliares para proteger as nascentes dos rios, já que a água é considerada como uma riqueza natural insubstituível e que é requerido para a manutenção da vida e para o desenvolvimento humano.

Diante da leitura do Plano Diretor, se percebeu que no município, existe outras potencialidades relacionadas como água, e para otimizar essa capacidade de desenvolvimento econômico, o território detém de um potencial aquífero que é ainda mal utilizado para o consumo humano. No que tange a responsabilidade socioambiental, e para que este seja operacionalizado de forma coerente e coeficiente, a *gestão participativa* poderá fiscalizar e cobrar dos atores sociais que deverão contribuir para a utilização desse recurso através do manejo dos mananciais de forma ecologicamente sustentável.

Consideramos que para comungar de um bem comum, os atores e as atrizes que participaram do diagnóstico do PDPMM, perceberam a importância da água para o desenvolvimento da localidade e de suas adjacências. Inclusive, despertando essa potencialidade para outros fins. Verificou-se a existência de várias nascentes de água potável, bem como a possibilidade de criar mecanismos para incrementar através dos açudes existentes o seu reaproveitamento: nas áreas de piscicultura, de cultivo de hortaliças, cultivo de flores tropicais e turismo ecológico, etc.

Os resultados aqui apresentados não tem a pretensão de esgotar outras possibilidades de investigações, discussões, contraposições e contrassensos sob o mesmo fenômeno estudado.

A título de informação o PDPMM, ainda não foi concluído até o presente momento, restando apenas a 3ª Audiência Pública e a aprovação pela Câmara Municipal de Messias/AL. Quanto ao Fórum de DLIS, este, mesmo com seus

equívocos, tem contribuído com seus frutos através da participação dos seus membros nas esferas e instâncias de controle social.

Referências Bibliográficas

AGENDA 21. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio e Desenvolvimento*. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, 1997.

ALVES, Alaôr Caffé. ***Meio Ambiente e a Questão Metropolitana,*** in Meio Ambiente, Direito e Cidadania. (Org.) JUNIOR, Arlindo Philippi; ALVES, Alaôr Caffé; ALVES, Francisco E.; BRUNA, Gilda Collet; ROMÉRO, Marcelo de Andrade. São Paulo: Signus Editora, 2002.

ANTEPROJETO DE LEI. ***Plano Diretor Participativo do Município de Messias.*** Messias: Minuta 2ª versão. Produto 3, 2007.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico, in a inovação democrática no Brasil (Org.) Avritzer, Leonardo; Navarro, Zander. São Paulo: Cortez, 2003.

BONDUKI, Nabil. **Os vereadores no processo de elaboração de Planos Diretores Participativos**. Brasília: Ministério das cidades, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. 3ª edição. Brasília: editora brasiliense, 1983.

CASTRO, Lucia Rabelo de. **Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura**, in Crianças e Jovens na construção da cultura (Org.) Lucia Rabelo de Castro. Rio de Janeiro: Editora: FAPERJ, 2001.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil: **1988**. - 19. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CONSELHO das Cidades. ***Resoluções da 2ª Conferência Nacional das Cidades***. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.

DAS CIDADES, Resoluções da 2ª Conferência Nacional. **Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Brasília, 2006.

DEMO, Pedro. ***Participação é Conquista**: noções de política social participativa. São Paulo*: Cortez, 2005.

----------. ***Política social, Educação e Cidadania**.* Campinas, SP: Papirus, 1994. Cortez, 1996.

----------. ***Cidadania pequena: fragilidade e desafios do associativismo no Brasil***. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

----------. ***Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade***. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 13/07/06 seção 01 nº. 133 pág. 60.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO - DOEBEC. Relatora Edla de Araújo Lira Soares. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2001.

ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS. Suplemento do Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

***ESTATUTO DA CIDADE**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

FORUM de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - FDLIS. ***Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável do Município de Messias***. Messias, AL: SEBRAE/SEPLAN. Mime-o, 2002.

FURTADO Celso. ***O Capitalismo Global***. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOHN, Maria da Glória. ***Participação: Novas Concepções Na Gestão Pública***. Volume 3. Rio de Janeiro: ANAIS do IX: Encontro Nacional da ANPUR, 2001.

----------. **Movimentos Sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

GILLY, Michel. "***As representações sociais no campo da Educação**",* in As Representações Sociais. Org. Denise Jodelet. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

GAZETA DE ALAGOAS, Jornal. ***Uma cidade dentro de outra***. Maceió, 02/06/ 1977

HALL, Stuart. ***A Questão da Identidade Cultural***. Tradutoras: Andréia B. M. Jacinto e Simone M. Frangella. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1998.

HABERMAS, Jürgen. ***Consciência moral e agir comunicativo***. Tradução de Guido A. De Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

----------. **A inclusão do Outro: estudos de teoria política.** Tradução: George Sperber; Paulo Astor Soethe; Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. CENSOS 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censos2007>. Acesso em dez. 2007.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**, in As representações sociais. (Org.) Denise Jodelet; tradução, Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

JOHN, Gaventa. (Org.) COELHO, Vera Schattan P; NOBRE, Marcos. ***Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo***. São Paulo: Ed. 34, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. "***Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais",*** in Textos em Representações Sociais. Org. Pedrinho Guarechi. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

LIMA, Ricardo R. A.; Soares, José Arlindo. ***Região Metropolitana de Recife - PE, Brasil: cooperação intergovernamental e planejamento metropolitano***, in O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federativos. Frente Nacional dos Prefeitos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

LIMA, Walter Matias. ***Jean-Paul Sartre: educação e razão dialética***. Maceió: EDUFAL, 2004.

MARX, Karl. ***Manuscritos Econômicos Filosóficos***. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MIKLOS, Paulo. **De quem são as Cidades?** Intérprete Paulo Miklos: Warner Music Brasil. São Paulo, 1994. CD-ROM. Faixa 3.

MONTEIRO, José Antônio de Magalhães; AYRES, Fernando Guilherme S.; BARROS, Janaína Galdino de; SILVA, Roberta Maria Soares Rocha; TONHOLO, Josealdo; FILHO, Jenner Barretto bastos. **Pleonexia Enquanto Obstáculo ao Desenvolvimento**, in Desafios de Competitividade em Arranjos Produtivos Locais (Dinâmicas de Inovação e Papel das Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos). (Org.) LAGES, Vinicius; TONHOLO, Josealdo. Brasília: ANPROTEC, 2006.

MORENO, Júlio***. O Futuro das Cidades***. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo; DESCHAMPS, Marley; CARDOSO, Nelson Ari. ***A Realidade das Áreas Metropolitanas e seus Desafios na Federação Brasileira: Diagnóstico Socioeconômico e da Estrutura da Gestão***, in O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federativos. Frente Nacional dos Prefeitos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

MORIN, Edgar. ***O método 6: ética***. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSCOVICI, Serge ***"A história e a atualidade das representações sociais"***, in Representações Sociais. Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MURGIA, Eduardo I. *"**A crise da racionalidade moderna"***, in Impulso. As armadilhas da Modernidade. Piracicaba, SP: Revista de Ciências Sociais da UMP, 1994.

MUNÕZ, César. ***Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã***. São Paulo: Cortez, 2004.

NAVARRO, Zander. **O "Orçamento Participativo" de Porto Alegre (1989 – 2002): um conciso comentário crítico**, in a inovação democrática no Brasil (Org.) Avritzer, Leonardo; Navarro, Zander. São Paulo: Cortez, 2003.

NIDELCOFF, Maria Tereza. ***A Escola e a Compreensão da Realidade***. São Paulo: brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. ***Estatuto da Cidade; para compreender***. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA. 2001.

ORÇAMENTO público e desenvolvimento local. (Org.) FONTES, Ângela M. Mesquita, REIS, Heraldo da Costa Reis. Rio de Janeiro: IBAM/DES/NEL, 2002.

PARENTE, Silvana. ***Reflexões sobre metodologias de promoção do desenvolvimento local***, in Desenvolvimento Local, Trajetórias e desafios. Recife, PE: IADH, 2005.

PLACER, F. Gonzáles***. Identidade, diferença e indiferença: o si mesmo como obstáculo, in Imagens do outro***. (Org.) LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Peres de. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. Guia para a elaboração pelos Municípios e Cidadãos*.* Brasília: Ministério das Cidades, Confea, 2005.

PONTUAL, Adelina. ***Cultura do Açúcar*****.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana Multimídia Produções, março de 2006.

REZENDE, Fernando. ***Desafios políticos, institucionais e legais no financiamento das Regiões Metropolitanas***, in O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federativos. Frente Nacional dos Prefeitos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

SANTOS, Milton. ***Pensando o espaço do homem***. São Paulo: Edusp, 2004.

----------. ***Da Totalidade ao Lugar***. São Paulo: Edusp, 2005.

SACHS, Ignacy. ***Caminhos para o desenvolvimento sustentável***. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

----------. ***Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil***. Brasília: Edição SEBRAE, 2002.

----------. ***Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado***. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA JÚNIOR, Jeconias Rosendo da; PASSOS, Luciana Andrade dos. ***O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal***. Brasília: CNM, SEBRAE, 2006.

SAULE JÚNIOR, Nelson e outros. Retratos **sobre a atuação da sociedade civil pelo direito à cidade: diálogo entre Brasil e França = Panorama de l'action de la société civile pour le droit à la ville: dialogue entre le Brésil el la France**. / (Org.) de Karina Uzzo, Nelson Saule Junior, Lilia Santana e Marcelo Noweszter. São Paulo: Instituto Polis; Paris: AITEC, 2006.

SEN, Amartya. ***Desenvolvimento como liberdade***. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Maria Adélia. **A GEOGRAFIA E O CONHECIMENTO DO MUNDO.** Texto elaborado para a reunião dos Programas de Pós Graduação em Geografia, organizada pelo ANPEGE, no Departamento de Geografia da USP, 8 e 9 de junho de 1995. São Paulo. Disponível em meio digital. www.territorial.org.br.

---------- **Cidade: Lugar e Geografia da Existência**. Conferência elaborada para o 5° Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em Salvador da Bahia, de 21 a 24 de outubro de 1997. Disponível em meio digital. www.territorial.org.br.

SPÓSITO, Eliseu Savério. ***A vida nas cidades.*** São Paulo: Contexto, 2004.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COTIDIANO: uma abordagem teórico-metodológica para análises das práticas discursivas, in PRÁTICAS DISCURSIVAS e Produção de Sentidos no Cotidiano, aproximações teóricas e metodológicas. (Org.) SPINK, Mary Jane. São Paulo: Cortez, 1999.

WAMPLER, Brian. **Orçamento Participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados**, in a inovação democrática no Brasil (Org.) Avritzer, Leonardo; Navarro, Zander. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICE

Foto 01: Detalhes das edificações da antiga Usina Bititinga, imagem captada da margem da BR-101. Out. 2006.....17

Foto 02: Visão panorâmica da cidade de Messias/AL. Em close a BR 101, sua extensão está direcionada no sentido Leste-Oeste à Capital do Estado. Out. 2006.....27

Foto 03: Vista panorâmica da cidade de Messias, no detalhe com indicação de prováveis áreas de expansão urbana, além da área pertencente à CHESF. Close da BR 101 no seu sentido mais ao norte em direção a outras regiões do país. 2007.....28

Mapa 01 - Região Metropolitana de Maceió/AL.....50

Figura 01 - Gráfico citado no Diagnóstico Social do Município de Messias/AL. UT/1999.....69

Foto 04: Crianças participando das oficinas comunitárias do PDPMM (Zona Rural). No detalhe um cartaz apontando as potencialidades locais.....79

Foto 05: Crianças brincando de polícia e ladrão na periferia de Messias. No detalhe a brincadeira acaba refletindo os problemas da realidade brasileira (Alto da Saudade).....80

Foto 06: Oficina Comunitária com crianças, jovens e adultos. No detalhe a postura dos participantes na Zona Rural Bititinga.....84

Foto 07: Utensílios diversos vendidos na feira-livre de Messias – AL.....89

Foto 08: Apresentação cultural local de dança de matrizes africanas.....89

Foto 09: Imagem panorâmica da Cidade de Messias, em destaque situando a Cidade na Confluência de três Bacias Hidrográficas: Mundaú, Pratagy e Meirim.....105

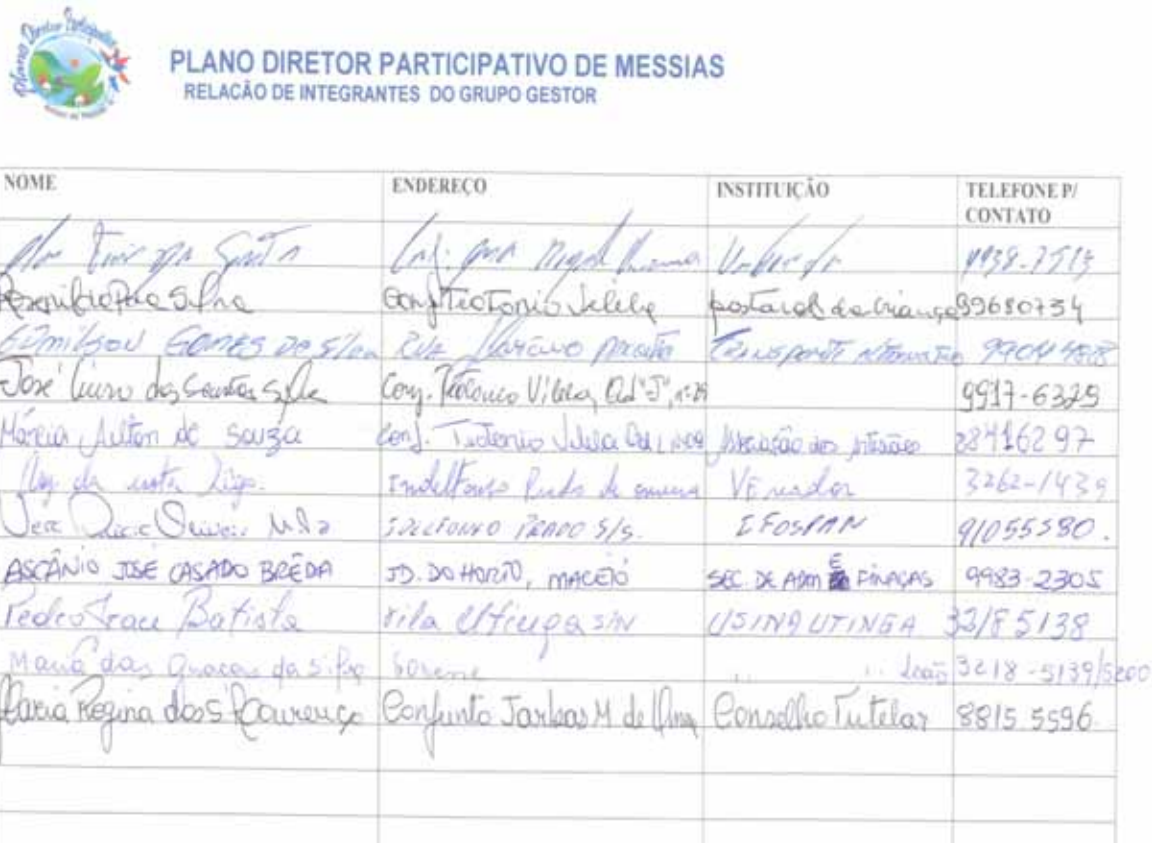
Foto 10: Biblioteca digital SESI em fase de conclusão.....112

ANEXOS

ANEXO-A

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MESSIAS
RELAÇÃO DE INTEGRANTES DO GRUPO GESTOR

NOME	ENDEREÇO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE P/ CONTATO
José Carlos dos Santos	Cj. Gov. Teotonio Vilela, 03 Qd "D" - Centro	ADLIS	9938.5995
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MESSIAS
RELAÇÃO DE INTEGRANTES DO GRUPO GESTOR

NOME	ENDEREÇO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE P/ CONTATO
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ANEXO - B

CONTROLE DE FREQUÊNCIA NA SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MESSIAS
01.11.06

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Dados Gerais

Identificação da Oficina: **SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO GRUPO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MESSIAS**
Local de Realização: **AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS/AL**
Realização: Coordenação – **Secretaria de Assistência Social**
Período de Realização: 01.11. 2006 Início horas -Término horas Resp.

COORDENADOR	INSTRUTOR 1	INSTRUTOR 2	INSTRUTOR 3
Nome: Dinah Duarte Omena	Nome: Regina Coeli Carneiro Marques	Nome: Ana Regina Jacinto	Nome: Christine Normande
Formação: Pedagoga	Formação: Arquiteta e Urbanista	Formação: Arquiteta e Urbanista	Formação: Arquiteta e Urbanista
Instituição: Prefeitura Municipal de Messias Secretaria de assistência Social Coordenadora Plano Diretor Participativo	Instituição:	Instituição:	

	NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE / E-MAIL
1 -	Sinfrania Maria da Silva	A.C.S	Agente Comunitário	88456147
2 -				
3				
4				
5				
6				
7				
8 -				
9				

	NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE / E-MAIL
11 -				
12 -				
13 -				
14 -				
15 -				
16 -				
17 -				
18 -				
19 -				
20 -				
21 -				
22 -				
23 -				
24 -				
25 -				
26 -				
27 -				
28 -				
29 -				
	NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE / E-MAIL

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE / E-MAIL
31 – Maria Madalena Silva	Desempregada	—	9974 - 5592
32 – Cleonice Maria da Silva	Desempregada	—	9979 - 8360
33 – Genilda Rosalino da Silva	Desempregada	—	—
34 – Lindinalva Barros da Silva	Desempregada	—	9904 - 4279
35 – Rosiane Romão Ramos	Desempregado	—	9917 - 7394
36 – Leandro Romário da Conceição	Estudante	—	—
37 – Silvânia Maria da Conceição	Ass. de artesãs	artesã	8812 - 7229
38 – Ary da Costa Rego	Pres. da Câmara de Ver.		x 9991 - 1521
39 – Adeilton Francisco da Silva	Vereador		9938 - 5017
40 – Arivaldo Esperidião da Silva	Contador		9998 - 3364
41 – Maria Regina dos S. Lourenço	Conselho Tutelar	Presidente	8815 - 5596
42 – Genúzia Lourenço da Silva	Ass. de artesãs	Tesoureira	9908 - 1261
43 – Alda Veroni da Silva	A. C. S		9922 - 5245
44 – Edjane Amâncio da Silva	Pref. M. de Messias	A C S	9976 - 5531
45 – Josenilda Correia Ramos	Desempregada	—	8816 - 5060
46 – Rita George	Ass. Igreja Católica		3262 - 1206
47 – Edja de Lima Silva	Pref. M. de Messias	A C S	—
48 – Rosenilda Rosidônio da Silva	Pastoral da Criança	Líder	9968 - 0734
49 – Moisés Amâncio da Silva	Pref. M. de Messias	Vigilante	9904 - 2228
50 – Adelmário Tenório da Silva	Pref. M. de Messias	Vigilante	9996 - 4835

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE / E-MAIL
51 – Maria da Piedade da Silva	—	do lar	—
52 – Valquíria Maria da Silva	—	do lar	
53 – Paula galvão de maria	A C S	Agente comunitária	9901 - 6302
54 – José Mariano dos Santos	—	vigilante	—
55 – Egmar Ferreira da Silva	A. dos M. S. M. O.	Tesoureiro	9916 - 4316
56 – Genivalda Lima Santos	C P T	—	9116 - 7732
57 – Maria Herondina da Silva	C P T	do lar	9128 - 3387
58 – Maria José da Silva	C P T e Pastoral da Terra	do lar	9914 - 2930
59 – José Edivaldo Vieira	—	Agricultor	—
60 – Claudenice Santos de lima	A C S	Agente comunitária	8823 - 2769
61 – Geraldo Rosalino da Silva	Associação de M. Bitinga	Presidente	8817 - 5665
62 – Valdenez Alves dos Santos	A. C. S	Agente comunitária	3262 - 1213
63 – José cícero de oliveira	A M C A R C	Presidente	9926 - 8257
64 – Jana Matias dos Santos	Posto de Saúde	Auxiliar de enfermagem	9991 - 2104
65 – Renata Matias dos Santos	A. C. S.	Agente comunitária	9121 - 9873
66 – Edvania Pereira da Silva	A. C. S.	Agente comunitária	9125 - 2616
67 – Marcilide Régio da Silva	Artesanato	Secretária	8827 - 0526
68 – José carlos dos Santos	ADLIS	PRESIDENTE	9938 - 5995
69 – José carlos vicente	Assembléia de Deus	Pastor	9924 - 6231
70 – Amara Joventina da Silva	—	do lar	

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE / E-MAIL
71 – Edmilson Gomes da Silva	Ass. Transporte Compl.	Presidente	9904 – 4828
72 – Nelson Firmino dos Santos	Aposentado	—	—
73 – José Alves da Silva	Desempregado	—	—
74 – Rosiclond Monteiro	Pref. M. de Messias	Aux. Ser. Gerais	3262 – 1549 (cont.)
75 – Maria Aparecida dos Santos	Desempregada	—	—
76 – Márcia Ailton de Souza	Ass. das artesãs	Presidente	8841 – 6297
77 – Maria Mariano dos Santos	Ass. das artesãs	2ª Secretária	9926 – 8880
78 – Maria Cícera da Conceição	Ass. das artesãs	Vice-presidente	9126 – 2599
79 – Manoel Paulo Neto	Ass. Igreja Católica	Min. da Eucaristia	9971 – 4859
80 – Marcelo Sidney de A. Rosa	Pref. M. de Messias	A. C. S	9938 – 0980
81 – Marcos Antônio de Omena	Pref. M. de Messias	Aux. Ser. Gerais	3262 – 1570
82 – Joanita Pedro da Silva	Desempregada	—	—
83 – José Ailton do Nascimento	Pref. M. de Messias	A. C. S	9962 – 7847
84 – José Cícero Pontes Júnior	Pref. M. de Messias	A. C. S	9127 – 7766
85 – Antônio José Cavalcante Brito	Pref. M. de Messias	Engenheiro	9983 – 2305
86 – Eliane da Costa Roque	Pref. M. de Messias	A C S	9997 – 1437
87 – Francisco de Assis de Albuquerque	Câm. de Vereadores	2º Secretário	9972 – 8336
88 – José Cosmo Pereira	Coopacfran/Ampec	Secretário Geral	9969 5906
89 – Cícera Maria da Silva	Desempregada	—	
90 – Cícero José da Silva	Cons. Municipal de Saúde		9998 – 3913

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	TELEFONE / E-MAIL
91 – Terezaflores Cardoso	S.E. Messias	Professora	999 19 8375.
92 – Geraldo Caetano da Silva	—	Comerciante	3262 – 1460
93 – Manoel Ferreira dos Santos	Ass. São Jorge	—	8815 . 7477
94 – José Carlos de Lima	Amacci	—	3262 1135
95 – Gizelda Rozalino da Silva	Pref. M. de Messias	Vigilante	—
96 – Márcio de Melo Ferreira	VISA – Messias	Agente de Vig. Sanit.	88286287
97 – Marcos José Meirelles da Silva	—	autônomo (músico)	9908-8418
98 – Antonio Cícero de Vasconcelos	Sindicato	Presidente	99167264
99 – [illegible]	Comerciante	—	9924.4700
100 – Elias Tavares	Usina Leão	ADV.	3218 5200
101 – Maria das Graças da Silva	Usina Leão	Assist. Social	3218 . 5139 / 5200
102 – [illegible]		Polícia Militar	8822.8720
103 – Irene Pedro Costa	S.M.A.S	Assistente Social	—
104 – Djairi Ferreira de Almeida	S.M.A.S.	Aux. administrativo	—
104 – Michelline Regina de Alencar	PJMP	Repres. Regional	8831 – 4210
105 – Fr. Maria do Socorro P. Chiquinha	Sec. de Educação Messias	Professora	9908-8832
106 –			
107 –			
108 –			
109 –			

ANEXO - C

CONTROLE DE FREQUÊNCIA NA 1ª AUDIENCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MESSIAS/AL
20.11.06

Identificação do evento: **1ª AUDIENCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MESSIAS/AL**
Local de Realização: **Escola Estadual Judite Nascimento**
Realização: Coordenação – **Secretaria de Assistência Social**
Período de Realização: 20.11. 2006 Início__horas -Término ____horas Resp.

COORDENADOR	INSTRUTOR 1	INSTRUTOR 2	INSTRUTOR 3
Nome: Dinah Duarte Omena	Nome: Regina Coeli Carneiro Marques	Nome: Ana Regina Jacinto	Nome: Christine Normande
Formação: Pedagoga	Formação: Arquiteta e Urbanista	Formação: Arquiteta e Urbanista	Formação: Arquiteta e Urbanista
Instituição: Prefeitura Municipal de Messias Secretaria de assistência Social Coordenadora Geral do Plano Diretor Participativo	Instituição:	Instituição:	

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	GRUPO DE TRABALHO	TELEFONE / E-MAIL
1 - SILVANA MARIA DA SILVA	AG. de Saúde	Grupo A	8845-6147
2 - ARY DA COSTA REGO	VEREADOR	C	3262-1439
3 - JOSÉ LUCENO DE OLIVEIRA	ACAMCA	C	9926.8287
4 - GERALDO INÁCIO DE SOUZA	AMTEC	B	9966.4349
5 - JOSÉ NETO	ACAMCA	C	8837-9082
6 - JOSÉ CRISTINO	COOPALTOM	B	9933-2217

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	GRUPO DE TRABALHO	TELEFONE / E-MAIL
7 - [illegible]	IBGE		9963 0538
8 - [illegible] de Barbosa	IBGE		9768 2155
9 - [illegible]	ACS		9938 0980
10 - [illegible] dos Santos	—	—	—
11 - [illegible] dos Santos	[illegible]	—	
12 - [illegible]	SMS		9973-6270
13 - Antônia Miranda da Silva	Soc. Civil	A	—
14 - Cícera Maria da Silva	Soc. civil	A	—
15 - Maria Cícera de [illegible]	Soc. Civil	A	—
16 - Verônica Cabral da Silva	Soc. Civil	A	9926-3494
17 - Maria Regina dos S. [illegible]	C.T.		91094426 / 99446409
18 - Marcio [illegible]	[illegible]	A	[illegible]
19 - Alexsandro de Lima	Grêmio Estudantil	B	8891-9113
20 - [illegible]	SEMARHN	A	33 152 6 37
21 - [illegible]	[illegible]	B	99680154-32621211
22 - [illegible]	Gestor/Infantua	B	9915-1602
23 -			
24 -			
25 -			

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	GRUPO DE TRABALHO	TELEFONE / E-MAIL
26 - [illegible] Rodrigues de [illegible]	[illegible] social	A	9973.0533
27 - [illegible]	"	B	9105.2250
28 - João [illegible] Ferreira	"	A	3112-4258
29 - [illegible]	[illegible]	C	9927-4044
30 - [illegible]	[illegible]	C	8811-8511
31 - [illegible] Frederico	[illegible]	A	88414712
32 - [illegible] Lourenço da Silva	Ass. Social	A	99143389
33 - [illegible] Manoel de Freitas	Autônoma	A	93048473 3354-2210
34 - Maria José [illegible]	[illegible]		
35 -			
36 -			
37 -			
38 -			
39 -			
40 -			
41 -			
42 -			
43 -			
44 -			

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	GRUPO DE TRABALHO	TELEFONE / E-MAIL
64 – [illegible]	CASAL	A ou C	9102-3779 / [illegible]@hotmail.com
65 – [illegible] da Silva	[illegible]	B	9913 0486
66 – [illegible] Tavares [illegible]	capoeira	C	8843-1119
67 – [illegible] da silva	capoeira	C	9927-7407
68 – Erika Santos de Almeida	capoeira	C	9922.3821.
69 – Ricarda JOSÉ da SILVA	capoeira	C	—
70 – [illegible]	Igreja Católica.	C	9971 4859
71 – Vivia tavares da silva	capoeira	C	—
72 – Poliana	capoeira	C	—
73 – [illegible]	[illegible]	C	
74 – [illegible] Rosimeire [illegible]	Fórum Justiça	C	8819-9020
75 – Maria [illegible] de Almeida	[illegible] social	—	88125366
76 – [illegible] - ASCÂNIO BEÊDA	PREFEITURA MOSSORÓ	C	9983.2305.
77 – [illegible] de Oliveira	Ação Social	—	—
78 – [illegible]	[illegible]	A	[illegible]
79 – [illegible] B. da Silva	Saúde	C	8801-8295
80 – [illegible] silva da Fonseca	Saúde	C	9903-7537
81 – Ana Cristina F. dos Santos	ACS	C	88525688
82 – Maria Angela [illegible]	Educação	A	3354.7038

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	GRUPO DE TRABALHO	TELEFONE / E-MAIL
102 – José [illegible] da Silva	Educação	C	9982-2655
103 – João Vitor Dias da S.	CAPOEIRA	C	—
104 – Ewerton L. da Silva	CAPOEIRA	C	—
105 – Dorgival da silva	"	C	—
106 – José Silvestre da Silva	SOM	B	9919 4295
107 – Marcia Ailton + [illegible]	[illegible]	—	88416297
108 – [illegible] Melo	Educação	C	91097430
109 – Djaini F de Almeida	SMAS	B	—
110 – Sônia Maria Gonçalves	Educação	—	—
111 – Rubenildo Gonçalo	Agente de Saúde	C	99154248
112 – João [illegible]	Agente Saúde	C	
113 – IVO Bastos	AG. de Saúde	C	3373 9042
114 – Edjane maria de melo costa	Educação	C	8802.4069/9321-2357
115 – Tereza [illegible] Cardoso	Educação	C	08024069/93212357
116 – [illegible] Pereira Freire	Educação	B	88344596
117 – Maria Bernadete	APICAM	B	88264260 - 99965870
118 – [illegible]	Prefeitura		99826073
119 – [illegible]	ESPORTES.		9915.2380
120 – Luciano Carlos Motta	IBGE		99260158

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	GRUPO DE TRABALHO	TELEFONE / E-MAIL
121 - Willian A. M. Rocha	R. J. N	A	—
122 - Maria José [illegible]	Educação	A	8807.0915
123 - Danola dos Santos [illegible]	Educação	A	9114-5158
124 - [illegible]	AMPEC	B	9992 7000
125 - Antonio [illegible] Silva	AMPEC	A	9965 5080
126 - [illegible] da Silva Pereira	AMPEC	B	9969 5906
127 - José Cosmo Pereira	Cooperativa	B	9969 5906
128 - [illegible]	—	A	8809 5809
129 - [illegible] Santos Souza	Ação Social	—	8809-2929
130 - [illegible]	Líder Rural	A	9106 0335
131 - José Carlos dos Santos	ADL's	B	9938.5995
132 - [illegible] de Lima Silva	Agente c. de Saúde	C	—
133 - Maria [illegible] dos Santos	Agente de Saúde	A	9112-8943
134 - [illegible] M. da Silva	Ass. Art.	B	9908 1261
135 - [illegible] Maria Santos	Fac. Baixa Funda	A	9307 5837
136 - [illegible]	CASAL	A ou C	8844-1575 / 5315-3004
137 - Silvania Maria da Conceição (Nitezã)		B	8812-7229
138 - [illegible] Gleydson [illegible] (Capoeira)		B / C	—
139 - [illegible] Lourenço do [illegible] (Capoeira)		B / C	8845 0357

8

NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO	GRUPO DE TRABALHO	TELEFONE / E-MAIL
140 - Katia Geruânia A. de B. Silva	Professora Municipal	A	3262-1451
141 - Gilvana F. da Cruz	Educação	A	3262-1557
142 - Maria Luciene da Silva	"	B	—
143 - Elisângela M. da Silva	"	B	3262-1672
144 - Josivânia F. da Silva	"	B	—
145 - Vanessa Carlos da Silva	"	A	8804-3735
147 - Ângela Maria dos Santos	Ag. de Saúde	C	8803-8167
148 - Alexsandro Ilário da Silva	"	C	9967-0292
149 - Wellington Neto da Silva	PJMP	B	9605-2805
150 - Wellington Santos de O.	Educação	A	9975-1577
151 - Eliane da C. Roque	Ag. de Saúde	C	9997.1437
152 - Valdenez Alves	"	C	9103-5750
153 - Cícera Eliane Albuquerque	Educação	B	9914-3605
154 - Alberto M. Rodrigues	Usina Sta Clotilde	B	9921-1812
155 - Ana Regina J. Barbosa	PDPM Assessoria	B	9968-0179
156 - Christine Agra Normande	PDPM Assessoria	C	99970720
157 - [illegible]	UNIPALMA	C	4815 7477
158 - [illegible]	[illegible]	C	9985-7513
159 - Cristina de Fátima Cavalcante Teixeira	SEC. R. H. (SEMARHN)	B	82 - 3231-5019 / 3315-2630

9

ANEXO - D

Foto: 11 e 12: Participantes da oficina comunitária da zona rural/Bititinga **–** Fonte: PDPMM, 2006.

ANEXO - E

Foto: 13 e 14: Vestígios de resistência na presença de ocupação do solo na zona rural/Bititinga. Fonte: PDPMM, 2006.

ANEXO - F

Foto 15 e 16: Açudes localizados na zona rural que necessitam de proteção ambiental – Faz. Barra Nova. Fonte: PDPMM; 2006.